

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**DISSERTAÇÃO**

**Senhores sem escravos**  
**As famílias Andrade e Figueiredo do Império à República -**  
**Franca (1856-1916)**

**THABATA RIBEIRO DE ANDRADE**

**2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR

Senhores sem escravos

As famílias Andrade e Figueiredo do Império à República -  
Franca (1856-1916)

THABATA RIBEIRO DE ANDRADE

*Sob a orientação da professora*

**SURAMA CONDE SÁ PINTO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Área de concentração: Estado e relações de poder.

Seropédica, RJ

2013

981.34

A554s

T

Andrade, Thabata Ribeiro de, 1987-  
Senhores sem escravos : as famílias Andrade e  
Figueiredo do Império à República - Franca (1856-  
1916) / Thabata Ribeiro de Andrade. - 2013.  
145 f. : il.

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação  
em História - PPHR. Área de Concentração: Estado e  
Relações do Poder.

Bibliografia: f. 140-145.

1. Brasil - História - Independência nas  
províncias, 1822-1824 - Minas Gerais - Teses. 2.  
Família - Pesquisa - Minas Gerais - Teses. 3.  
Família - Migração - Franca (SP) - Séc. XIX -  
Teses. I. Pinto, Surama Conde Sá, 1969-. II.  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em História - PPHR. Área  
de Concentração: Estado e Realções do Poder. III.  
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**THABATA RIBEIRO DE ANDRADE**

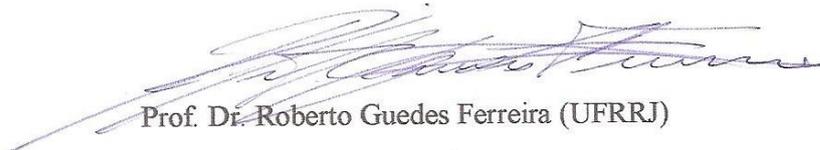
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História,  
no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/05/2013.

Banca Examinadora:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)



Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF)

## **RESUMO**

Esta Dissertação analisa a trajetória de alguns membros de duas famílias que prosperaram no sul de Minas Gerais – Andrade e Figueiredo – e migraram para Franca, interior de São Paulo, em meados do século XIX, a fim de expandir suas terras e riquezas. Nosso principal objetivo foi analisar as estratégias utilizadas por esses indivíduos – que eram, em sua maioria, monarquistas, senhores de terras e escravos e membros do alto escalão da Guarda Nacional de Patrocínio Paulista – para manter a posição elevada que desfrutavam naquela sociedade, mesmo com a Abolição da escravatura e com a mudança de regime em fins do século XIX.

**Palavras-chaves: Família, Império, Primeira República, Chefia local**

## **ABSTRACT**

This dissertation examines the trajectory of some members of two families who prospered in southern Minas Gerais - Andrade and Figueiredo - and migrated to Franca, São Paulo, in the mid-nineteenth century, in order to expand their land and wealth. Our main goal was to analyze the strategies used by these individuals - who were mostly royalists, landlords and slaves and senior members of the National Guard Patrocínio Paulista - to maintain high position they enjoyed in that society, even with Abolition of slavery and with the change of regime in the late nineteenth century.

**Key words: Family, Empire, First Republic, Local leadership**

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que fizeram com que esta Dissertação se tornasse uma realidade, a começar pelo meu pai que, ainda na época da Monografia, foi para Franca visitar parentes e soube de diversas histórias sobre o período escravista, o que me levou a estudar nossa família e a região em que viviam.

Em segundo lugar, queria agradecer aos inúmeros esforços de buscar fontes, entrar em contato com pesquisadores da região, etc. que meu primo, Luiz Mauro, fez, possibilitando, igualmente, que esta Dissertação fosse concluída. Assim como o Mauro, sua irmã, Leonice, foi sempre muito solícita ao me hospedar em sua casa todas as vezes que tive que ir a Franca, além de me levar e buscar na Cúria da Igreja de Franca, no Arquivo Histórico da cidade e no Fórum de Patrocínio Paulista. Foi também graças a eles que pude ter acesso a algumas fontes sem ter que ir à Franca, pois ambos iam ao Fórum para tirar xerox ou fotografia dos inventários que utilizei ao longo da Dissertação.

Meu já falecido avô, Clodoveu, também foi fonte de inspiração e de vontade de pesquisar sobre o tema. Impressionante como sua memória alcançava as histórias que ouviu sobre o tempo da escravidão e sobre sua infância e juventude nas fazendas de Patrocínio Paulista. Infelizmente, não houve tempo para uma entrevista completa e muitas das histórias que me contou foram perdidas, mas ele com certeza foi fundamental no desenvolvimento desta Dissertação.

Maísa Cunha já havia estudado sobre senhores, escravos e o restante da população de Franca em sua Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado. Fui muito bem recebida em sua casa, em Franca, e agradeço pelos inúmeros livros que me emprestou para tirar xerox e pelas fontes que me cedeu. Foram igualmente fundamentais para a realização deste trabalho.

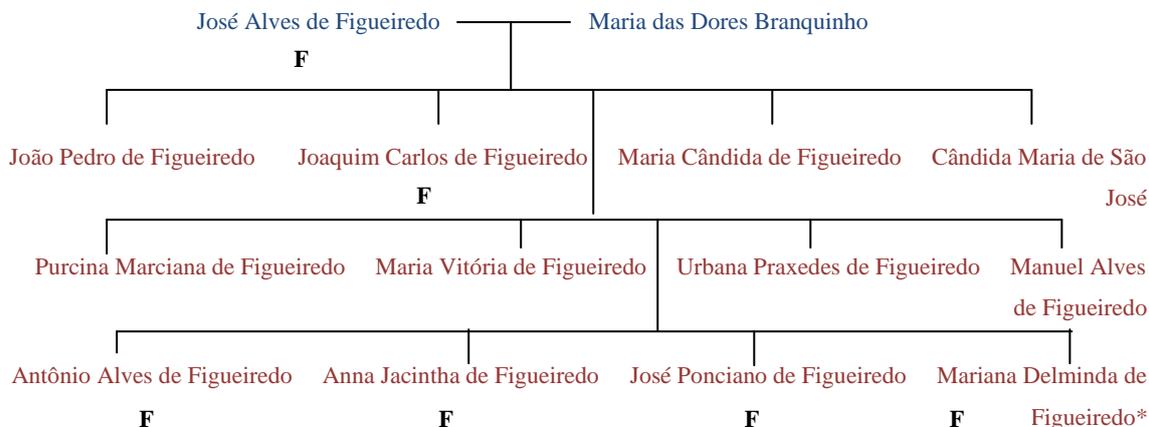
Queria agradecer também a minha mãe, Cristina, e ao meu namorado, Pedro, pela paciência que tiveram comigo nas horas estressantes em que me desesperava para escrever a Dissertação. Obrigada pela compreensão!

Ao professor doutor Roberto Guedes que me orientou de forma excelente no decorrer do primeiro ano do Mestrado. Assim como a professora doutora Surama Conde

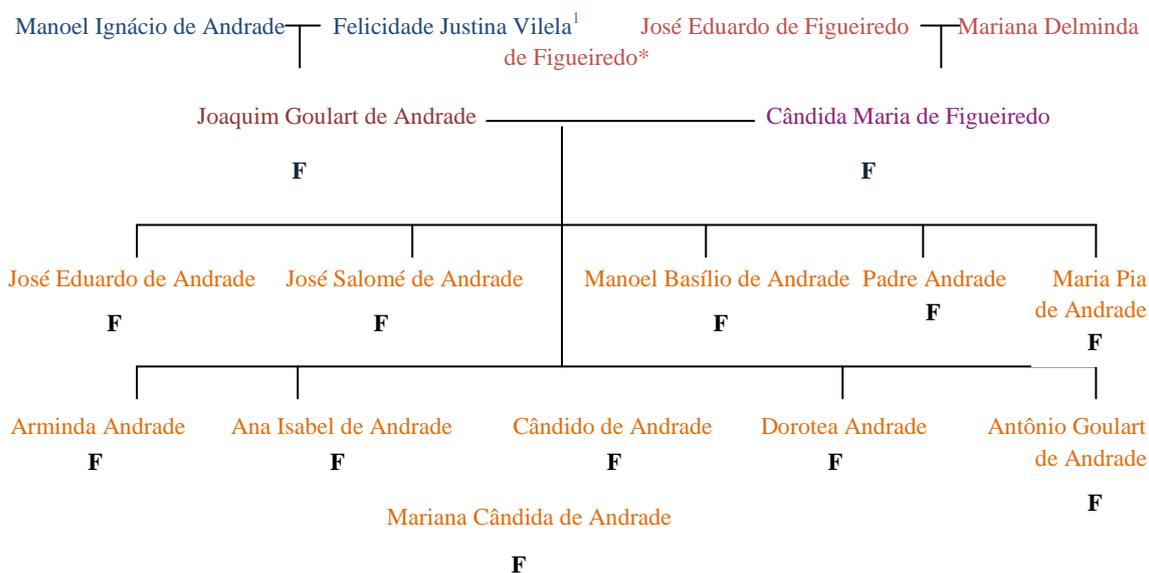
que aceitou me orientar após minha Qualificação e que me auxiliou muito, principalmente para que o terceiro capítulo pudesse ser concluído. Obrigada aos dois!

Não poderia deixar de agradecer, igualmente, a Graziela e Wanderley, funcionários do Arquivo Histórico de Franca, sempre muito solícitos e dispostos a me auxiliar nas pesquisas todas as vezes que estive lá. Aos dois, muito obrigada!

**Diagrama 2 - Ramo I: família Figueiredo originária de José Alves de Figueiredo e Maria das Dores Branquinho**



**Diagrama 2.1 - Ramo II - família Andrade originária de Joaquim Goulart de Andrade e Cândida Maria de Figueiredo**



Legenda
1ª geração
2ª geração
3ª geração
4ª geração
<b>F: Foi para Franca</b>

<sup>1</sup> Ou Felicidade Justina de Magalhães

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população segundo condição social, em Franca (1801-1836) .....	28
Tabela 1.1 – Casamentos em Patrocínio do Sapucaí (1886-1892) .....	36
Tabela 1.2 – Fogos com produção de alimentos e criação de animais em Franca, 1801 e 1820 .....	38
Tabela 1.3 – Bens inventariados de Joaquim Carlos de Figueiredo e João Garcia Lopes da Silva .....	41
Tabela 1.4 – Distribuição dos escravos segundo o tamanho da posse (1836) .....	44
Tabela 1.5 – Distribuição dos escravos segundo o tamanho da posse (1851-1888) .....	46
Tabela 1.6 – População segundo condição social, Franca (1872) .....	47
Tabela 1.7 – População segundo sexo, cor e condição social (Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872) .....	48
Tabela 1.8 – População por estado conjugal, condição social e sexo (Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872) .....	49
Tabela 1.9 – População livre em relação às profissões (Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872) .....	52
Tabela 1.10 – População escrava em relação às profissões (Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872) .....	53
Tabela 1.11 – População por estado conjugal, condição social e sexo (Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 1872) .....	54
Tabela 1.12 – População segundo sexo, cor e condição social (Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 1872) .....	55
Tabela 1.13 – População livre em relação às profissões (Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 1872) .....	56
Tabela 1.14 – População escrava em relação às profissões (Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 1872) .....	57
Tabela 2 – Família Andrade e Figueiredo no Recenseamento de 1831, Boa Esperança, Minas Gerais – ocupações e número de escravos .....	67
Tabela 2.1 – Número de escravos dos Andrade e Figueiredo .....	72
Tabela 2.2 – Valor e percentual dos bens arrolados no inventário de José Alves de Figueiredo (pai) .....	73

<b>Tabela 3 – Cargos de membros das famílias Andrade e Figueiredo na Guarda Nacional .....</b>	<b>104</b>
--	------------

<b>Tabela 3.1 – Participações de Estevam Marcolino de Figueiredo na Câmara dos Deputados .....</b>	<b>134</b>
--	------------

### **LISTA DE DIAGRAMAS**

<b>Diagrama 1 – Família Andrade originária de Miguel Goulart e Bernanda Maria.</b>	<b>60</b>
<b>Diagrama 2 – Ramo I: Família Figueiredo originária de José Alves de Figueiredo e Maria das Dores Branquinha .....</b>	<b>64</b>
<b>Diagrama 2.1 – Ramo II: Família Andrade originária de Joaquim Goulart de Andrade e Cândida Maria de Figueiredo .....</b>	<b>64</b>
<b>Diagrama 2.2 – Casamentos dos irmãos Alves .....</b>	<b>68</b>
<b>Diagrama 2.3 – Casamentos de filhos de Antônio Alves de Figueiredo com seus primos .....</b>	<b>70</b>
<b>Diagrama 2.4 – Casamentos das filhas de Joaquim Goulart de Andrade.....</b>	<b>83</b>
<b>Diagrama 2.5 – Família originária dos escravos Libório e Paulina.....</b>	<b>90</b>
<b>Diagrama 2.6 – Família originária dos escravos Joaquim e Anna.....</b>	<b>93</b>
<b>Diagrama 2.7 – Família originária de Benedito e Martha.....</b>	<b>98</b>
<b>Diagrama 2.8 – Família originária de Custódio e Theresa .....</b>	<b>99</b>

### **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 – Formação das primeiras fazendas em Patrocínio Paulista .....</b>	<b>34</b>
<b>Quadro 2 – Grau de parentesco com Ana Jacintha de Figueiredo.....</b>	<b>69</b>
<b>Quadro 2.1 – Ocupações/cargos de membros das famílias Andrade e Figueiredo .</b>	<b>82</b>
<b>Quadro 2.2 – Senhores como padrinhos de filhos de escravos .....</b>	<b>100</b>

### **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1 – Localidades do Nordeste Paulista (Franca, Batatais e Casa Branca, meados do século XIX) .....</b>	<b>27</b>
---	-----------

## SUMÁRIO

Introdução .....	11
Capítulo I - Franca do Imperador e suas tramas no Brasil Império .....	26
Introdução .....	26
Os mineiros entrantes.....	28
Patrocínio do Sapucaí.....	33
Dados econômicos sobre Franca .....	37
Estrutura de posse em Franca.....	43
Franca no Recenseamento Geral do Império de 1872 .....	47
Patrocínio do Sapucaí no Recenseamento Geral do Império de 1872 .....	53
Patriarcas fundadores dos Andrade e dos Figueiredo .....	58
Perseguindo nomes .....	61
Capítulo II – Chefes locais durante os últimos anos da escravidão .....	63
Introdução .....	63
Andrade e Figueiredo no Recenseamento de Boa Esperança, Minas Gerais .....	65
Dispersão das famílias por terras mineiras e paulistas.....	74
Famílias Andrade e Figueiredo: cargos políticos, ocupações econômicas, civis e religiosas .....	80
Ruas e praças de Patrocínio do Sapucaí.....	84
Livres, escravos e as redes de compadrio que uniam autoridades locais a seus cativos. ....	85
Capítulo III – Famílias Andrade e Figueiredo: do Império à República.....	101
Introdução .....	101
Do Império à República .....	105
A Primeira República e o coronelismo .....	111
Os Andrade e os Figueiredo na Primeira República.....	117
Dados dos Inventários <i>post-mortem</i> .....	117
A divisão da Fazenda Santa Barbara .....	124

<b>O coronel Estevam Marcolino de Figueiredo na República .....</b>	<b>126</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>136</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>139</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>140</b>

## Introdução

O processo de constituição e de consolidação do Estado Imperial, entre a Independência, em 1822, e meados do século XIX, implicou em uma reorganização das estruturas de mando no nível local, embora ainda conciliasse as novas tendências com a herança do período colonial. A criação da Guarda Nacional<sup>2</sup>, por exemplo, que tinha como objetivo garantir a ordem nas províncias devido à instabilidade política, administrativa, etc. reprimindo agitações durante o período regencial (1831-1840), acabou por fortalecer os chefes políticos locais em oposição à tentativa de centralização do império, pois ajudou a reproduzir o poder familiar sobre as estruturas de mando local, estendendo este domínio até a República.

Assim como a questão da centralização, o uso de mão de obra escrava foi alvo de intensos debates, especialmente após a Guerra do Paraguai, com o empenho do Partido Liberal. Mas, até pelo menos a segunda metade do século XIX, fossem liberais ou conservadores, nenhum grupo se opôs com afinco ao tráfico de escravos e à escravidão, apenas os liberais exaltados na Regência. Sobre a *questão servil*, o debate foi retomado com maior ênfase apenas a partir de fins dos anos 1860, com o que Joaquim Nabuco chamou de *novo liberalismo*, ocasião em que o movimento dos liberais propôs um amplo conjunto de reformas para a sociedade brasileira. Nas palavras de Maria Fernanda Martins,

o forte caráter administrativo das reformas liberais [pensando na centralização ou descentralização política e administrativa entre o poder central e das províncias] esvaziava seu conteúdo político quanto às demandas de transformações mais substanciais na sociedade brasileira, no sentido da ampliação da representação e da supressão da ordem escravista<sup>3</sup>.

No entanto, as rupturas nas instituições entre os séculos XVIII e o XIX e as ocorridas no próprio Oitocentos não implicam, necessariamente, em descontinuidade nas relações de mando locais. Tanto o Brasil colonial quanto o Império foram marcados por hierarquias ordenadas por códigos costumeiros que tinham como eixo a linguagem

---

<sup>2</sup> Criada na regência do Padre Diogo Antônio Feijó - Ministro da Justiça durante o período regencial. Diogo Feijó, que defendia um executivo forte, criou a Guarda Nacional e o Corpo de Guardas Municipais Permanentes no Rio de Janeiro a fim de reprimir agitações populares e militares. De acordo com Maria Fernanda Martins, a Guarda Nacional era fundamental para manter e reproduzir o poder familiar sobre as estruturas de mando local (2007, p. 176).

<sup>3</sup> MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 85.

do parentesco. Daí, *famílias de potentados estabelecerem pactos matrimoniais com seus pares, mas construírem também parentescos fictícios com lavradores, forros e escravos*<sup>4</sup>. Era através desses laços que indivíduos e famílias adquiriam legitimidade social. Segundo Maria Fernanda Martins:

tratava-se de uma estrutura social onde a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada às relações familiares e às redes sociais as quais estavam associados, o que fazia com que, com frequência, antes de serem homens públicos, fossem representantes dos interesses e negócios dos grupos e famílias que se aproximaram do poder<sup>5</sup>.

Na República, a legislação sobre a família reduziu a autoridade que os pais, como chefes de família, exerciam sobre seus filhos. De acordo com Linda Lewin, o declínio do patriarcado, decorrente disso, teve implicações diretas com relação ao declínio do casamento endogâmico, *cujas perpetuação dependera sempre da subordinação legal dos filhos e filhas ao comando paterno*<sup>6</sup>.

Na Paraíba, em específico, a autora observou que o caráter mais exogâmico das relações familiares não alterou perceptivelmente a identidade histórica da parentela como grupo quase corporativo. Neste sentido, a exogamia havia prevalecido durante a Primeira República *porque preservava melhor a influência da família de elite como unidade política*<sup>7</sup>.

Ainda segundo Lewin,

o colapso da dependência histórica com relação ao parentesco consanguíneo com seus laços verticais de solidariedade, sua autoridade patriarcal e sua preferência pelo casamento endogâmico, não assinalou nenhum declínio imediato ao poder de base familiar na Paraíba<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> FRAGOSO, João. Prefácio. In: MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 17. Ver também: BATISTA, Luciana Marinho. *Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais distintas em qualidade e riqueza no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX)*. In: FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>5</sup> MARTINS, Maria Fernanda. *Op. cit.*, p. 408.

<sup>6</sup> LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 156.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 158.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 160.

Observamos para Franca e Patrocínio Paulista, em especial, nas famílias Andrade e Figueiredo, ao analisarmos quatro gerações delas, a preferência por casamentos endogâmicos, como uma das estratégias daqueles grupos familiares para manter suas riquezas entre parentes. Para Linda Lewin, o poder de base familiar sobreviveu ao declínio da ordem patriarcal e do Império por mais uma geração. Como nosso recorte temporal vai até o ano de 1916, e a última geração das famílias analisadas havia nascido, crescido e contraído matrimônio ainda durante o Império, não pudemos observar as possíveis mudanças em relação à escolha matrimonial nas gerações seguintes.

### **Recortes temporal e espacial, objetivos e fontes: as famílias Andrade e Figueiredo em Franca**

Nesta dissertação, trabalharemos com os laços estruturados entre duas famílias de origem mineira que migraram para o Nordeste paulista em meados do século XIX. Sendo assim, nosso recorte geográfico foi a cidade de Franca, interior de São Paulo. Ela não fazia parte do grupo de cidades que prosperaram com uma economia de exportação – pelo menos até fins do XIX – mas teve grande importância ao abastecê-las com seus produtos agrícolas e pastoris. Além disso, formou-se e expandiu-se, no Oitocentos, um grupo de famílias distintas que, entre lavradores, cafeicultores, juízes de paz e membros da Guarda Nacional, movimentavam aquela sociedade produzindo e reproduzindo modos de vida que não se desvinculavam das hierarquias, desigualdades e formas de poder vigentes na Corte e outras regiões do Brasil, embora com suas especificidades.

Essa localidade, que se tornou cidade, em 1856, tendo sido antes denominada Vila Franca Del Rei, em 1821, e Vila Franca do Imperador, após a Independência, passou a ser ocupada por antigas famílias mineiras, da zona compreendida entre Oliveiras, Três Corações, Dolores da Boa Esperança e cidades e vilarejos próximos, que chegaram pela estrada do sal, a Via Anhanguera<sup>9</sup>. Vindos de Minas e estabelecendo-se em Franca, tais famílias construíram grandes fazendas e tornaram-se importantes lavradores e criadores de gado. Mantiveram tradições e costumes de seus locais de origem e perpetuaram o nome de suas famílias ao se tornarem autoridades locais em Franca e arredores.

---

<sup>9</sup> MATOS, Carlos Alberto Bastos de; COSTA, Alfredo Henrique (orgs). *Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista*. Patrocínio Paulista: Prefeitura Municipal, 1986.

Analisaremos a trajetória de alguns membros das famílias Andrade e Figueiredo que migraram e/ou se expandiram para Franca, e que tiveram alguma projeção social no âmbito das redes de relações da sociedade francana. Os Andrade e os Figueiredo, assim como os Rocha, os Vilela dos Reis e os Junqueira, entre outros, residiram na região de divisa entre a província de São Paulo e de Minas Gerais, só bem delimitada em fins do Oitocentos. As migrações, seja por melhores oportunidades, por matrimônios, trabalho ou terra, pareciam ser frequentes, o que se observa pela mobilidade espacial dessas famílias.

Em princípios do século XIX a população escrava de Franca cresceu através da migração de africanos e crioulos vindos de Minas Gerais com seus donos, que expandiam as fronteiras agrícolas e de criação para terras paulistas. Parte da riqueza já produzida em Minas Gerais, portanto, transferiu-se para Franca<sup>10</sup>.

Sobre o recorte temporal, adotamos o período de 1856 a 1916, na tentativa de enfatizar as trajetórias de alguns personagens das duas famílias mencionadas – Andrade e Figueiredo. A escolha do ano de 1856 se deve ao casamento de **Joaquim Goulart de Andrade** com **Cândida Maria de Figueiredo**, marcando um ponto de encontro importante na união dos dois grupos familiares entre si. Interessante apontarmos para o fato de que este não foi o primeiro, nem único matrimônio entre indivíduos das duas famílias, mas, neste trabalho, tornou-se o principal ponto de partida para entendermos as relações que se construíram entre esses ramos familiares ao longo de décadas.

Prosseguimos até 1916, ano do falecimento de **Estevam Marcolino de Figueiredo**, irmão de **Cândida Maria**, um dos membros mais representativos das duas famílias na passagem para a Primeira República, tendo se destacado como coronel da Guarda Nacional e presidente da Câmara de Patrocínio, além de ter ocupado os cargos de deputado estadual e federal. Para além de sua notoriedade – o que nos permitiu acesso a um maior número de fontes sobre este personagem –, tivemos acesso a poucas fontes sobre outros membros das duas famílias no que tange à Primeira República e, portanto, o falecimento de **Estevam Marcolino** encerra o recorte temporal deste trabalho.

---

<sup>10</sup> CUNHA, Maísa Faleiros da. *Fogos e Escravos da Franca do Imperador no século XIX*. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unicamp. Campinas, 2005, p. 77.

Nosso intuito ao estudar a essas duas famílias e a região de Franca e arredores foi o de alargar os conhecimentos sobre essa área, visto que há uma lacuna historiográfica no que diz respeito a estudos sobre senhores e escravos do nordeste paulista, bem como sobre o pós-Abolição na região.

Contudo, pretendemos ir além do estudo da trajetória dos membros dessas duas famílias ao perguntarmos o óbvio: o que aconteceu com estes senhores no pós-Abolição? Visamos, portanto, analisar também as estratégias utilizadas por eles com a perda do *status* de senhor de escravos, no limiar da República, assunto sobre o qual, igualmente, há poucos estudos.

As cidades de Franca e Patrocínio Paulista, mesmo com a chegada do café, já em fins do século XIX, continuaram a serem centros de abastecimento interno voltados para a criação de animais e de agricultura de alimentos. Sua história passou por mudanças desde a falência das minas de Goiás e Mato Grosso, que tornaram a população dos pousos do Caminho do Anhanguera dispersa e, após isto, a chegada de mineiros “entrantes” que levaram consigo costumes e tradições, renda, escravos e um tipo de sociedade que merece ser estudado mais profundamente.

Neste sentido, objetivamos analisar, através das trajetórias de **Joaquim Goulart de Andrade**, **Cândida Maria de Figueiredo** e alguns de seus tios, filhos e de seu irmão **Estevam Marcolino de Figueiredo**, no decorrer das últimas décadas do período escravista e do pós-Abolição, quais os caminhos traçados por esses personagens a fim de manter um *status* e distinção social do grupo, após deixarem de serem reconhecidos como senhores de escravos.

Ou seja, intentamos visualizar quais as estratégias seguidas por esses membros no pós-Abolição e na mudança de regime para manter a posição social que desfrutavam durante o Império e a escravidão.

Acreditamos que a perda do *status* de senhor de escravos não implicou em uma diminuição da importância social e política que antigas famílias senhoriais dispunham, visto que possuir cativos era uma (não a única) das variadas formas que utilizavam na perpetuação de seu poder e situação social. Para além dela, esses personagens podem ser encontrados em altos cargos da Guarda Nacional e da política local, como juízes de paz, presidentes da Câmara, coronéis, etc., constituindo-se em outras estratégias de poder. Tal distinção perpassava, inclusive, as gerações seguintes, pois seus filhos foram membros importantes da política regional.

**Joaquim Goulart** e alguns membros da família Figueiredo avançaram do território das Minas Gerais para o local que atualmente é denominado Patrocínio Paulista, São Paulo. Como a fronteira entre as duas províncias ainda não era bem delimitada, a expansão dessas famílias foi um fator fundamental para a chamada segunda colonização dessa parte do território paulista, onde mineiros montaram fazendas voltadas, principalmente, à criação de gado e à plantação de milho e feijão, alargando seus laços familiares com outros proprietários da região.

A fim de atender aos objetivos da Dissertação, trabalhamos no que tange ao período escravista (1856 a 1888), com registros paroquiais de batismo, registros de matrimônio, inventários *post-mortem*, ações de divisão de fazendas, listas nominativas de Franca, referentes à 1ª metade do século XIX e o Recenseamento Geral do Império, de 1872.

Para o período pós-Abolição tivemos acesso a um número menor de fontes, portanto, utilizamos, primordialmente, as informações contidas no Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista, dois inventários *post-mortem* de membros das famílias Andrade e Figueiredo, um processo de divisão da Fazenda Santa Bárbara, uma das fazendas mais importantes da região e berço da família Figueiredo e as informações sobre o Coronel **Estevam Marcolino de Figueiredo** presentes na Dissertação de Mestrado de Fabiano Junqueira<sup>11</sup>.

Nos registros de batismo constam o local e data do acontecimento, nome do batizando, idade, filiação, condição social e o nome do seu proprietário ou do proprietário dos pais. Um poucas exceções mais completas trazem a cor ou naturalidade dos pais.

Em todos os 241 registros de batismo arrolados para o trabalho, há o nome dos padrinhos e, com variações, as seguintes informações: cor, condição social e nome do proprietário do padrinho, quando este for escravo. Informa-se ainda, a freguesia ou igreja onde se realiza o batismo e o nome do vigário, pela assinatura.

Os registros de casamento de escravos anotam o local e data do evento, o nome dos nubentes, condição social, nome dos proprietários, nome das duas testemunhas, o local de realização e o oficiante. Alguns mais completos trazem a cor ou nacionalidade, estado conjugal anterior, filiação, naturalidade e local de residência.

---

<sup>11</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *A mão oculta. Estevam Marcolino: política e modernidade no interior paulista (1889-1914)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, 2008.

Sobre os inventários iremos nos deter principalmente na segunda parte deste tipo documental onde consta a avaliação dos bens do inventariado. Há, nesta parte, a descrição dos bens imóveis, móveis e semoventes do falecido, assim como informações sobre escravos, se os possuísse.

Os Recenseamentos de 1836 e 1872 foram importantes na medida em que trouxeram dados mais gerais sobre a sociedade francana, como o número de livres e escravos, a quantidade de indivíduos solteiros, casados e viúvos e as profissões, em dois períodos distintos. A partir da aferição dos dados, pudemos observar os Andrade e os Figueiredo nos moldes daquela sociedade.

Através do cruzamento dos registros documentais utilizados, reconstituímos as árvores genealógicas das famílias Andrade e Figueiredo, partindo dos pais de **Joaquim Goulart de Andrade** e dos pais de **Marianna Delminda de Figueiredo** – sogra de **Joaquim Goulart** –, analisamos as possibilidades de deslocamento e ação dos seus escravos e os trajetos traçados também por esses senhores, abarcando, inclusive, suas estratégias após a perda de *status* senhorial infringida pela abolição da escravidão e as implicações da mudança de regime.

## **Métodos, conceitos e discussão bibliográfica**

As historiadoras Hebe Mattos e Ana Rios fizeram, ao longo de suas carreiras, importantes contribuições sobre o pós-Abolição. De acordo com elas, até a década de 1990, temas sobre a situação dos ex-escravos no pós-Abolição eram muito pouco trabalhados. Mas, apesar disso, houve vários estudos sobre os projetos das elites para os libertos<sup>12</sup>.

Já na década de 1990, as pesquisas se expandiram e as preocupações variaram entre o papel do Estado, dos ex-senhores, etc., assim como passaram a serem analisadas características próprias da escravidão e da população escrava, como os projetos dos libertos e as visões da liberdade.

Os estudiosos sobre o tema passaram a analisar as diferenças das expectativas concretas de inserção no mundo livre entre ex-escravos rurais e urbanos, homens e mulheres, para aqueles que conviviam com livres e se relacionavam por laços de compadrio, vizinhança, etc. Mas, de acordo com as autoras citadas acima, *muitos dos*

---

<sup>12</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos; RIOS, Ana Maria Lugão. *O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Topoi, v.5, n.8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

*comportamentos e projetos das últimas gerações de escravos se mostraram semelhantes nas Américas*<sup>13</sup>, quais sejam: busca por autonomia e controle sobre o tempo e ritmo do trabalho, recusa ao trabalho e proteção da família.

No livro *Memórias do Cativo* as autoras perceberam, a partir da análise de um conjunto de depoimentos orais de descendentes de escravos, que as identidades sociais dos narradores foram construídas, em sua maioria, pela memória familiar e pela diferenciação do estereótipo da condição cativa. A liberdade possibilitou mobilidade espacial e trabalho familiar, mas os relatos apontaram para continuidades como o trabalho duro nos campos e o poder dos fazendeiros<sup>14</sup>.

Nota-se, mais uma vez, a presença fundamental da família, construída a partir de uma memória familiar da experiência da escravidão. No caso escravo, segundo Hebe Mattos e Ana Rios, a família era a capacidade de diferenciação dentro do cativo, família esta que entendemos como uma *vasta estrutura de integração que se verifica em diversos níveis (...) que englobam as relações decorrentes de estratégias de aliança (...)*<sup>15</sup> e que se estendia, inclusive, para as relações políticas.

Linda Lewin constatou, ao estudar a trajetória do senador Epitácio Pessoa, na tentativa de expandir uma base familiar de poder oligárquico na Paraíba, durante a Primeira República, a relação histórica entre parentesco e organização política. A autora tentou *ligar as instituições do estado a estruturas informais indispensáveis que são mantidas por laços de parentesco, de amizade política e associação pessoal*<sup>16</sup>, formando vínculos associativos baseados na família, necessários para o bom funcionamento das oligarquias, entendidas pela autora como política de facções.

Neste sentido, *as 'oligarquias' que indiretamente governaram o Brasil durante a Primeira República consistiram, portanto, em pequenos grupos de homens que monopolizaram os cargos políticos em cada estado*<sup>17</sup>, no qual a base era composta pelos chefes partidários a nível local, muitas vezes um coronel da Guarda Nacional, como era o caso de alguns dos membros das famílias Andrade e Figueiredo que foram analisados nesta Dissertação.

---

<sup>13</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos; RIOS, Ana Lugão. *Op. cit.*, p. 174.

<sup>14</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>15</sup> MARTINS, Maria Fernanda. *Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro (org.) *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites do Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>16</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 9.

<sup>17</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 17.

Logo, para Linda Lewin, a parentela foi fundamental na manutenção do poder oligárquico durante a Primeira República, porque as facções dependiam de vários grupos familiares com base no município, derivados da parentela de um político para alcançar sucesso. A autora afirma que,

Embora a oligarquia tenha surgido onde os partidos nacionais permaneceram apenas superficialmente implantados, sua manifestação local, o coronelismo, distribuía-se universalmente pelo país. Assim, o chefe partidário local, muito frequentemente um coronel da Guarda Nacional, funcionava localmente como intermediário fundamental entre os interesses das famílias de elite e o governo central<sup>18</sup>.

Sendo assim, percebemos que o coronelismo foi capaz de associar, ao nível local, os poderes familiar, pautado na parentela, e político, *perpetuando a força do parentesco na política nacional*<sup>19</sup>.

Entendemos por parentela, assim como Linda Lewin, o núcleo de seguidores políticos que se vinculavam de maneira personalística a um político. Estavam, igualmente, incluídos nela, o grupo de descendência bilateral de um indivíduo, seus ascendentes e descendentes lineares, os colaterais consanguíneos (tios (as) e sobrinhos (as)), os membros que ingressavam na família por meio de casamentos e o parentesco por afinidade. Mas os limites da família, enquanto parentela, dependiam, sobretudo, do reconhecimento individual. Portanto, a parentela era fluida, visto que indivíduos que efetivamente pertenciam ao mesmo grupo de parentesco consanguíneo podiam, em algum momento, deixar de se reconhecer como tal.

Trabalharemos, igualmente, no decorrer da Dissertação, com a relação entre indivíduo/família e sociedade. Norbert Elias, em seu livro, *A sociedade dos indivíduos*, propõe uma abordagem centrada na relação entre indivíduo e sociedade. A sociedade passa a ser entendida no contexto das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos<sup>20</sup>. Cada sujeito realiza escolhas que são frutos de estratégias condicionadas por suas obrigações, direitos e condições próprias.

O entendimento de Elias sobre a sociedade e os indivíduos tornou-se relevante neste trabalho por entendermos que cada organismo singular, embora constituindo-se

---

<sup>18</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>19</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 29.

<sup>20</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 20.

em um sujeito histórico particular e, portanto, possuidor de orientações valorativas também particulares, encontra-se em constante interação com os demais membros da sociedade. Pois, o indivíduo em si, só pode ser entendido dentro de sua rede de interdependências, estando relativamente limitado pelas alternativas possíveis à sua condição, mas sem vedar suas ações:

Enquanto uma pessoa está viva e com saúde, mesmo tratando-se de um prisioneiro ou escravo, ela possui um grau de autonomia, uma margem de manobra de seus atos, dentro da qual pode e precisa tomar decisões<sup>21</sup>.

No entanto, mas importante do que o indivíduo no contexto aqui analisado, era a família, como já dito mais acima. De acordo com Freyre, ela constituiu-se em unidade política, econômica e social que desempenhou papel fundamental na tarefa de construção do país<sup>22</sup>.

Logo, ao percorrermos a trajetória de membros dos Andrade e dos Figueiredo voltamo-nos para o estudo das estratégias familiares envolvidas em atos particulares, visto que aqueles indivíduos não agiam em prol de si mesmos, mas por todo um grupo familiar. Neste sentido, a mobilidade, a expansão para territórios paulistas, os laços matrimoniais, etc. devem ser analisados através de parâmetros de caráter familiar.

Para tanto, foram-nos muito úteis as obras de Roberto Guedes e Marcos Ferreira, entre outras, visto que estes autores abordam, embora levando em consideração as diferenças de tempo e lugar, as trajetórias familiares e sua importância na ascensão, ou não, de determinados indivíduos em um grupo.

Roberto Guedes observa, em seu estudo, *Egresso do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*, o caráter familiar da mobilidade social dos egressos do cativo e seus descendentes, algo que o autor demonstra através de exemplos de situações de embranquecimento de casais ou famílias de forros, e não de indivíduos particulares. A mobilidade era, sobretudo, uma forma de diferenciação social entre iguais e esta diferenciação se iniciava, ainda, no interior do grupo escravo, com a formação de famílias.

---

<sup>21</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 56.

<sup>22</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006. Ver também: FREYRE, Gilberto 2004. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. - 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

De acordo com o autor, na liberdade, *a estratégia de mobilidade social incluía algum tipo de habilidade ocupacional, estabilidade familiar e alianças, sobretudo com potentados locais*<sup>23</sup>. Tais alianças podiam ser construídas ainda no tempo da escravidão como, por exemplo, os vínculos traçados pelos laços de compadrio entre senhores e escravos, laços que foram comuns no caso das famílias Andrade e Figueiredo, como veremos no segundo Capítulo.

Marcos Ferreira de Andrade, em *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro - Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*, demonstrou de forma clara, principalmente através da trajetória da família Junqueira, o significado e relevância da família naquele contexto, seja na ampliação dos negócios ou na manutenção do patrimônio. Os arranjos matrimoniais apresentaram-se como uma importante estratégia na ampliação da fortuna, quando oficializados com indivíduos de fora da parentela, e arranjos entre primos ou tios e sobrinhas constituíam-se numa estratégia fundamental para que o patrimônio conquistado não fosse dissipado.

A expansão para outros territórios também pode ser visualizada entre os Junqueira, seja por escassez de terras ou para aumento da fortuna. Logo, o autor conclui que a consolidação do prestígio de determinados membros ou grupos da elite escravista tinha como base três pilares: a política, os negócios e a família<sup>24</sup>.

Entendemos, portanto, que cada ator social formaria um “nó”, ponto de encontro de várias relações que se estabeleciam, fundamentalmente em acordo com o que a família visava alcançar. Focando neste entendimento sobre o papel do indivíduo é que tentamos pensar nas relações estabelecidas entre ele e o conjunto social do qual faz parte. Tal perspectiva é de fundo metodológico, inclusive no modo de lidar com as fontes, posto que, de acordo com Ginzburg:

os registros civis apresentam-nos os indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registros cadastrais, enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos, enquanto criminosos, enquanto autores ou testemunhas de um processo. Mas assim corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 316.

<sup>24</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799 - 1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 229.

<sup>25</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa - Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1989, p. 173.

Portanto, para compor nosso quadro metodológico iremos nos servir de alguns conceitos da micro-história, tal como a proposta por Carlo Ginzburg, segundo o qual, entre outros apontamentos, *reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé (...)*<sup>26</sup>. Microanálise, portanto, constitui-se em uma redução de escala, embora não somente.

Logo, entendemos que as microanálises colocam no centro problemas antes descuidados e generalizam o uso de exemplos, mostrando uma variedade de interações sociais que as macroanálises não permitem demonstrar. Trata-se de uma maneira de enriquecer o conteúdo sobre determinado tema. Tal abordagem teve início na Itália com seus principais expoentes posicionando-se contrários à investigação quantitativa e serial de longos períodos que obscurecem os problemas cotidianos e propondo uma redução na escala do objeto a ser analisado. O que esta perspectiva pretendia era experimentações voltadas para o estudo da vivência dos sujeitos, do cotidiano, divergindo das teorias universalizantes<sup>27</sup>.

Portanto, a micro-história tem a função de identificar os sistemas de contextos nos quais se inserem os jogos sociais. Tal sistema resulta de uma combinação de situações particulares, ao mesmo tempo em que dá sentido a todas elas. Já que a escala designa uma redução do real, *a adoção de uma escala é, antes de mais nada, a escolha de um ponto de vista de conhecimento*<sup>28</sup>. O objetivo da redução é, portanto, explicativo, e não apenas descritivo. Levando em consideração os comportamentos por meio dos quais a identidade coletiva se constitui e se deforma, redefine a noção de estratégia social, visando reconstituir um espaço dos possíveis em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou grupo no interior de uma configuração específica.

---

<sup>26</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 264.

<sup>27</sup> Sobre análises micro, ver, entre outros: LEVI, Giovanni. Reciprocidade Mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs). Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro: FGV, 2009. FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da História: micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002; REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>28</sup> LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na história*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 94.

Para este trabalho, o estudo dos nomes nos permitirá, até certo ponto, uma reconstituição das famílias senhoriais e escravas. Baseamo-nos na técnica onomástica descrita por Ginzburg em *Micro-história e outros ensaios*, centrada no nome de um indivíduo nas mais diversas séries documentais. Percebe-se, portanto, que a micro-história não exclui dados seriais, mas utiliza-os de forma a permitir a reconstituição do vivido. Por outras palavras, *encontramos dados seriais com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas*<sup>29</sup>.

Será através do nome que tentaremos tecer os caminhos que levaram esses indivíduos e famílias, suas trajetórias, ideais e conquistas ao longo de duas gerações. Visto que, segundo Ginzburg, *as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido*<sup>30</sup>.

Em termos práticos, nos basearemos na perseguição de membros das duas famílias em suas relações de casamento, compadrio, morte e demais práticas sociais, através de seus nomes próprios, como propõe Carlo Ginzburg em, *O nome e o como*, ao apresentar o método onomástico. A escolha do nome era um dos modos de estabelecer uma relação de pertencimento ao grupo ou à família<sup>31</sup>, podendo ser uma das estratégias de manutenção da posição social dos membros de determinada família, pois confirmava o vínculo. Além disso,

(...) em se tratando de sociedades tradicionais, a função do nome não era individualizar o seu portador, mas identificá-lo como pertencente a um grupo, associá-lo, através das características atribuídas aos nomes nos contextos específicos, a algo ou a alguém<sup>32</sup>.

Neste sentido, o nome passa a compor o patrimônio familiar, adquirindo uma função social que visa *estabelecer e perpetuar o “nicho” de certos homens e famílias*

---

<sup>29</sup> GINZBURG, Carlo. *Op. cit.*, 1989, p. 174.

<sup>30</sup> GINZBURG, Carlo. *Op. cit.*, 1989, p. 175.

<sup>31</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 - 1763)*. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2006, p. 97.

<sup>32</sup> MARQUES, Rachel dos Santos. *Nome de família: práticas de nomeação e estratégia social no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII*. (Mestranda/UFPR). In: V Congresso Internacional de História, 2011, Paraná: Universidade Estadual de Maringá, pp. 2530 – 2542, p. 2532.

*no grupo a qual pertenciam e ante outros grupos*<sup>33</sup>. Daí a necessidade de buscar, também, através do nome, as estratégias e trajetórias familiares.

O método onomástico utiliza as séries documentais a fim de chegar a uma resposta que não é puramente demográfica, mas visa às estratégias de cada agente, dentro dos mais diversos campos sociais. Propõe indagar estruturas sociais nas quais o vivido se articula.

### **Divisão dos capítulos**

No intuito de atender aos objetivos desta Dissertação, dividimos o trabalho em três capítulos.

O capítulo I, *Franca do Imperador e suas tramas no Brasil Império*, tem como objetivo situar Franca, desde a chegada dos mineiros entrantes, moradores do sul de Minas Gerais, que se expandiram para a região no início do século XIX, até fins deste século, com membros das famílias já estabelecidos. Analisamos a perda de territórios da cidade devido a desmembramentos e as principais atividades econômicas e políticas, inserindo-as no contexto mais geral do Brasil Império, até o ano de 1875. Neste ano, Patrocínio Paulista, antigo Patrocínio do Sapucaí, se desmembrou de Franca, sendo, primordialmente, o local onde residiam os membros das famílias aqui analisadas.

Portanto, caberá apresentar um panorama da cidade de Patrocínio desde sua criação, bem como o papel dos membros fundadores das famílias Andrade e Figueiredo. Objetiva-se, igualmente, examinar a estrutura de posse de escravos em Franca em dois períodos (1836 e 1872), a fim de situar as duas famílias no quadro geral da posse de escravos da região.

Neste capítulo utilizamos como fontes, principalmente, a Lista Nominativa de Franca, de 1835, o Recenseamento Geral do Império, de 1872, e as informações contidas no Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista, que apresenta variados e importantes apontamentos sobre Patrocínio e Franca.

Em *autoridades locais durante os últimos anos da escravidão*, que constitui o segundo capítulo da Dissertação, visamos reconstituir as redes sociais que uniam os

---

<sup>33</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 118.

indivíduos e suas famílias entre si, abrangendo as relações existentes entre os senhores, seus parentes e, quando possível, com outros livres e com os escravos.

Para isso utilizamos, principalmente, os registros de batismo e casamento de Franca e Patrocínio Paulista, localizados na Cúria da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, os inventários de alguns senhores, em especial, da família Figueiredo e registros de divisão de fazendas.

Nossa intenção no último capítulo, *Famílias Andrade e Figueiredo: do Império à República*, é a de acompanhar as trajetórias dos ex-senhores e seus descendentes no pós-Abolição e na passagem para a República, tendo como limite temporal o ano de 1916. Nele observamos as estratégias utilizadas por alguns membros das duas famílias no pós-Abolição a fim de perpetuar o *status* elevado que o grupo familiar possuía nos tempos da escravidão e do Império, mesmo sem a posse de escravos e com a mudança de regime.

Através da terceira e quarta geração das famílias Andrade e Figueiredo, analisamos as possibilidades de ação dos filhos de **Joaquim Goulart de Andrade** com **Cândida Maria de Figueiredo**, assim como a trajetória do irmão desta, **Estevam Marcolino de Figueiredo**, figura representativa no cenário político de Patrocínio Paulista na vigência da Primeira República.

Precisamente, preocupamo-nos com suas ocupações/cargos, se continuaram a viver em fazendas ou partiram para a cidade, que tipos de relações estabeleciam com outros moradores da região, quer fossem pessoas influentes econômica, e politicamente, ou não.

## CAPÍTULO I

### FRANCA DO IMPERADOR E SUAS TRAMAS NO BRASIL IMPÉRIO

#### Introdução

Famílias de paulistas ocuparam a área e aí deitaram suas raízes dando início à ocupação e à história da região. Viveram as conjunturas da opulência e decadência do ouro de Goiás. No início do século XIX, teve início um processo de adensamento populacional provocado por migrações de mineiros que se estabeleceram com fazendas de gado em grande parte da sua extensão. No último quartel do século passado, o café chegou às margens do Rio Pardo<sup>34</sup>.

O trecho retirado da tese de doutoramento de Lucila Reis Brioschi resume parte do que será apresentado neste capítulo: as etapas de povoamento, ocupação e o desenvolvimento da economia francana ao longo do século XIX e início do XX. As famílias senhoriais em foco serão apresentadas nos contextos que ajudaram a construir.

Situada no chamado Sertão do Rio Pardo, nordeste paulista, Franca encontra-se numa região que compreende os rios Pardo e Grande, fazendo divisa com Minas Gerais a leste. Administrativamente pertencia ao município de Moji Mirim, tornando-se freguesia em 1805<sup>35</sup>.

A região teria se originado de um pouso, que, no decorrer do século XVIII, atendia necessidades de viajantes que se dirigiam para as minas auríferas do Mato Grosso e Goiás. No entanto, desde 1673, com a expedição empreendida por Anhanguera I, que passou pela região, formou-se o chamado *Caminho do Anhanguera*<sup>36</sup>, que ligava a capitania de São Paulo a Goiás.

---

<sup>34</sup> BRIOSCHI, L. R. *Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1995, 10.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>36</sup> Também conhecido como “Caminho dos Goyases”, partia de Moji mirim e cortava os territórios de Moji Iguaçu, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava, entre outros. Fonte: OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca, SP: Amazonas Prod. Calçados, 1997, p. 43.

**Mapa 1 - Localidades do Nordeste Paulista (Franca, Batatais e Casa Branca, meados do século XIX)**



Fonte: MONTI, Carlo Guimarães, 2011, p. 9

O primeiro momento do povoamento de Franca foi marcado pela ocupação por paulistas voltados para consumo próprio e abastecimento de viajantes que por lá passavam a fim de alcançar as minas de ouro goianas. A *fixação dos primeiros habitantes estava, assim, associada ao fluxo comercial entre a cidade de São Paulo e Vila Boa de Goiás*<sup>37</sup>.

Esta primeira fase do povoamento do Sertão do Rio Pardo é uma realização inteiramente paulista. Não há dúvida quanto a isto. Ao mesmo tempo em que iam abrindo as picadas, os bandeirantes constituíam junto a elas pequenos núcleos populacionais. Nestes ficavam seus agregados e seus escravos garantindo a subsistência no Sertão<sup>38</sup>.

Maísa Cunha afere, com base no que já havia sido estudado por Bacellar e Brioschi<sup>39</sup>, que, em meados do século XVIII, houve um crescimento no interesse em solicitar sesmarias nessa região. A maioria dos sesmeiros alegava estar ali plantando roças e criando gado<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> BRIOSCHI, L. R. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>38</sup> CHIACHIRI FILHO, José. *Do "Sertão do Rio Pardo" à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986, p. 32.

<sup>39</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Hunanitas FFLCH/USP, 1999.

<sup>40</sup> CUNHA, M. F. da. *Demografia e família escrava. Franca – São Paulo, século XIX*. 2009. 254f. Tese (Doutorado em História) - Unicamp. Campinas, 2009, pp. 20-21.

Contudo, com a exaustão das minas de Goiás e Mato Grosso, o comércio do *Caminho do Anhanguera* estagnou-se, tornando a população dispersa.

### Os mineiros entrantes

Foi somente nas primeiras décadas do século XIX que ressurgiu o interesse pela região de Franca. O fluxo migratório, antes empreendido por maioria paulista, foi sendo substituído por mineiros provenientes, principalmente, do sul de Minas. O rápido adensamento populacional tornou propícia a criação da primeira freguesia do caminho dos Goyases, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca<sup>41</sup>, solicitada por Hipólito Antônio Pinheiro ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, em 1805.

Brioschi acrescenta que, em um período de seis anos, compreendendo 1801 a 1807, houve um importante aumento populacional em Franca. A população livre quase triplicou (491 livres em 1801 e 1.267 em 1807), elevando-se, também, o número de escravos significativamente (80 cativos em 1801 e 338 em 1807), o que a autora acredita ser indicativo de uma situação econômica mais favorável a esses indivíduos livres do que a de seus antecessores do final do século XVIII<sup>42</sup>.

**Tabela 1 - Evolução da população segundo condição social, em Franca (1801 - 1836)**

Anos	Livres		Escravos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1801*	491	86	80	14	577	100
1807*	1.267	79	338	21	1.605	100
1824**	3.974	68,2	1.853	31,8	5.827	100
1836**	7.224	67,7	3.443	32,3	10.667	100

Fontes: \* BRIOSCHI, 1995, p. 118.

\*\* CUNHA, 2009, p. 30.

<sup>41</sup> BRIOSCHI, L. R. *Op. cit.*, p. 117.

<sup>42</sup> BRIOSCHI, L. R. *Op. cit.*, p. 118.

Entre 1807 e 1836, período em que ocorreu a entrada massiva de mineiros na região<sup>43</sup>, percebe-se a continuação desse aumento populacional, embora em números percentuais a população livre tenha diminuído (79% em 1807 e 68% em 1836), enquanto a escrava aumentou (21% em 1807 e 32% em 1836), estabilizando-se os números percentuais a partir de 1824. Essa elevação ocorreu, provavelmente, pelo fato de os mineiros “entrantes” levarem consigo seus antigos escravos, úteis à plantação e criação de gado em expansão, além da própria reprodução natural dos últimos.

Sobre a forte reprodução natural (família escrava), vimos, por exemplo, na Lista Nominativa de Franca de 1835, Distrito de Santa Bárbara, quarteirão de Alagoa Rica<sup>44</sup>, onde constavam três senhores da família Figueiredo que, dos 5 escravos de **João Alves**, um era africano, vindo do Congo, e todos os outros naturais de Franca, com idades até 25 anos, assim como os 6 cativos arrolados de **José Ponciano**, dos quais 4 eram naturais de Franca e 2, de idades mais avançadas, eram Benguela. Dentre os 9 escravos de **José Cândido**, 2 eram Benguela e para os outros não há referências sobre a naturalidade, provavelmente crioulos.

Vimos, portanto, que a região de Franca expandiu-se através das dispersões geográficas empreendidas por maioria de famílias mineiras prósperas. Dispersões estas que podem ser explicadas pela necessidade de membros dessas famílias buscarem recursos e desenvolverem e alargarem as atividades familiares em novas áreas. Em 1804, os mineiros constituíam 24,7% da sociedade francana. Vinte anos depois (1824), 75% da população de Franca era formada por mineiros<sup>45</sup>.

Marcos Ferreira de Andrade explicita, ao trabalhar com a trajetória da família Junqueira, no sul de Minas Gerais, que a dispersão geográfica foi uma das estratégias familiares a partir da 3ª geração desse grupo, seja pela escassez de recursos em áreas já ocupadas pelas gerações anteriores, *seja por uma estratégia pensada de investimento em áreas em expansão, o que contribuía para a ampliação da riqueza e do poder da parentela*<sup>46</sup>. Linda Lewin já havia abordado o tema ao estudar a trajetória dos Pessoa, principalmente de seu membro de maior destaque, Eptácio Pessoa, na Paraíba, no

---

<sup>43</sup> Chiachiri Filho verificou que 2/3 dos mineiros entrantes, aproximadamente, advinham da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca do Rio das Velhas. Fonte: CHIACHIRI FILHO, 1986, p. 43.

<sup>44</sup> Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/res\\_frameset.php?lata=047&maco=007&img=047\\_007\\_001.jp](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/res_frameset.php?lata=047&maco=007&img=047_007_001.jp)

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Op. cit.*, p. 47.

<sup>46</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 250.

decorrer da Primeira República. De acordo com a autora, durante o Império a divisão espacial da parentela visava fortalecer sua influência política e amortecer as perdas econômicas, diferentemente do que ocorreu na República, quando a adoção de um sistema político descentralizado dificultou a coesão grupal em situações de dispersão geográfica, visto que algumas prerrogativas, antes concernentes ao governo central, passaram para os estados. Para Lewin, na década de 1920, a expansão da economia acarretou em tensões sobre a solidariedade familiar da elite<sup>47</sup>.

Os mineiros que migraram para Franca eram, em sua maioria, pertencentes a famílias que se ocupavam da pecuária e do abastecimento interno, embora também viessem de áreas de mineração decadente. Sendo assim, não nos parece que se tratava de ampliar a fronteira em um momento de procura internacional pelos produtos coloniais. Seu interesse parecia ser o de alargamento de áreas voltadas para atividades que já vinham sendo desenvolvidas em Minas Gerais, expandindo-se para lugares limítrofes entre esta província e a de São Paulo, cujas demarcações só foram mais bem estabelecidas nas primeiras décadas do século XX. Portanto, quando os

mineiros, no desmaiar do século XVIII e no despertar do XIX, chegaram até as divisas e começaram até a se adentrarem pela capitania de São Paulo, não eram mais, em sua maioria quase absoluta, mineradores preocupados em encontrar ouro, mas sim agricultores e criadores em busca de terras férteis e boas pastagens<sup>48</sup>.

Objetivando demonstrar a gradativa ampliação das atividades voltadas para a subsistência em Franca, e sua importância ao produzirem recursos necessários à acumulação de riqueza dos proprietários francanos, Lélío Oliveira destacou, através da análise de inventários em dois períodos distintos, 1822/30 e 1875/85, a pecuária como atividade relevante para aqueles proprietários. No 1º período analisado, os bens semoventes compunham 17,1% da riqueza, enquanto os bens imóveis, utilizados para a criação do gado e terras, constituíam 41,2% do total. No 2º período, os semoventes subiram para 28,8% e os bens de raiz para 53,9%<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

<sup>48</sup> CHIACHIRI FILHO, José. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Op. cit.*, p. 51.

Os Andrade e os Figueiredo são famílias advindas do sul de Minas que, assim como os Junqueira, os Ferreira, Vilela, entre outros, avançaram para território paulista no decorrer das três primeiras décadas do Oitocentos, constituindo, neste território, fazendas de criação de gado e plantação, principalmente, de milho e feijão, com auxílio de mão-de-obra escrava. Vinculavam-se, sobretudo, ao mercado interno colonial-imperial de alimentos<sup>50</sup> e parece-nos que a palavra-chave para explicar o fenômeno de dispersão geográfica empreendido por essas e outras famílias mineiras era *expansão*, seja por falta de terras ou na tentativa de ampliação de poder daqueles membros.

Marcos Ferreira de Andrade, ao estudar a *cultura material*<sup>51</sup> e a constituição das fortunas de grandes proprietários de Campanha da Princesa, Minas Gerais, mostra que esses senhores, embora buscassem na diversificação dos afazeres o enriquecimento, estavam voltados, principalmente, para a produção de açúcar, aguardente e rapadura comercializadas na própria região, mas também com o Rio de Janeiro e São Paulo, além de estarem envolvidos com a criação de animais e a produção de alimentos, com destaque para o milho e o feijão, contando com a utilização de mão-de-obra escrava africana e crioula.

Para Franca, percebemos através da análise dos inventários *post-mortem* de alguns membros das famílias Andrade e Figueiredo, do decorrer do século XIX, pelas listas nominativas de Franca de 1835 e pelo Recenseamento de 1872, uma continuidade de costumes e de práticas advindas do sul de Minas Gerais, e que foram expandidas para São Paulo quando da chegada dessas e de outras famílias mineiras na região.

Será a partir da análise da trajetória de membros dessas famílias, como **Joaquim Goulart de Andrade**, e seus filhos<sup>52</sup>, e **Ana Jacintha de Figueiredo**, seu pai, **José Alves de Figueiredo**, seus tios **Antônio Alves** e **Joaquim Alves**, os irmãos de Ana, **José Ponciano de Figueiredo**, **Joaquim Carlos** e **Mariana Delminda de Figueiredo**, e seu sobrinho, **Estevam Marcolino de Figueiredo**<sup>53</sup>, que procuraremos entender um pouco mais sobre a sociedade francana de meados do século XIX e início do XX. Como

---

<sup>50</sup> Sobre mercado interno de alimentos, ver: FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>51</sup> O autor não precisa muito bem o que entende por *cultura material*, mas visa reconstruir parte do universo cotidiano das elites do sul de Minas Gerais através do exemplo de Campanha da Princesa.

<sup>52</sup> Terão maior destaque neste trabalho Manoel Basílio de Andrade, José Eduardo de Andrade e José Salomé de Andrade, filhos de Joaquim Goulart.

<sup>53</sup> As árvores genealógicas das famílias Andrade e Figueiredo estão dispostas na 6ª página desta Dissertação.

a parentela foi influenciada e como influenciou o modo de vida de elites locais que moldaram a escravidão em Franca e atravessaram suas últimas décadas? Quais as consequências deste processo? Quais as formas encontradas por esse grupo para continuar a ser reconhecido e se reconhecer como legítimo? Também, quais as escolhas efetuadas por seus escravos, principalmente no que tange ao compadrio<sup>54</sup>?

Linda Lewin examina em seu livro *Política e parentela na Paraíba* a relação histórica entre o parentesco e organização política, principalmente, durante a Primeira República. De acordo com a autora, a organização política paraibana se fundava em vínculos associativos baseados na família. Neste sentido, as famílias dirigentes na Paraíba *exerceram autoridade política nos municípios de acordo com domínios econômicos claramente reconhecidos e objetivando favorecer e proteger os seus interesses privados*<sup>55</sup>.

Acreditamos que para a região de Franca e arredores ocorria o mesmo, embora o reconhecimento pudesse estar relacionado não só ao domínio econômico, mas, igualmente, no caso dos indivíduos aqui analisados, ao seu posicionamento no alto escalão da Guarda Nacional, isto porque eles serão lembrados enquanto atuantes em suas funções na Guarda. Como veremos adiante, alguns dos personagens tornaram-se nomes de ruas, por exemplo, situações em que os adjetivos Major, Coronel, etc., antecedem seus nomes.

Como quer que tenha sido, no decorrer do século XIX, Franca sofreu desmembramentos que contribuíram para a demarcação do território, tal como ele é hoje, e que trouxeram mudanças que influenciaram os rumos deste estudo. O primeiro deles foi a separação de Batatais, que se tornou vila em 1839. Em 1856, Franca foi elevada à cidade e, ao longo da segunda metade do mesmo século, sofreu outras perdas territoriais<sup>56</sup>. Dentre as divisões interessa-nos a da atual Patrocínio Paulista, visto que as famílias Andrade e Figueiredo, alvos da pesquisa, habitaram, primordialmente, esta região. Patrocínio emancipou-se em 1885, tornando-se Vila do Termo de Franca, e foi elevada à cidade em 1892. Tudo isso convida o pesquisador e os leitores a passearem por cidades paulistas.

---

<sup>54</sup> Voltaremos a esse tema no Capítulo II desta Dissertação.

<sup>55</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 282.

<sup>56</sup> Em 1872, o antigo território de Franca estava dividido em três municípios: Franca, Batatais e Cajuru.

## Patrocínio do Sapucaí

Devido à sua padroeira, cujo templo encontra-se na beira do rio Sapucaizinho, que deságua no rio Sapucaí, a paróquia desta localidade, criada somente após a emancipação política, recebeu a denominação de Nossa Senhora do Patrocínio do Sapucaí. De acordo com o *Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista*, a primeira notícia que se tem da região de Macaúbas aparece num documento de sesmaria de Franca solicitado pelo Capitão Manoel de Almeida, em 1805, em relação à Fazenda Santa Bárbara, também descrita por Saint Hilaire em sua obra, *Viagem à Província de São Paulo*. O viajante, passando por terras patrocínenses, em 1819, afirmou que:

A pouca distância dessa localidade [Franca], o campo, como já disse, muda completamente de aspecto, não só porque não se apresentam mais gramíneas e sub-arbustos, como também porque começam a ser vistas pequenas montanhas. A légua e meia do local denominado *Santa Bárbara*, fiz alto. Nesse local está situada uma das mais importantes fazendas por mim encontradas<sup>57</sup>.

Patrocínio, que durante quase todo o século XIX fez parte do território de Franca, também teve sua ocupação efetuada por famílias mineiras entrantes que instalaram nessa região suas fazendas. Dentre estas, as mais antigas são a (1) Fazenda de Santa Bárbara, cuja data de criação se desconhece, mas que pertenceu a **José Alves de Figueiredo**, sendo passada, posteriormente, ao seu genro, **José Eduardo de Figueiredo**; (2) a Fazenda do Esmeril, posse de Pio Avelino de Figueiredo; (3) Fazenda do Jaborandi de **João Alves de Figueiredo**; (4) Fazenda do Turvo, fundada em 1830, pelo Major Antonio Joaquim do Nascimento; e (5) a Fazenda de São Francisco, edificada também em 1830, pelo Sargento-Mor Veríssimo Plácido de Arantes, posteriormente comprada por **Joaquim Vilela dos Reis**<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> SAINT HILAIRE, A. *Viagem à Província de São Paulo*. Trad. Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins Fontes/EDUSP, 1972, p. 125.

<sup>58</sup> Esposo de Ana Jacintha de Figueiredo, uma das personagens chave dessa Dissertação.

### Quadro 1 - Formação das primeiras fazendas em Patrocínio do Sapucaí

Fazenda	Proprietário
Santa Bárbara	José Alves de Figueiredo/José Eduardo de Figueiredo
Esmeril	Pio Avelino de Figueiredo
Jaborandi	João Alves de Figueiredo
Turvo	Antonio Joaquim do Nascimento
São Francisco	Joaquim Vilela dos Reis

Percebe-se, portanto, a presença massiva de membros da família Figueiredo em posse e criação das primeiras fazendas do antigo Patrocínio do Sapucaí, o que é importante para entendermos parte da relevância desse grupo familiar e seu estabelecimento como autoridades locais na região, atuando como fazendeiros, agricultores e criadores de gado, mas também na política local, como se verá no terceiro capítulo dessa dissertação.

É sabido, também, que, em princípio, Patrocínio foi ocupado por garimpeiros, tanto mineiros quanto paulistas, que trabalhavam na extração de diamantes, abundantes na região. Quando do estabelecimento das primeiras fazendas, com a oposição dos fazendeiros à extração de diamantes em seus terrenos devido à devastação das terras, os garimpeiros foram perseguidos, havendo um relato, inclusive, de que, em 1853, o fazendeiro João Cândido dos Reis perseguiu-os e queimou-lhes os ranchos onde habitavam<sup>59</sup>.

Sendo assim, instalou-se em Patrocínio uma população advinda do sul de Minas com características próximas aquelas já destacadas para Franca como um todo. Até porque, sendo reconhecida como um “quarteirão” de Franca, até, pelo menos, a década de 1870, era necessário que esses indivíduos se deslocassem para a cidade a fim de batizar seus filhos e os filhos de seus escravos, casar, entrar com pedidos de processo, etc., o que explica grande parte dos registros de batismo, casamento e óbito

<sup>59</sup> MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique (org.). *Almanaque histórico de Patrocínio Paulista*. Patrocínio Paulista: Prefeitura Municipal, 1986, p. 20.

encontrarem-se, ainda hoje, na Diocese de Franca, assim como alguns inventários e processos de divisão de fazendas que estão no Arquivo Histórico Municipal da mesma cidade.

Patrocínio Paulista é formado por doze quarteirões, muitos deles remetendo-se a nomes de antigas fazendas do local: 1º a cidade; 2º Santa Bárbara; 3º Esmeril; 4º Jaborandi; 5º Vanglória; 6º Campo Alegre<sup>60</sup>; 7º São Francisco, 8º Palmeira; 9º Taquaral; 10º Sertãozinho; 11º Macaúbas, e fechando o território de Patrocínio encontra-se a Serra dos Figueiredo. Logo, uma das famílias em estudo tem o nome cravado na toponímia da cidade.

Sobre o número de habitantes de Patrocínio do Sapucaí, após a emancipação política (1885), há somente informações disponíveis no Almanaque Histórico desta localidade, no qual se nota que, em 1886, havia um total de 2.281 pessoas, sem discriminar a quantidade de livres e de escravos. Já em 1890, houve um crescimento para 3.892 habitantes. Curioso destacar que, acompanhado a esse significativo aumento demográfico em apenas 4 anos, aumentou também o número de casamentos no período de 1886 a 1892, sobretudo, em 1888 e 1889, anos da Abolição e da Proclamação da República.

---

<sup>60</sup> Nome de uma fazenda que também pertenceu a membros da família Figueiredo.

**Tabela 1.1 - Casamentos em Patrocínio do Sapucaí (1886 - 1892)**

Ano	Número de Casamentos
1886	7
1887	10
<b>1888</b>	<b>107</b>
<b>1889</b>	<b>67</b>
1890	1
1891	23
1892	45

Fonte: MATOS & COSTA (orgs.), 1986, p. 15.

Como podemos observar na tabela 1.1, no ano de 1888 foi registrado o maior número de casamentos na igreja de Patrocínio Paulista, um aumento surpreendente que avançou, embora decaindo em números, até o ano seguinte. Os autores do Almanaque explicam o fato como efeito da libertação dos escravos. Hipótese que pode ser considerada plausível se pensarmos que o casamento entre escravos de plantéis distintos era raro em várias regiões do Brasil<sup>61</sup>. Mas, não localizamos nenhum caso entre os escravos das famílias aqui pesquisadas, além do que, pode ter havido muitos casamentos consensuais, por motivos variados, como o desinteresse do senhor em casar seus cativos na Igreja, por exemplo. No entanto, nos parece que a Abolição teria possibilitado que os casais consensuais ou formados na época pudessem contrair matrimônio perante a Igreja, inflando o número de casamentos contabilizados para Patrocínio naquele período.

<sup>61</sup> Cf. SLENES, Robert. *Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX*. Revista Brasileira de História, p. 189-203, 1988; MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, entre outros.

## Dados econômicos sobre Franca

Desde fins do século XVIII a agricultura paulista, em expansão, contava com a utilização de mão-de-obra escrava africana. O avanço do café e do açúcar no Quadrilátero do Açúcar e no Velho Oeste Paulista<sup>62</sup>, no início do XIX, fez com que a mão de obra escrava se concentrasse nestas regiões voltadas para a exportação. No entanto, áreas de agricultura de abastecimento interno, como Franca, que coexistiram durante todo o século XIX com o café e o açúcar e, inclusive, floresceram no mercado de animais, principalmente, devido à expansão daquelas áreas, também foram necessárias, constituindo-se em uma atividade econômica relevante. De acordo com Maria Thereza Petrone, a agricultura paulista de alimentos desempenhou um importante papel como instrumento de desenvolvimento e como geradora de riquezas no decorrer do século XIX<sup>63</sup>.

Durante quase todo o século XIX a população francana voltou-se para uma agricultura de abastecimento interno e consumo familiar, pecuária, comércio de sal, e fabricação de tecidos, embora em menor escala. Podemos perceber, através da tabela 1.2, que as plantações de milho e feijão foram ganhando destaque na região desde as primeiras décadas daquele século, dando continuidade a uma prática de plantio comum no sul de Minas Gerais, de onde grande parte das famílias de Franca advinha, como já dito acima. Neste sentido, a agricultura alimentícia desempenhou um papel importante na geração de riquezas.

---

<sup>62</sup> PETRONE, Maria Thereza S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo - Expansão e Declínio (1765 - 1851)*. São Paulo : Difel, 1968.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 21.

**Tabela 1.2 - Fogos com produção de alimentos e criação de animais em Franca, 1801 e 1820\***

Produtos	1801	1820
Milho	10	215
Feijão	7	202
Arroz	1	25
Algodão	1	30
Porco	3	83
Vacum	11	45
Queijo	-	6
Farinha	2	3
Fumo	-	2
Cavalo	4	-
Sal	-	5
Total de fogos	66	379

Fonte: OLIVEIRA, 2011, p. 5, referente às Listas Nominativas de Habitantes de Franca de 1801 e 1820.

\* Há fogos com mais de um tipo de produto.

Em 1801, a plantação de milho estava presente em 10 fogos (15% do total de domicílios), constando, em 1820, em 215 fogos (56% do total de domicílios). A plantação de feijão, presente em apenas 7 fogos, em 1801, (11% do total de domicílios), encontrava-se em 202 fogos, em 1820, (53% do total de fogos)<sup>64</sup>.

Marcos de Andrade afirma, sobre os hábitos alimentares das famílias do sul de Minas, entre 1795 e 1850, principalmente da comarca do Rio das Mortes, que o milho era extremamente importante na produção de sua farinha, fundamental para fazer o angu, comida que servia a senhores e escravos, sendo também utilizado para o trato de animais<sup>65</sup>. Para o termo de Campanha, entre 1802 e 1865, o autor constatou que o milho

<sup>64</sup> OLIVEIRA, Marina Costa de. *Agregados no Termo de Franca (1801-1820)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, Julho 2011, p. 4.

<sup>65</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 117.

era o principal produto produzido, sendo mais disseminado entre os senhores de plantéis de 6 a 19 cativos, que correspondiam aos detentores de 50% da produção total, o mesmo ocorrendo com a produção de feijão, segundo produto de maior crescimento, também, em Franca nas primeiras décadas do Oitocentos.

No que concerne à criação de animais, notamos que, em Franca, a suinocultura era mais significativa do que a criação de gado vacum no período de 1801 a 1820, enquanto, em Campanha da Princesa, o gado vacum e a criação cavalar tiveram um crescimento constante, entre 1803 e 1865, sendo superiores a quantidade de porcos, que nem aparecem no 1º período da divisão empreendida por Marcos de Andrade, abrangendo os anos de 1803 a 1831<sup>66</sup>. Mas, para ambas as regiões, os porcos representavam um comércio importante, visto que não se destinavam apenas ao consumo na fazenda, sendo o toucinho muito comercializado. Na comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais,

os bois eram utilizados para tocar os engenhos, no transporte de mercadorias e no dia-a-dia das fazendas; as vacas serviam para dar cria e produzir leite, essencial na dieta dos mineiros e na produção dos queijos; o gado mais novo era comercializado e tinham destino certo, especialmente os mercados da Corte<sup>67</sup>.

Em Franca, o excedente da produção alimentícia, como o feijão e o toucinho, era comercializado com viajantes do *Caminho do Anhanguera*, podendo ser trocado por sal, por exemplo, produzido em Campinas. Enquanto isso, o gado vacum era destinado para o trabalho nas plantações de açúcar e café, além de ser consumido pela população dessas regiões<sup>68</sup> e ser utilizado nas fazendas francana, na produção de leite e no trabalho nos engenhos. Em suma, houve continuidade das atividades agrícolas dos que saíram de Minas Gerais e se estabeleceram em Franca. O mesmo não pode ser dito para os investimentos.

Marcos Ferreira constatou para Campanha, através da análise dos inventários dos 64 proprietários mais ricos da região que, no período de 1803 a 1865, os ativos de maior valor nas fortunas desses proprietários sul-mineiros eram os escravos, os imóveis

---

<sup>66</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, pp. 96-97.

<sup>67</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 118.

<sup>68</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2005, pp. 40-41.

e as dívidas ativas. Além disso, as atividades que garantiam o enriquecimento desses senhores eram, principalmente, a produção de açúcar e aguardente nos engenhos<sup>69</sup>, a plantação de alimentos e a criação de animais<sup>70</sup>.

De acordo com Maísa Cunha, os bens de maior valor arrolados nos 31 inventários de proprietários francanos, no período de 1851 a 1888, foram os escravos, o gado vacum<sup>71</sup> e as terras, predominando, também, nesta região, a criação de animais e produção de alimentos.

Em um dos inventários pesquisados por nós, o de **Joaquim Carlos de Figueiredo**<sup>72</sup>, aberto, em 1863, por Cândida Nicésia de Figueiredo, esposa do inventariado, constavam 50 carros de boi – provavelmente utilizados como força motriz para o funcionamento dos engenhos – 18 vacas paridas, 13 vacas solteiras, 16 bezerros, 3 touros, 12 cavalos e 19 carneiros. Joaquim possuía, ainda, 14 escravos de idades entre 1 e 50 anos, havendo cativos africanos e crioulos, avaliados, em sua maioria (9 dos 14 escravos arrolados), acima de 1:000\$000 (um conto de réis). Apenas dois dos escravos constavam como casados – Benedita, parda de 36 anos e Athanazio, crioulo de 30 anos de idade. Dentre seus bens de raiz havia uma morada de casas na cidade, um sítio na Fazenda Olaria com casas de vivendas, paiol, engenho de serra e de cana, moinho e currais, um terreno com cafezal, uma fazenda de culturas e de criar (Olaria) e uma fazenda denominada Saltador, de campos, de criar e de culturas<sup>73</sup>.

As posses deste senhor são poucas se comparadas as do inventariado João Garcia Lopes da Silva, citado por Cunha, ou mesmo quando comparado, em número de escravos e gado, a outros senhores da família Figueiredo, a qual **Joaquim Carlos** pertencia. João Garcia, por exemplo, tinha, em 1859, nada menos que 714 cabeças de gado vacum, 150 porcos, 97 cavalos e 54 carneiros. Entre seus bens estavam, também, uma olaria e fomalha, 162 sacos de sal, 1.000 queijos e 70 cativos<sup>74</sup>. Mas, nossa intenção em apresentar dados do inventário de **Joaquim Carlos de Figueiredo** é de mostrar que, mesmo para um senhor desprovido de muitas posses – em relação ao

---

<sup>69</sup> O autor constata que dos 64 proprietários mais ricos de Campanha, 29 eram donos de engenho (2008, p. 72).

<sup>70</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>71</sup> Em 1855, Franca ocupava o 2º lugar da Província como um todo, em relação à quantidade de fazendas de criação de gado, com 90 fazendas, estando atrás de Mogi Mirim, apenas, que possuía 98.

<sup>72</sup> Irmão de Ana Jacintha de Figueiredo.

<sup>73</sup> No inventário de Joaquim Carlos não constava seu monte-mor, o que nos impossibilitou analisar o peso do valor dos escravos e de outros bens de Joaquim no conjunto de suas posses.

<sup>74</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009, p. 35.

número de escravos e de animais –, havia uma valorização da propriedade de terras, demonstrada pela grande quantidade deste tipo de bem, e de escravos, que tiveram seus preços elevados no período.

**Tabela 1.3 - Bens inventariados de Joaquim Carlos de Figueiredo e João Garcia Lopes da Silva\***

<b>Bens</b>	<b>Joaquim Carlos de Figueiredo</b>	<b>João Garcia Lopes</b>
Gado vacum	100	714
Cavalos	12	97
Carneiros	19	54
Porcos	-	150
Queijo	-	1.000
Escravos	14	70

\* Além destes há os bens de raiz não listados nesta tabela

Fontes: Inventário de Joaquim Carlos de Figueiredo;

Cunha, 2009, p. 35.

Em 1855, a criação de gado vacum empregava 326 agregados e 939 escravos em Franca, tendo sido vendidas 3.300 reses de uma produção de 5.200<sup>75</sup>. Mas, além do gado, a criação de porcos também era relevante, visto que a carne suína era muito consumida por famílias mineiras que continuaram com esta prática em Franca, o que pode ser notado a partir da tabela 1.2 (p. 33), pois houve um crescimento na região de 3 para 83 fogos com criação de porcos entre 1801 e 1820.

Nas tabelas 1.9 (p. 52) e 1.10 (p. 53), mais à frente, no que diz respeito às profissões arroladas no Recenseamento de 1872, pudemos perceber que na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca havia 207 mulheres livres e 23 escravas desempenhando a função de costureiras e na de Santa Bárbara de Macaúbas havia 71

<sup>75</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009, p. 40.

mulheres livres e 19 escravas, ocupando-se da mesma função. Porém, desde o Recenseamento de 1836 de Franca e no Censo de 1831 de Boa Esperança, Minas Gerais destaca-se a presença de mulheres listadas como costureiras, função essencialmente feminina nestas localidades, estando presentes tanto nas propriedades maiores, onde havia ocupações diversificadas, como nas pequenas, sendo, de acordo com Cunha, um meio de sobrevivência para as últimas<sup>76</sup>.

No fogo de Dona Maria Vilela do Espírito Santo, no Recenseamento de 1831, em Boa Esperança, foram listadas duas agregadas como costureiras e sua nora, Maria Cândida de Figueiredo, como rendeira<sup>77</sup>. No inventário do marido de Dona Maria, **José Alves de Figueiredo**, em 1822, constava entre seus bens seis rocas de fiar<sup>78</sup>.

Veremos no próximo tópico, através dos dados arrolados para as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Franca e Santa Bárbara de Macaúbas, no Recenseamento Geral do Império de 1872, que essa região apresentava certa diversificação econômica, embora a maioria da população estivesse voltada para a lavoura. Ainda, em 1836, percebe-se essa diversificação ocupacional, visto que, na Lista Nominativa deste ano, encontramos 98 pessoas dispostas em outras profissões como carpinteiros, alfaiates, ferreiros, sapateiros, músicos, etc.

É sabido, também, que na freguesia de Macaúbas (Patrocínio Paulista), especialmente, e também na do Carmo (Ituverava), a extração diamantífera foi comum durante o Oitocentos, mas devido à falta de recursos dos exploradores, a ausência de comerciantes especializados na venda de diamantes e ao fato dessa extração não agradar aos agricultores da região, não houve uma grande procura por essa ocupação.

Sendo assim, observamos que, em Franca, por mais que houvesse um predomínio das ocupações agrícolas e de criação de animais, estes afazeres conviviam com uma atividade comercial dinâmica, contando com trabalhadores diversos que empregavam, inclusive, o trabalho escravo.

---

<sup>76</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009, p. 39.

<sup>77</sup> Recenseamento da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança, 1831. Arquivo Público Mineiro.

<sup>78</sup> Inventário de José Alves de Figueiredo. Museu regional de São João Del Rei, caixa 578. Datado de 18 de Agosto de 1822.

Foi somente a partir de meados do XIX e, principalmente, com a chegada da ferrovia em Franca (1887), que o café começou a se desenvolver de forma mais intensa na região, visto que, anteriormente, encontrava-se sempre disposto com outra atividade ou plantação. Em 1836 foram contabilizadas apenas 211 arrobas de café para Franca como um todo e, em 1886, já eram 60.000 arrobas<sup>79</sup>. Lélío Oliveira constatou, na análise dos inventários de proprietários francanos, entre 1875 e 1885, que todos aqueles que possuíam lavouras de café, eram também criadores de gado<sup>80</sup>. No entanto, a expansão do café ocorreu em detrimento da pecuária, o que explica o fato de que, no Recenseamento de 1872, na Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 892 livres (21% do total de livres) e 625 escravos (12,5% do total de escravos) serem listados como lavradores, não havendo nenhum criador. Na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, a situação se repete, constando 1.775 livres (26% do total de livres) e 894 escravos (62,5% do total de escravos) como lavradores, inexistindo criadores.

A chegada da ferrovia, a entrada do café e o fim da escravidão foram fatores importantes na intensificação dos processos de urbanização, com a chegada de estrangeiros, de maioria italiana e populações de outras regiões do Brasil interessadas na expansão da cafeicultura e dos centros urbanos, mas essas mudanças não modificaram completamente a paisagem econômica de Franca baseada na agropecuária. Muitos daqueles casamentos de 1888 e 1889 provavelmente precisam de outras explicações para além da Abolição e da Proclamação da República.

### **Estrutura de posse em Franca**

Para o estudo da estrutura de posse em Franca, nos servimos de dois momentos distintos já mencionados por Cunha em sua Tese de Doutorado<sup>81</sup>: o ano de 1836, contando com os dados presentes na Lista Nominativa de Habitantes, e os dados aferidos pela autora a partir dos inventários francanos de 1851 a 1888.

Vimos, para 1836, que 68,4% dos fogos possuíam de 1 a 5 escravos, o que representava 29,3% dos cativos arrolados na Lista. Naqueles com até 20 cativos

---

<sup>79</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2005.

<sup>80</sup> OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Op. cit.*, p. 63.

<sup>81</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009.

(escravarias médias), estavam 83% dos escravos e 97,1% dos senhores<sup>82</sup>. **João Alves de Figueiredo**, tio de **José Ponciano de Figueiredo**, estava presente na Lista Nominativa de 1836, e constava no 1º grupo, pois era senhor de 5 escravos. **Ponciano**, também presente, assim como seu sobrinho, **José Cândido de Figueiredo**, estavam entre os senhores de plantéis médios, possuindo 6 e 9 cativos, respectivamente, naquele ano. Na 1ª metade do século XIX, nenhum senhor possuiu mais de 70 escravos em Franca.

**Tabela 1.4 - Distribuição dos escravos segundo o tamanho da posse (1836)**

Tamanho da posse	Escravos	%
1-5	995	29,3
6-10	833	24,5
11-20	992	29,2
21-40	399	11,8
41 ou +	176	5,2
<b>Total:</b>	<b>3.395</b>	<b>100</b>

Fontes: Lista Nominativa de 1836, Franca;

CUNHA, Maísa. Tese de Doutorado, 2009, p. 111.

De acordo com Cunha, os escravos adultos (15 a 50 anos), predominaram em todos os tamanhos de posse, compondo mais da metade do número de cativos. Nos pequenos plantéis (1 a 5 escravos) alcançaram maior valor, correspondendo a 69,2%, e estavam em menor quantidade nas escravarias médias, constituindo 58,4%<sup>83</sup>. Isto pode ser explicado pelo fato dos mineiros terem levado consigo no processo de migração para Franca e arredores escravos antigos que viviam em seus plantéis ou em escravarias de parentes em Minas Gerais.

<sup>82</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009, p. 110.

<sup>83</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009, p. 114.

No entanto, a autora também afirma haver um número considerável de crianças e jovens com até 14 anos (33,3% do número de escravos) em todos os tamanhos de posse<sup>84</sup>. O que vem a reforçar a ideia de que a reprodução natural dos escravos em Franca foi importante para a manutenção das escravarias. Percebemos isto, por exemplo, quando tratamos dos fogos de **João Alves de Figueiredo**, **José Ponciano de Figueiredo** e **José Cândido de Figueiredo**, visto que os plantéis dos três senhores eram compostos por maioria escrava natural de Franca, com idades de até 25 anos. Seus plantéis estavam de acordo com as demais posses de Franca do período, pois os crioulos formavam a maior parte em todos os tamanhos de posse (mais de 50% em todas as posses com até 40 escravos). Sobre os escravos de origem africana, em relação ao tamanho de posse, estavam mais presentes dentre aquelas com até 5 cativos.

Para a análise da estrutura de posse de Franca da 2ª metade do século XIX, também nos servimos dos trabalhos de Maísa Cunha, desta vez através da aferição que a autora fez dos inventários de senhores francanos, de 1851 a 1888. Para este período, devemos levar em consideração os desmembramentos sofridos por Franca no decorrer daquele centênio e a Lei do Ventre Livre (1871), que fez com que os filhos de cativos não fossem contabilizados no contingente escravo.

Na 2ª metade do XIX, os plantéis de 11 a 20 cativos eram os que abrigavam mais escravos em Franca (31,6% do total). Os jovens continuaram constituindo parte importante das escravarias, embora sua proporção no total de escravos tenha diminuído para 32,5%. Já os escravos adultos tiveram sua participação diminuída, principalmente nos plantéis maiores<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009, p. 115.

<sup>85</sup> Nas escravarias com até 5 escravos, 420 escravos (63,2%) eram adultos (15 a 50 anos). Nos plantéis com 41 escravos ou mais, constituíam apenas 45,5% (81 escravos).

**Tabela 1.5 - Distribuição dos escravos segundo o tamanho da posse (1851-1888)**

Tamanho da posse	Escravos	%
1-5	821	25,8
6-10	632	19,8
11-20	1006	31,6
21-40	548	17,2
41 ou +	181	5,7
Total:	3.188	100

Fonte: CUNHA, Maísa F. da. Tese de Doutorado, 2009, p. 123.

Como tivemos acesso a poucos inventários da família Figueiredo para o período, e nenhum para os Andrade, torna-se tarefa difícil inserir estes grupos familiares nos dados sobre a estrutura de posse de Franca como um todo. Mas, vimos, principalmente a partir da contagem dos cativos presentes nos registros de batismo, casamento e óbito, que os membros analisados nesta pesquisa se inserem, em sua maioria, nos médios (11 a 20) e grandes (21 a 40) plantéis.

Seja na Lista Nominativa de 1836 ou nos inventários arrolados por Cunha para o período seguinte, as informações sobre estado matrimonial (solteiro, casado viúvo) ou de parentesco, são escassas, o que também limita os resultados da pesquisa. Mas, a autora aferiu um resultado positivo entre o tamanho da posse e a proporção de casados e viúvos, maior nas posses médias e grandes nos dois períodos. Sobre os aparentados, constatou, para 1851-1888, que as posses com 11 a 20 cativos foram as que mais possuíam escravos nestas condições (32,1%). Já nas posses de 1 a 5 e de 21 a 40 escravos havia praticamente o mesmo percentual de cativos aparentados (1/5, aproximadamente)<sup>86</sup>.

Dentre os registros de batismo dos filhos de escravos de membros dos Andrade e dos Figueiredo, há pouquíssimos casos de filhos naturais, como veremos no próximo

<sup>86</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2009, p.127.

capítulo, o que demonstra a capacidade e maior facilidade que aqueles cativos tinham em criar laços de parentesco tendo, inclusive, membros da família senhorial como compadres, o que acreditamos ser devido às redes relacionais que uniam aqueles senhores e seus escravos a longas datas, desde Minas Gerais ou da chegada dos primeiros à Franca.

### **Franca no Recenseamento Geral do Império de 1872**

O Censo de 1872 foi o primeiro realizado em âmbito nacional, sendo suas informações arroladas por paróquia. Franca era composta pelas seguintes paróquias no período: (1) Nossa Senhora da Conceição de Franca, (2) Nossa Senhora do Carmo de Franca, (3) Santa Bárbara das Macaúbas (Patrocínio Paulista), (4) Santa Rita do Paraíso e (5) Santo Antonio da Rifaina, totalizando 21.419 pessoas, sendo que 9% dessa população era de escravos<sup>87</sup>. Mas, embora o Censo date de 1872, na província de São Paulo ele só foi realizado em 1874, três anos após a Lei do Ventre Livre, sendo, portanto, contabilizadas apenas as crianças escravas com idades de 3 anos ou mais.

**Tabela 1.6 - População segundo condição social, Franca (1872)**

Município	Livres	%	Escravos	%	Total	%
Franca	18.021	84	3.398	16	21.419	100
Batatais	9.095	81	2.160	19	11.225	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Interessa-nos, neste trabalho, coletar informações populacionais, primordialmente, sobre as Paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Franca e Santa Bárbara de Macaúbas (posterior Patrocínio Paulista), visto que era nestas duas localidades que os membros das famílias Andrade e Figueiredo residiam e circulavam.

Neste sentido, o Recenseamento de 1872 nos mostra dados importantes sobre a quantidade de habitantes por sexo, idade, cor e condição social. Além disso, temos o

<sup>87</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2005, p. 51.

estado civil, a religião, a nacionalidade, a instrução e as profissões contabilizadas por paróquia. Nosso intuito não é o de fazer um estudo demográfico, mas essas informações tornam-se necessárias na medida em que é preciso conhecer aspectos da vida e da população de Franca e de Patrocínio Paulista para entendermos como as duas famílias analisadas inseriam-se nesse contexto.

Sendo assim, começemos pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca. Aferimos, através do Recenseamento, a presença de 3.321 homens livres, incluídos brancos, pardos, pretos e caboclos, e 3.497 mulheres livres, nos mesmos moldes. Há, ainda, a presença de 1430 escravos, entre homens e mulheres, pardos e pretos.

**Tabela 1.7 - População segundo sexo, cor e condição social (Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872)**

Cor	Livre (M)	%	Escrava	%	Livre (H)	%	Escravo	%
Branco	2.389	68,3	-	-	2.291	69	-	-
Pardo	843	24	268	39,5	788	24	224	30
Preto	118	3,4	411	60,5	106	3	527	70
Caboclo	147	4,3	-	-	136	4	-	-
Total	3.497	100	679	100	3.321	100	751	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Aferimos a existência, em Franca, de um número significativo de homens e mulheres pardos livres (23,9% na população livre total e 76,8% entre o total da população parda), quando comparados àqueles da mesma cor no grupo escravo. Além disso, há maioria feminina em quase todos os grupos, menos entre os escravos classificados como pretos, grupo em que há 117 homens a mais que mulheres.

Houve, portanto, uma mudança no quadro da população francana entre 1836 e 1872, visto que no primeiro ano citado, tanto entre os livres quanto entre os cativos predominava a população masculina, o que só se manteve entre os escravos listados

como pretos em 1872, o que acreditamos ser, ainda, um reflexo do tráfico transatlântico de escravos que privilegiou, durante muitos anos, a entrada de mão-de-obra masculina.

Em relação à naturalidade daqueles classificados no Censo como brasileiros, observamos que a imensa maioria, independente da cor, foi descrita como paulista (88,8%), embora não haja menção à localidade específica. Neste sentido, houve, em 1872, uma diminuição do número de mineiros (2% dos habitantes da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca<sup>88</sup>), embora, muito possivelmente, entre os paulistas contabilizados estejam filhos de antigos mineiros que adentraram a região no início daquele século.

Outro dado que nos chamou a atenção foi o alto índice de indivíduos solteiros, seja entre livres (70,8%) ou entre escravos (91,4%).

**Tabela 1.8 - População por estado conjugal, condição social e sexo (Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872)**

Estado Conjugal	Escravos				Livres			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Solteiro	687*	91,5	618*	91	2.332**	70	2.478**	71
Casado	61*	8,1	60*	8,8	910**	27,5	935**	26,6
Viúvo	3	0,4	1	0,2	79**	2,5	84**	2,4
Total	751	100	679	100	3.321	100	3.497	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

\*Dentre os escravos encontram-se pardos e pretos.

\*\*Dentre os livres encontram-se brancos, pardos, pretos e caboclos.

Maísa Cunha constatou para os escravos do antigo território de Franca, através do Recenseamento de 1836, que, entre aqueles de 11 anos ou mais, 70,2% dos homens eram solteiros, 21,7% casados e 0,4% viúvos. Entre as mulheres havia 58,7% solteiras,

<sup>88</sup> Em 1836, os mineiros representavam 40% dos moradores do sexo masculino de Franca e as mulheres eram 30,2% da população feminina. Fonte: CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2005, p. 32.

30,8% casadas e 1,1% viúvas<sup>89</sup>. Nota-se, aqui, uma proporção maior de mulheres casadas quando comparada aos homens, o que estaria relacionado ao número superior de escravos do sexo masculino que possibilitava às mulheres mais chances de casar-se e escolher seu conjugue, principalmente para aquelas que viviam em plantéis com mais de 10 cativos, assim como o que foi demonstrado por Slenes<sup>90</sup> para Campinas ao longo do século XIX, onde, nas consideradas grandes propriedades (com mais de 10 escravos), havia maior estabilidade familiar e possibilidade de criar laços de matrimônio.

Considerando o antigo território de Franca e não só a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Cunha observa uma queda na proporção de escravos casados e viúvos entre 1836 e 1872. De acordo com a autora, neste último ano, somente 12,2% das escravas encontravam-se casadas, 86,5% solteiras e 1,8%, viúvas. Entre os homens observou a mesma quantidade de escravos casados (12,2%), havendo 86,5% solteiros e 1,3% viúvos. No entanto, a autora não sabe que motivos teriam levado a essa queda brusca no número de homens e mulheres escravos casados. O fato é que a população livre também sofreu uma diminuição no número de casamentos entre os dois períodos. No Recenseamento de 1836, Cunha constatou que 32,9% dos homens eram solteiros enquanto 31% das mulheres também o eram. Em 1872, o valor percentual dos homens solteiros passou para 61,1%, enquanto as mulheres foram para 57,7%. Tais dados são relevantes, mas devemos levar em consideração o fato de eles apontarem para os percentuais de casamentos na Igreja, podendo muitos desses indivíduos serem participantes de uniões consensuais não reconhecidas.

Dentre os escravos de origem africana, na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sabemos apenas que eram 109 homens solteiros em 1872, 9 casados e 3 viúvos, todos descritos como católicos. Havia, ainda, 87 mulheres solteiras, 8 casadas e 1 viúva. De acordo com Cunha, para o ano de 1836, em Franca, os pretos casavam-se mais. A autora averigua que, num total de 325 homens escravos casados para o período, 76% eram pretos. Dentre as mulheres, das 307 casadas, 67,1% eram pretas. Neste período, quase 1/3 da população cativa era africana e dentre aqueles cuja procedência da África é conhecida, predominavam os escravos vindos de Angola, Benguela, Congo e Cabinda.

---

<sup>89</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2005, p. 64.

<sup>90</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Para o ano de 1872, desconhecemos a procedência africana dos escravos e, colhendo apenas informações da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca no Recenseamento, percebemos a continuidade dos pretos como aqueles que mais contraíam matrimônio, pois dos 61 escravos homens casados, 50,8% eram pretos e, para as mulheres, dos 60 casamentos arrolados, 51,7% eram pretas. Certamente o termo preto, em 1872, não designava apenas africanos.

Em resumo, vimos até o momento que houve para os dois períodos analisados, predomínio de escravos adultos em todos os tamanhos de posse, o que não exclui um número considerável de crianças e jovens nos plantéis para os anos de 1836 e 1872. Apontamos igualmente para o fato de que, enquanto, em 1836, os plantéis de 1 a 5 escravos preponderaram, para o 2º período houve um crescimento das escravarias médias, de 11 a 20 escravos, tamanho de posse em que a maioria dos senhores de escravos das famílias Andrade e Figueiredo se inseriam.

Além disso, observamos que, seja em 1836 ou 1872, a proporção de casados e viúvos era maior nos plantéis médios e grandes e as escravarias, nos dois períodos, eram formadas por maioria de crioulos. A partir do Recenseamento de 1872 averiguamos um aumento da população natural de São Paulo e a conseqüente diminuição dos mineiros, além de um predomínio da população feminina, que só não ultrapassava a masculina entre os escravos listados como pretos. Houve também no período, aumento do número de solteiros seja para livres ou escravos.

Sobre as ocupações exercidas pelos homens, a grande maioria dos escravos encontrava-se desempenhando funções agrícolas (71%), enquanto 19% dos livres também o faziam, sendo, principalmente, descritos como lavradores. No entanto, muitos livres constam no Recenseamento como sem profissão (incluindo crianças e idosos), sejam homens (47%) ou mulheres (46%), embora elas também apareçam como lavradoras (12%) e costureiras (5,7%). Quanto às escravas, percebemos sua presença, principalmente, destinada ao serviço doméstico (32%) e a profissões agrícolas (52,7%).

**Tabela 1.9 - População livre em relação às profissões (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872)**

Profissões	Livres	%
Profissões liberais	38	0,6
Artistas	29	0,4
Militares	22	0,3
Profissões industriais e Comerciais*	105	1,5
Costureiras	207	3
Operários	98	1,5
Lavradores	1.775	26
Criadores	0	-
Criados e Jornaleiros	399	5,9
Serviços domésticos	964	14,2
Sem profissão	3.176	46,6
Total	6.813	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

**Tabela 1.10 - População escrava em relação às profissões (Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1872)**

Profissões	Escravos	%
Profissões liberais	0	0
Artistas	6	0,4
Militares	0	0
Profissões industriais e Comerciais*	0	0
Costureiras	23	1,6
Operários	65	4,5
Lavradores	894	62,5
Criadores	0	0
Criados e Jornaleiros	72	5,1
Serviços domésticos	217	15,2
Sem profissão	153	10,7
Total	1.430	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

### **Patrocínio do Sapucaí no Recenseamento Geral do Império de 1872**

Sobre a paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, um primeiro dado diz respeito à quantidade de homens e mulheres casados neste distrito. Mas, assim como o que foi constatado para a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, há um número maior de homens solteiros, sejam livres ou escravos e, entre os livres, as mulheres eram maioria entre quem contraiu matrimônio. Porém, para esta paróquia há algumas diferenças interessantes. Percebemos, por exemplo, um maior número de homens escravos casados em relação às mulheres escravas, o inverso do que geralmente é apresentado em outros estudos e do que vimos para Franca como um todo. Robert Slenes verifica para Campinas, entre 1801 e 1872, no que tange à proporção de cativos solteiros e casados, que, especialmente nas posses com mais de 10 escravos, a proporção de mulheres é maior do que a dos homens nos três períodos que o autor analisou (superior a 60% em 1801, 1829 e 1872). Em Franca de 1872 foi diferente.

**Tabela 1.11 - População por estado conjugal, condição social e sexo (Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 1872)**

Estado Conjugal	Escravos				Livres			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Solteiro	381*	93	322*	94	1.756**	75	1.300**	68
Casado	30*	7	20*	6	548**	23	561**	29
Viúvo	-		-		48**	2	38**	3
Total	411	100	342	100	2.352	100	1.899	100

\*Dentre os escravos encontram-se pardos e pretos.

\*\*Dentre os livres encontram-se brancos, pardos, pretos e caboclos.

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

Como na paróquia tratada anteriormente, há um número significativo de homens e mulheres pardos livres (19,9% da população total livre e 78,8% da população parda) e, neste caso, até mesmo de pretos (11,4% da população total livre e 47,8% da população preta), ou seja, quase metade dos pretos registrados no Recenseamento eram livres. Para o Paraná no período de 1798 a 1830, Cacilda Machado encontrou um alto percentual de pardos tanto entre os escravos (34,1%), como entre os livres (28,8%), enquanto apenas 2,3% dos negros eram livres<sup>91</sup>. Embora o período e a região sejam outros, podemos perceber as diferenças na distribuição da população de livres e escravos por cor. Se, assim como Machado, aceitássemos que *no Brasil, a cor “reforçava” socialmente a condição de escravo*<sup>92</sup>, poderíamos perceber que, já nas últimas décadas do século XIX, a população livre de cor, principalmente, preta, teve um aumento significativo, pelo menos no que diz respeito à região aqui analisada. Não foi diferente em Macaúbas, quase metade dos pretos e 79% dos pardos eram livres. Não necessariamente se associava, nos casos, escravidão e cor.

<sup>91</sup> MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, pp. 84-85.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 53.

**Tabela 1.12 - População segundo sexo, cor e condição social (Paróquia de Santa Barbara de Macaúbas, 1872)**

Cor	Livre (M)	%	Escrava	%	Livre (H)	%	Escravo	%
Branco	1.281	64	-		1.524	65	-	
Pardo	329	16	104	30	491	21	117	29
Preto	231	12	238	70	256	11	294	71
Caboclo	147	8	-		81	3	-	
Total	1.988	100	342	100	2.352	100	411	100

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

A população do distrito de Santa Bárbara, no que concerne à naturalidade dos brasileiros, está mais bem distribuída do que a de Franca, pois, embora a imensa maioria fosse paulista (90,5%), havia também baianos (2,6%), pessoas advindas do Rio de Janeiro (2,7%), de Minas Gerais (1,6%) e de Goiás (0,9%). Os números mais expressivos são os homens paulistas solteiros (brancos), compreendendo 1.009 pessoas (20,5%) de uma população total de 4.916 habitantes, seguidos pelas mulheres brancas, solteiras e da mesma localidade, num total de 823 (16,7% do total). Dentre os escravos, destacam-se os homens pretos, solteiros e de São Paulo, que são 204 (4,13% do total), e as mulheres escravas nos mesmos moldes, num total de 203 (4,12%). Sobre os de nacionalidade estrangeira, constam apenas 48 escravos africanos solteiros (1% do total) e 9 casados (0,2%), além de 31 portugueses (0,6%).

Por fim, há as ocupações profissionais da população da paróquia de Santa Bárbara. Como já era de se esperar, a maioria dos habitantes, entre livres e escravos, foi listada como lavradores (30,3% da população total). Além disso, dentre os listados como comerciantes, guarda-livros e caixeiros, houve a presença significativa de mulheres, assim como as que se ocupavam da costura de tecidos de algodão e lã. Aquelas que desempenhavam serviços domésticos e os classificados “sem profissão” também marcavam presença significativa, principalmente, se livres.

**Tabela 1.13 - População livre em relação às profissões (Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 1872)**

Profissões	Livres	%
Profissões liberais	4	0,1
Militares	0	0
Profissões industriais e Comerciais*	38	0,9
Costureiras	71	1,7
Operários	38	0,9
Lavradores	892	21
Criadores	0	0
Criados e Jornaleiros	423	9,9
Serviços domésticos	557	13,1
Sem profissão	2.228	52,4
Total	4.251	100

\*Comerciantes, guarda-livros e caixeiros.

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

**Tabela 1.14 - População escrava em relação às profissões (Paróquia de Santa Bárbara de Macaúbas, 1872)**

Profissões	Escravos	%
Profissões liberais	0	0
Militares	0	0
Profissões industriais e Comerciais*	0	0
Costureiras	19	2,5
Operários	10	1,3
Lavradores	625	83
Criadores	0	0
Criados e Jornaleiros	0	0
Serviços domésticos	41	5,5
Sem profissão	58	7,7
Total	753	100

\*Comerciantes, guarda-livros e caixeiros.

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872.

Vimos então que, para o Distrito de Macaúbas, no Recenseamento de 1872, havia, assim como em Nossa Senhora da Conceição de Franca, grande número de livres e escravos solteiros, maioria de naturalidade paulista e boa parte da população listada como lavradores, ou costureiras e pessoas que desempenhavam funções domésticas, no caso das mulheres, principalmente, as livres.

Em 1886, com os novos desmembramentos sofridos em Franca e a conseqüente perda dos territórios de Patrocínio do Sapucaí e Ituverava (ex Carmo de Franca), a cidade passou a ter apenas uma paróquia, a de Nossa Senhora da Conceição de Franca, contendo 10.040 habitantes, de acordo com dados extraídos da dissertação de Mestrado de Maísa Cunha. Neste período, constava para a paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio 2.248 habitantes<sup>93</sup>. Compondo a população da paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio, estavam os membros das famílias Andrade e Figueiredo, já estabelecidos há

<sup>93</sup> CUNHA, M. F. da. *Op. cit.*, 2005, pp. 52-53.

muito como autoridades locais e assumindo altos cargos da Guarda Nacional e da política local, como se verá no próximo capítulo.

### **Patriarcas fundadores dos Andrade e dos Figueiredo**

Como já dito acima, as duas famílias advinham de terras mineiras, sendo a 1ª geração formada, em grande parte, por portugueses vindos dos Açores que se estabeleceram em Minas Gerais ao longo do século XVIII, contraindo matrimônio com membros de famílias proeminentes e fazendo fortunas no trabalho com a lavoura para abastecimento interno e a pecuária.

Marcos Ferreira de Andrade averiguou que, no caso da família Junqueira, as alianças matrimoniais e a endogamia foram essenciais na manutenção e ampliação das fortunas e na fixação de uma identidade familiar<sup>94</sup>. Analisando a trajetória dos Andrade, percebemos a enorme importância dessas alianças na construção de um nome, na elevação do *status* social dos membros desta família e na ampliação da sua fortuna. Isso foi possível, inclusive, devido às alianças formadas com os Figueiredo.

Tal família nos parece, pelo menos através das fontes que dispomos, ter se estabelecido como elite local anteriormente aos Andrade, portanto, é no ramo dos Figueiredo que dispomos de maiores exemplos de endogamia desde a 2ª geração, principalmente, com a construção de laços matrimoniais entre os filhos dos irmãos Alves de Figueiredo – Joaquim, José, João, Antônio –, embora, em menor número de casos, haja casamentos entre tios e sobrinhas. A prática endogâmica possibilitou a esta família, assim como a outras poderosas do sul de Minas Gerais, a manutenção e ampliação dos bens dentro do próprio grupo familiar. Tendo em vista todo aquele crescimento demográfico, tudo indica que a endogamia foi estratégica.

Para Linda Lewin, em seu livro, *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*, a mais importante razão do casamento endogâmico era conservar o patrimônio no interior do grupo familiar, o que acreditamos ter ocorrido no caso da família Figueiredo. Ainda segundo a autora, *a distância geográfica e a falta de renovação da solidariedade familiar através da troca matrimonial consanguínea*,

---

<sup>94</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 248.

*contribuíam para a segmentação*<sup>95</sup>. Isto porque os limites de uma família, enquanto parentela, dependiam do reconhecimento individual. A parentela era fluida. O alcance do parentesco era a família que se escolhia reconhecer. A distância ou outras circunstâncias como desavenças entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo de parentesco consanguíneo, podia fazer com que deixassem de se reconhecer como parentes.

Lewin tem como objetivo principal no estudo citado, examinar a relação histórica entre parentesco e organização política que, para a autora, está implícita nas unidades de afiliação faccional características da Primeira República. *A análise procura ligar as instituições do estado a estruturas informais indispensáveis que são mantidas por laços de parentesco, de amizade política e associação pessoal*<sup>96</sup>. Por isso a importância de entender as estratégias seguidas pelos grupos dominantes, ou oligarquias, em suas bases familiares, inclusive nas escolhas preferenciais de casamentos endogâmicos, principalmente durante o Império, período em que havia maior subordinação legal dos filhos e filhas ao comando paterno.

Miguel Goulart e Bernarda Maria de Oliveira formaram o tronco da família Goulart de Andrade em Minas Gerais. Ele nasceu na freguesia de Santa Luzia, na ilha do Faial, e dirigiu-se para Minas em meados do século XVIII. Bernarda era natural do arraial de Prado, Minas Gerais, filha de pai carioca e mãe paulista. Os dois contraíram matrimônio em 1753. Dentre os filhos do casal interessa-nos Inácio, batizado em Barbacena no ano de 1769. Ele provavelmente é o Inácio Goulart de Andrade, casado com sua sobrinha, Teresa Maria de Jesus<sup>97</sup>, moradores de Boa Esperança, em 1831<sup>98</sup>, e constando no Recenseamento deste termo como agricultor. Estavam em seu fogo 1 filho e 3 filhas, todos solteiros, além do pardo José Leitão, de 16 anos de idade, jornaleiro, e o crioulo José Barbosa, de 30 anos e também jornaleiro. Inácio Goulart contava, ainda, com o trabalho de 13 cativos, nada pouco para os produtores locais.

**Manoel Inácio de Andrade**, um dos filhos de Inácio Goulart, não estava mais presente no fogo do pai no Recenseamento de 1831, de Boa Esperança, pois se encontrava casado com **Felicidade Justina Vilela (ou Magalhães)** desde 1824. No

---

<sup>95</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 127.

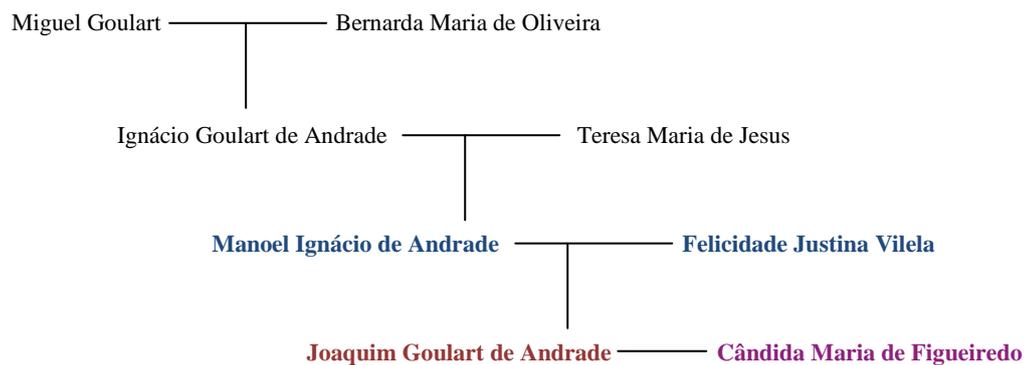
<sup>96</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 9.

<sup>97</sup> Filha de sua irmã Teresa Paula de Oliveira.

<sup>98</sup> Recenseamento da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança, 1831. Arquivo Público Mineiro.

fogo deste casal, Manoel foi listado como agricultor e Felicidade como fiadeira<sup>99</sup>. Estavam, ainda, listados no fogo, quatro filhos deste casal, um pardo de 10 anos, de nome Francisco Antônio, jornaleiro, a parda Balbina, de 6 anos e 9 escravos.

**Diagrama 1 - Família Andrade originária de Miguel Goulart e Bernarda Maria**



No 2º ramo familiar, está José Álvares (Alves) de Figueiredo, que nasceu em 1744, na freguesia de São Martinho das Moitas, conselho de São Pedro do Sul, distrito de Viseu. Casou-se com Maria Vilela do Espírito Santo, natural de Carrancas, Minas Gerais, tendo 11 filhos. O casal morou em Boa Esperança, onde José Alves foi proprietário da fazenda Ribeirão de São Pedro, senhor de 69 escravos e dono de um monte mor de 39:818\$512 (trinta e nove contos, oitocentos e dezoito mil e quinhentos e doze réis) quando do inventário de José, em 1822.

Dentre seus filhos, destacamos o homônimo **José Álvares (ou Alves) de Figueiredo**, que, assim como seu pai, também recebeu a patente de Capitão. Em 1806, José contraiu matrimônio com **Maria das Dores Branquinho**, em Lavras do Funil, comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais. O casal teve 12 filhos. Em 1831, José e Maria eram moradores no fogo 117 em Boa Esperança, ele com 52 anos, agricultor, engenheiro, senhor de 34 escravos, e ela com 43 anos de idade.

<sup>99</sup> Recenseamento da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança, 1831. Arquivo Público Mineiro.

## Perseguindo nomes

Será através da análise de documentos que nos mostram indícios da trajetória de alguns dos filhos e netos do casal **José Alves** e **Maria das Dores Branquinho** – (1) **Ana Jacintha de Figueiredo**, (2) **José Ponciano de Figueiredo**, (3) **Maria Cândida de Figueiredo**, (4) **Antônio Alves de Figueiredo**, (5) **Mariana Delminda de Figueiredo**, (6) **Estevam Marcolino de Figueiredo** e (7) **Cândida Maria de Figueiredo** – que teceremos as escolhas e possibilidades de membros da família Figueiredo em relação à manutenção e ampliação do patrimônio. No que tange aos Andrade, aqueles de maior destaque neste trabalho serão o patriarca **Joaquim Goulart** e seus filhos (1) **Manoel Basílio de Andrade**, (2) **José Salomé de Andrade** e (3) **Antônio Goulart de Andrade**<sup>100</sup>.

No entanto, não cabem aqui maiores detalhes sobre essas personagens, visto que este será o assunto do capítulo II dessa dissertação. Nossa intenção neste momento é de apresentar de forma mais genérica os principais fios dessa trama e a 1ª geração das duas famílias que possibilitaram que os demais se desenvolvessem no sentido de conquistar *status* e poder econômico e social.

Em resumo, nosso intento neste capítulo foi o de apresentar o surgimento e desenvolvimento de Franca no decorrer do século XIX, mesclando a isto as informações que possuímos sobre a chegada de alguns membros das famílias Andrade e Figueiredo na região, estabelecendo-se em fazendas que, posteriormente, foram adquirindo grande importância no cenário regional, assim como aqueles que nelas habitavam. Buscamos mostrar, igualmente, os processos de desmembramento do território de Franca e como isto vem afetando os rumos de nossa pesquisa, visto que as famílias aqui estudadas residiram, primordialmente, na antiga Patrocínio do Sapucaí, onde estabeleceram importantes relações políticas, militares, econômicas e eclesiásticas.

Trouxemos, também, informações sobre a economia daquela região como um todo e das duas principais paróquias no que tange a este trabalho – Nossa Senhora da Conceição de Franca e Santa Bárbara do Sapucaí – de acordo com o Recenseamento Geral do Império de 1872, com o intuito de destacar aspectos relevantes sobre a quantidade de habitantes, o número de livres e escravos, as nacionalidades e nacionalidades, além das ocupações. Essas informações são importantes no sentido de

---

<sup>100</sup> Todos constam nos diagramas presentes no início do trabalho.

compreender as duas famílias num âmbito mais geral daquela sociedade, embora ainda não tenhamos condições de fazê-lo de forma ainda mais geral, em suas relações com a Corte, São Paulo e outras províncias.

## CAPÍTULO II

### CHEFES LOCAIS DURANTE OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO

#### Introdução

Nosso esforço neste capítulo é o de apresentar as famílias analisadas ao longo da pesquisa, demonstrando suas ocupações, participações na política local, número de escravos e relações matrimoniais que estabeleciam, preferencialmente, entre si, para, por fim, chegarmos a uma análise das relações de compadrio que abarcavam trocas com outros livres, mas, também, com seus escravos.

Antes de expormos nossos apontamentos sobre esses indivíduos e famílias torna-se fundamental um esboço da árvore genealógica dos dois ramos familiares, a fim de que possamos entender os seus intercruzamentos e as relações que perpassaram as gerações entre os e Andrade e Figueiredo.

Assim como Roberto Guedes<sup>101</sup>, procuramos trabalhar com a ideia de núcleos ou ramos familiares como sendo aqueles que tinham ascendência comum e, para tanto, dividimos os ramos nas famílias Andrade e Figueiredo, partindo da 1ª geração formada pelos irmãos **Joaquim Alves de Figueiredo**, **José Alves de Figueiredo** e suas esposas, **Inocência Villela de Figueiredo** e **Maria das Dores Branquinho**, respectivamente.

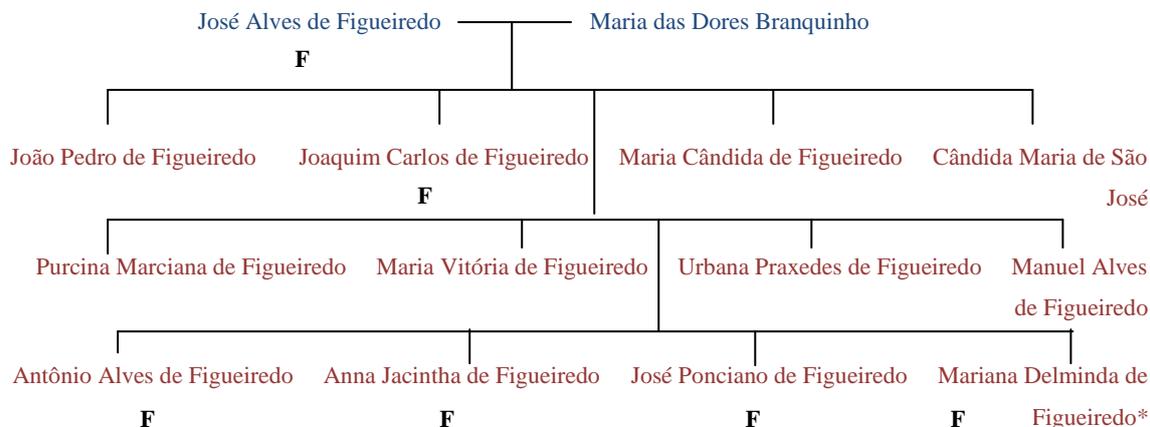
Foi através da trajetória dos irmãos que, juntamente com alguns de seus filhos, se expandiram para a região de Franca à procura, principalmente, de terras para a criação de gado, que pudemos coletar informações sobre esses ramos familiares e os caminhos que as gerações futuras tomaram. Para além da procura de terras, Linda Lewin entende que, no Império, a divisão espacial da parentela visava fortalecer sua influência política e amortecer perdas econômicas<sup>102</sup>, podendo ser estes outros motivos que levaram alguns membros da família Figueiredo a ocupar terras em locais limítrofes a região em que a família residia.

---

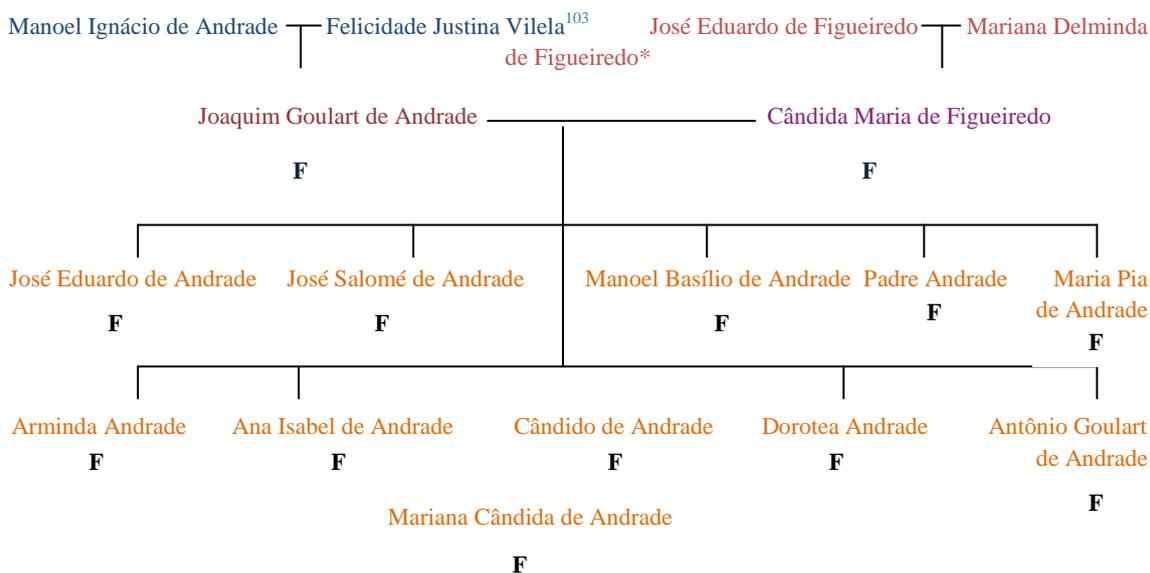
<sup>101</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

<sup>102</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 325.

**Diagrama 2 - Ramo I: família Figueiredo originária de José Alves de Figueiredo e Maria das Dores Branquinho**



**Diagrama 2.1 - Ramo II - família Andrade originária de Joaquim Goulart de Andrade e Cândida Maria de Figueiredo**



Legenda
1ª geração
2ª geração
3ª geração
4ª geração
<b>F: Foi para Franca</b>

<sup>103</sup> Ou Felicidade Justina de Magalhães

Privilegiamos algumas personagens, visto que nem todos os filhos dos irmãos Alves os seguiram em sua ida para Franca, muitos deles continuando a viver em Boa Esperança, Dolores de São João Del Rei e freguesias próximas. Logo, estarão presentes com maior intensidade nesse trabalho as figuras de **Cândida Maria de Figueiredo**, **José Ponciano de Figueiredo**, **Ana Jacintha de Figueiredo**, **Mariana Delminda de Figueiredo**, seu primo e esposo **José Eduardo de Figueiredo** e o filho deste casal, **Estevam Marcolino de Andrade**.

Já no ramo dos Andrade, a presença nos registros eclesiásticos ou em outras fontes que nos remeteram à participação em cargos políticos, econômicos ou religiosos também se limitou a alguns indivíduos que nos serviram de expoentes para explicitar as relações e trajetórias das duas famílias: **Joaquim Goulart de Andrade**, o patriarca da família, seus filhos, **José Eduardo de Andrade**, **José Salomé**, **Manoel Basílio** e **Cândido Goulart de Andrade**. Neste sentido, podemos perceber que

A família, entendida como um conjunto de parentes e aliados, não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso. (...) No contexto da autoridade reconhecida de um chefe de família, escolhido por ancianidade ou por outro critério, atuavam núcleos dedicados a atividades diferentes, mas complementares em um quadro que misturava aspectos de igualdade e desigualdade para conservar as propriedades, a igualdade do status social e as alianças comuns estabelecidas por um interesse coletivo que superasse as desventuras e as características desiguais de cada núcleo da estirpe ou de cada indivíduo do grupo<sup>104</sup>.

### **Andrade e Figueiredo no Recenseamento de Boa Esperança, Minas Gerais**

Estavam no Recenseamento de Nossa Senhora das Dolores de Boa Esperança do ano de 1831<sup>105</sup> os avós de **Joaquim Goulart de Andrade**, Ignácio Goulart de Andrade, agricultor, com 61 anos e Teresa Maria com 54 anos, assim como seus pais, **Manoel Ignácio de Andrade** com 30 anos de idade, também agricultor, e **Felicidade Justina de Magalhães**, que em outros registros aparece como **Felicidade Justiniana de Andrade**

---

<sup>104</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 110.

<sup>105</sup> Constam neste Recenseamento 551 fogos, 4058 habitantes, sendo 2.767 livres e 1.291 escravos. Fonte: Arquivo Público Mineiro, Censo da Paróquia de Nossa Senhora das Dolores de Boa Esperança.

ou **Felicidade Justina Vilela**<sup>106</sup>. De acordo com Martha Hameister<sup>107</sup>, levando em consideração as diferenças de tempo e espaço<sup>108</sup>, havia uma maior flexibilidade nos registros de nomes femininos<sup>109</sup>, o que explica as várias formas com que a mãe de **Joaquim Goulart** foi designada. Os avós e pais de **Joaquim Goulart** tinham, respectivamente, 13 e 9 cativos, número muito inferior ao encontrado para alguns membros da família Figueiredo, que se firmaram como autoridades antes dos Andrade, e possuíam entre 30 a 40 escravos, aproximadamente.

No ramo dos Figueiredo, destacamos, primeiramente, **José Alves**, um dos pioneiros na ocupação efetiva de Franca, mas que, em 1831, ainda se encontrava na lista nominativa de Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança, assim como seu irmão, **Joaquim Alves**. Este contava 50 anos, era agricultor, lavrador e senhor de engenho, já casado com sua segunda esposa, Dona Joaquina Maria de Jesus, de 18 anos e sendo senhor de 25 escravos.

Sobre o fogo de **José Alves**, vimos que **Ana Jacintha**, já com 18 anos, não estava mais presente. Seu pai tinha 52 anos, era casado com **Dona Maria das Dores Branquinho**, de 43 anos, ocupava-se de agricultura e engenho, e possuía 34 escravos. Assim, a escravaria dos Figueiredo era condizente com seus engenhos, mas outros membros da família, também com escravaria numerosa, lidavam apenas com a agropecuária (ver tabela 2).

---

<sup>106</sup> Fomos informados através da historiadora Palmira Falleiros de que no registro do cemitério de Patrocínio Paulista, onde Joaquim Goulart de Andrade foi sepultado, o nome de sua mãe constava como Felicidade Justiniana de Andrade.

<sup>107</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 - 1763). Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

<sup>108</sup> Hameister estuda a sociedade de Rio Grande de São Pedro na 1ª metade do século XVIII.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 98.

**Tabela 2 - Famílias Andrade e Figueiredo no Recenseamento de 1831, Boa Esperança, Minas Gerais - ocupações e número de escravos**

Família	Senhor	Ocupação	Quantidade de escravos
Andrade	Ignácio Goulart	Agricultor	13
Andrade	Manoel Ignácio	Agricultor	9
Figueiredo	Joaquim Alves	Agric., lavrador, eng.	25
Figueiredo	José Alves	Agricultor, engenho	34
Figueiredo	Antônio Alves	Agricultor, lavrador	32
Reis	Joaquim Vilela*	Agricultor	41
Figueiredo	José Eduardo**	Agricultor	-
Esp. Santo	Maria Vilela***	Agricultora	62

Fontes: Recenseamento da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança, 1831. Arquivo Público Mineiro.

Inventário de Joaquim Vilela dos Reis. Centro de Memória do Sul de Minas - CEMEC - Campanha – Minas Gerais

\*Esposo de Ana Jacintha de Figueiredo; os dados foram retirados do inventário deste senhor, do ano de 1860, em Lavras.

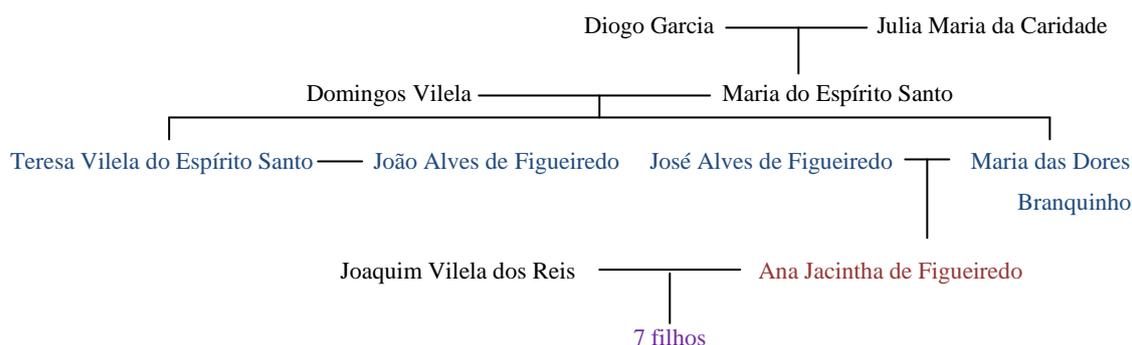
\*\* Em 1831 vivia no fogo de José Alves de Figueiredo, seu sogro.

\*\*\* Viúva de José Alves de Figueiredo (pai).

**José Alves** e seus irmãos eram portugueses de São Martinho das Moitas e tanto ele quanto **João Alves de Figueiredo** contraiu matrimônio com filhas do Capitão Domingos Vilela e de Maria do Espírito Santo. Esta era filha de Diogo Garcia e Julia Maria da Caridade, moradores da ilha do Faial, nos Açores. Julia é uma das três irmãs ilhoas<sup>110</sup>, conhecidas nas Minas Gerais pela descendência numerosa e ilustre. Obviamente, os casamentos foram arranjados nas ilhas.

<sup>110</sup> GUIMARÃES, José. As três ilhoas: contendo a descendência de Júlia Maria da Caridade. 2º Volume, 1990.

## Diagrama 2.2 - Casamentos dos irmãos Alves



Dona **Ana Jacintha** será outra figura de destaque no ramo dos Figueiredo. Filha de **José Alves de Figueiredo** era tia de **Cândida Maria** – esposa de **Joaquim Goulart de Andrade**, uma importante linha de ligação entre as duas famílias. **Ana** nasceu em 1812 e se casou com Joaquim Vilela dos Reis, em 1828, ainda em Boa Esperança, tendo com ele sete filhos.

**Ana Jacintha** e seus onze irmãos eram, em sua maioria, da Freguesia de Boa Esperança, Minas Gerais, tendo alguns deles nascido também em Lavras e outras localidades do sul de Minas. Em seu processo de dispensa de impedimentos matrimoniais<sup>111</sup> com Joaquim Vilela dos Reis, em 1827, a oradora<sup>112</sup> ainda vivia em Boa Esperança enquanto seu futuro esposo era natural e morador em Lavras.

No entanto, no inventário deste senhor<sup>113</sup>, do ano de 1860, tendo ele falecido na Fazenda Capão dos Óleos, onde residia, em Lavras, sem deixar testamento, vemos na avaliação dos bens, além dos seus 41 escravos, uma fazenda em Franca, de nome São Francisco, sendo uma parte dela herança do finado **Capitão José Alves de Figueiredo** – seu sogro – e a outra compra feita a José Cândido de Souza. Daí a presença de **Ana Jacintha** nos registros paroquiais desta região desde 1852, como madrinha de Joaquim, filho do **Alferes José Ponciano de Figueiredo**, seu irmão. Não há certeza se o casal vivia separado.

<sup>111</sup> Processos de Dispensa de Impedimentos Matrimoniais. Boa Esperança, Minas Gerais. Oradores: Joaquim Vilela dos Reis e Ana Jacintha de Figueiredo. Ano de 1827.

<sup>112</sup> Os oradores nos processos de dispensa matrimonial eram as partes envolvidas, ou seja, os futuros noivos, no caso de a dispensa ser concedida.

<sup>113</sup> Centro de Memória do Sul de Minas – CEMEC – Campanha – MG. Inventários de Lavras, caixa 127. Inventariado: Joaquim Vilela dos Reis; Inventariante: Ana Jacintha de Figueiredo - viúva. Início do Inventário: 30/11/1860.

## Quadro 2 - Grau de parentesco com Ana Jacintha de Figueiredo

Indivíduo	Parentesco
José Alves de Figueiredo	Pai
Maria das Dores Branquinha	Mãe
Joaquim Vilela dos Reis	Cônjuge
José Ponciano de Figueiredo	Irmão
Mariana Cândida de Figueiredo	Prima/Cunhada
Antônio Alves de Figueiredo	Tio
Cândida Nicésia Branquinho	Tia
Mariana Delminda de Figueiredo	Irmã
José Eduardo de Figueiredo	Primo/Cunhado
João Vilela de Figueiredo	Tio
Maria Cândida de Figueiredo	Irmã

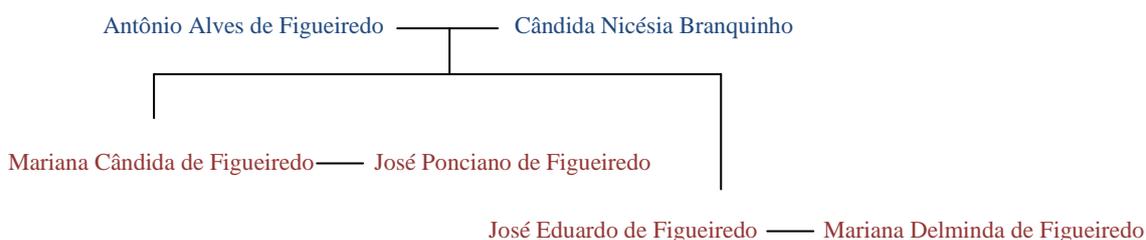
**José Ponciano** ainda encontrava-se presente no fogo do pai em Boa Esperança, em 1831, com 21 anos e solteiro. Em 1834, casa-se com sua prima **Mariana Cândida de Figueiredo**, de 16 anos de idade, filha de seu tio, **Antônio Alves de Figueiredo** e de **Cândida Nicésia Branquinho**. Este casal e seus filhos também constavam no Recenseamento de 1831, de Boa Esperança, no qual **Antônio** aparece como agricultor e lavrador, senhor de 32 escravos.

Consta em um processo de divisão e demarcação de imóveis, de 1872, que **José Ponciano** e **D. Mariana Cândida** residiam na fazenda Campo Limpo, distrito de Macaúbas. Fazenda deixada de herança pelo pai de **Ponciano**, **José Alves de Figueiredo**<sup>114</sup>.

<sup>114</sup> Arquivo Histórico de Franca, caixa 384, 1º cível, processo 19.

Outro filho de **Antônio, José Eduardo de Figueiredo**, consta como casado no mesmo Recenseamento, com sua prima, **Mariana Delminda de Figueiredo**, ambos vivendo no fogo de **José Alves**, pai de **Mariana**, em Boa Esperança. **José Eduardo** tinha 19 anos e desempenhava a função de agricultor, e sua esposa tinha 18 anos.

### Diagrama 2.3 - Casamentos de filhos de Antônio Alves de Figueiredo com seus primos



Em um documento de dispensa de impedimentos matrimoniais de 1824, constam os oradores **João Vilela de Figueiredo** e **Maria Cândida de Figueiredo**, irmã de **Ana Jacintha**, no qual se apresentaram como moradores da Freguesia de Boa Esperança, sendo consanguíneos em linha transversal em segundo grau misto de primeiro. A noiva era natural da Freguesia de Lavras, com 17 anos. O orador era natural de Boa Esperança, 28 anos, e tio da oradora, filho legítimo de **José Alves de Figueiredo** (pai) e **Maria Vilela do Espírito Santo**.

De acordo com o processo, *diz o orador que não pode se casar com pessoa estranha porque vive em companhia de sua mãe que se acha viúva e velha e essa tem grande repugnância de sofrer nora que não seja de sua família*<sup>115</sup>. Depoimento que demonstra a interferência da família na escolha dos matrimônios, sendo interessante destacar que, como afirma Marcos Andrade, as estratégias matrimoniais endogâmicas representavam mais do que a diminuição da possibilidade de fracionamento das riquezas, tratava-se também de relações políticas, econômicas e de promoção da coesão do grupo<sup>116</sup>.

<sup>115</sup> Arquivo da Cúria da Diocese de Campanha - MG. Processos de Dispensa de Impedimentos Matrimoniais. Boa Esperança - MG - 1816 a 1832; Ano de 1824. <http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgAF/indiceMgAF.htm>

<sup>116</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 250.

No recenseamento de 1831, encontramos esse casal (**João Vilela de Figueiredo** e **Maria Cândida de Figueiredo**), ainda na companhia da mãe do orador, **Dona Maria Vilela do Espírito Santo** e vivendo em seu fogo. A matriarca tinha 75 anos, era viúva e se ocupava de agricultura. O filho, **João Vilela**, estava com 38 anos, também era agricultor e sua mulher, rendeira, tinha 22 anos de idade.

Havia mais sete moradores neste fogo, entre eles, um menino preto de nome João, de 2 anos, Francelina Emilia de Paula, branca, 14 anos e costureira, uma negra, Maria Rita, de 25 anos, solteira e costureira, e mais duas meninas pretas, Belizaria e Rita Maria, de 3 e 1 ano, respectivamente. O fogo contava ainda com a presença de 62 escravos, número significativo para senhores de uma região voltada para agricultura doméstica e pecuária.

Especialmente no caso da família Figueiredo, raramente percebemos um número inferior a 30 escravos trabalhando, provavelmente<sup>117</sup> nas fazendas, o que pode ser indicativo da relevância dessas famílias em uma região, predominantemente de agricultura de subsistência e pecuária, embora Marcos de Andrade apresente uma situação de maior grandeza em Campanha, na comarca do Rio das Mortes, onde alguns membros da família Junqueira tinham mais de 100 escravos, utilizados em trabalhos agrícolas, pecuária e comercialização dos produtos produzidos nas fazendas<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup> Não tivemos acesso a fontes que pudessem precisar as atividades desenvolvidas pelos escravos arrolados, mas acreditamos estarem, em sua grande maioria, relacionados à criação e comercialização de animais, cultivo de feijão, milho, etc. e, em alguns casos, na fabricação de queijos e atividades manuais como ferreiros ou costureiras.

<sup>118</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799 - 1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

**Tabela 2.1 - Número de escravos dos Andrade e Figueiredo**

Indivíduo	Ano	Número de escravos
José Alves de Figueiredo (pai)	1822	69
José Carlos de Figueiredo	1863	14
José Eduardo de Figueiredo	1851/72	27*
José Ponciano de Figueiredo	1857/79	20*
Joaquim Goulart de Andrade	1862/88	20*
Ana Jacintha de Figueiredo	1864/84	15*
Joaquim Vilela dos Reis	1860	41

\*Os números são parciais, pois foram retirados apenas dos registros de batismo de escravos.

Fontes: Inventário *post-mortem* José Alves de Figueiredo;

Inventário *post-mortem* José Carlos de Figueiredo;

Inventário *post-mortem* Joaquim Vilela dos Reis;

Registros de batismo de escravos e ventre-livres, Cúria de Nossa Senhora da Conceição de Franca (1856-1888)

No inventário de **José Alves de Figueiredo (pai)**<sup>119</sup>, do ano de 1822, em São João Del Rei, com partilha amigável dos bens, nota-se que o inventariado dispunha de um oratório com ornatos, 6 rocas de fiar, 21 animais cavalares, 350 vacas parideiras, 43 bois de carro e 70 carneiros. Havia, também, 12 bruacas de sal, 52 arrobas de toucinho, 60 carros de milho, 28 capados gordos e 69 escravos. Além de um engenho de serra com rego de água e a Fazenda Ribeirão de São Pedro, de cultura e de criar, onde havia, dentre outros espaços, um moinho, uma casa de queijos e casa de tenda de ferreiro. Tudo contabilizava um monte mor de 39:818\$512 (trinta e nove contos, oitocentos e dezoito mil, quinhentos e doze réis). Os escravos eram parte importante do patrimônio de **José Alves**, constituindo 19,7% do valor total de seus bens. Mais relevante que eles em sua fortuna era apenas a fazenda de cultura e de criar (53,2%). As dívidas ativas que

<sup>119</sup> Museu regional de São João Del Rei, caixa 578. Datado de 18 de Agosto de 1822. Disponível em: <http://www.projetoconpartilhar.org/DocsMgGL/josealvesdefigueiredo1822.htm>

tinha com 17 pessoas, também se destacaram, compondo 17,2% de sua fortuna. Apenas 3 devedores aparecem nomeados em seu inventário: (1) o Capitão Diogo Garcia da Cruz, cuja dívida era de 1:226\$320 (um conto, duzentos e vinte e seis mil e trezentos e vinte réis); (2) **José Alves de Figueiredo** (filho), com uma dívida no valor de 994\$026 (novecentos e noventa e quatro mil e vinte e seis réis); e o (3) Padre Vitoriano Vilela, com 800\$000 (oitocentos mil réis). Certamente, muitos dos cativos de **José Alves (pai)** foram para Boa Esperança viver com a viúva.

**Tabela 2.2 - Valor e percentual dos bens arrolados no inventário de José Alves de Figueiredo (pai)**

Bens	Valor	% no total dos bens
Oratório com ornatos	200\$000	0,5
6 rocas de fiar	77\$680	0,3
21 animais cavalares	187\$407	0,5
350 vacas parideiras	1:760\$000	4,5
43 bois de carro	356\$000	0,9
70 carneiros	42\$000	0,2
69 escravos	7:845\$000	19,7
12 bruacas de sal	36\$000	0,1
28 capados gordos	168\$000	0,4
52 arrobas de toucinho	52\$000	0,2
60 carros de milho	120\$000	0,3
Engenho de Serra	100\$000	0,3
Morada de casas	200\$000	0,5
Fazenda de cultura e de criar	21:184\$000	53,2
Terreiro da Fazenda*	650\$000	1,6
Dívidas ativas	6:840\$425	17,2
<b>Total:</b>	<b>39:818\$512</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventário de José Alves de Figueiredo. Museu regional de São João Del Rei, caixa 578.

\*Contém uma morada de casas, cozinha, Paiol, casa de queijos, moinho, monjolo, casa de tenda de Ferreiro, tudo coberto de telhas com seu quintal com arvoredo, rego de água e todos os seus pertences.

Nesta região a alimentação era, principalmente, à base de porco, visto que o gado tinha outras utilidades na fazenda – predominando no inventário por nós analisado, as vacas parideiras e os carros de bois, provavelmente utilizados para o comércio das mercadorias produzidas na fazenda e no engenho – sendo o toucinho muito comercializado na região, inclusive com o Rio de Janeiro e São Paulo.

Além disso, era relevante a produção de queijo na comarca do Rio das Mortes, o que se verifica através da existência de espaços próprios para a sua produção, as casas de queijo, assim como a existente no inventário de **José Alves de Figueiredo**.

Muito provavelmente **José Alves de Figueiredo** conjugava o investimento em engenhos, com a pecuária (350 vacas parideiras) e com a produção de alimentos (60 carros de milho). Mas, como se viu, sua atividade principal era a Fazenda de criar.

Em resumo, percebemos que, ambas as famílias já eram bem consolidadas e possuidoras de muitos bens e escravos desde a época em que ainda viviam em Minas Gerais. Além disso, buscaram consolidar laços de matrimônio entre si, o que evitava o fracionamento do patrimônio, constituindo-se em uma de suas estratégias familiares. Marcos de Andrade constatou o mesmo entre a 3ª geração da família Junqueira na comarca do Rio das Mortes e considerou comum, também, a escolha por alianças exogâmicas entre “iguais”, ou seja, com outras famílias influentes da região, proprietárias de terras e escravos. Dentre esses grupos destaca os casamentos de membros dos Junqueira com os Vilela, os Andrade e os Ribeiro de Carvalho<sup>120</sup>.

### **Dispersão das famílias por terras mineiras e paulistas**

Vimos, portanto, que, em 1831, os principais senhores da família Figueiredo ainda estavam presentes no Recenseamento de Boa Esperança, em Minas, mas isso não impediu que já possuíssem terras em Franca e arredores, expandindo a fronteira agrícola, visto que, de acordo com o *Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista*, as

---

<sup>120</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 249.

fazendas mais antigas constituídas naquele território datam de aproximadamente 1820 a 1840, e a grande maioria delas pertencia a membros da família Figueiredo<sup>121</sup>.

No Recenseamento de Franca de 1835<sup>122</sup>, referente ao Distrito de Santa Bárbara, estavam **José Ponciano de Figueiredo**, no fogo de número 1, **José Cândido de Figueiredo**, sobrinho de Ponciano<sup>123</sup>, ocupando o fogo número 2, e **João Alves de Figueiredo**, no fogo 3. Ou seja, três gerações da família Figueiredo vivendo em fogos próximos, em Franca, e todos descritos como fazendeiros e lavradores, dedicando-se à cultura de milho e de feijão, à criação de bezerros, carneiros e porcos.

**João Alves** parecia ser o mais bem sucedido entre os seus. Tio de **José Ponciano**, tinha 40 anos e constava como solteiro no Recenseamento, senhor de 5 escravos, todos entre 18 e 25 anos, sendo apenas um africano, Antomasio, preto, vindo do Congo. Os demais eram crioulos e naturais de Franca. Este senhor dispunha de 60 carros de milho, 70 de feijão, 100 bezerros e 100 porcos.

Enquanto isso, **José Ponciano** aparece com 25 anos de idade, já era casado com sua prima **Mariana Cândida**, de 19, e senhor de 6 cativos de idades entre 8 e 27 anos. O escravo mais velho, Paulino, preto, natural de Benguela, era casado, assim como Anna, de 20 anos e também Benguela. Os demais cativos eram crioulos, naturais de Franca. Ponciano tinha uma criação inferior a de seu tio, contando com 4 carros de milho, 6 de feijão, 30 bezerros, 5 carneiros e 30 porcos. Provavelmente isto é devido ao seu estabelecimento mais tardio na região, possivelmente após o casamento com sua prima, em 1834. Os cativos Benguela e o de 27 anos de idade devem ter sido levados ou dados como dote.

Por fim, temos a figura de **José Cândido de Figueiredo**, que, à época, tinha 24 anos e era casado com Mariana, de 22. Senhor de 9 escravos de idades entre 1 e 30 anos, dois eram pretos de Benguela: Franciscano, de 30 anos, casado, e Francisco, de 16 anos, solteiro. Todos os demais eram crioulos, mas sem especificação de naturalidade. **José Cândido** tinha 10 carros de milho, 14 de feijão, 20 bezerros, 6 carneiros e 15 porcos. Como se vê, não há relação entre número de escravos e produção.

---

<sup>121</sup> MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo. *Op. cit.*, p. 17.

<sup>122</sup> [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/res\\_frameset.php?lata=047&maco=007&img=047\\_007\\_001.](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/res_frameset.php?lata=047&maco=007&img=047_007_001.jpg)

<sup>123</sup> Filho de Maria Cândida de Figueiredo e João Vilela de Figueiredo.

Entre as posses da família no decorrer de todo o século XIX, destacam-se a Fazenda Santa Bárbara, atual Fazenda Amarela, cujo proprietário era o **Capitão José Eduardo de Figueiredo** – esposo de **Mariana Delminda** – e a Fazenda Jaborandi, que já não pertence ao território de Patrocínio, mas que foi fundada, em 1830, por Joaquim Garcia de Figueiredo, passando a pertencer, posteriormente, a **João Alves de Figueiredo**.

A Fazenda Santa Bárbara é importante para compreendermos o *status* que a família Figueiredo construiu ao longo dos anos e por seus múltiplos membros. Linda Lewin constatou, em seu estudo sobre organização política e parentela na Paraíba, que a distribuição geográfica da parentela complementava a identidade familiar derivada da ascendência de um mesmo casal de ancestrais e *usualmente, existia também uma propriedade considerada como berço da família, local de nascimento de pelo menos duas gerações, onde residia a família nuclear de maior prestígio no grupo*<sup>124</sup>.

Encontramos uma quantidade significativa de documentos onde a Fazenda Santa Bárbara estava presente, sendo objeto de disputa, divisão, demarcação de terras ou avanço de outras famílias para partes dela. Fato é que, embora não saibamos suas dimensões exatas, ela compreendia uma faixa territorial imensa e foi sendo fracionada entre os Figueiredo ao longo das gerações. Além disso, lá foram recebidas figuras importantes, como quatro bispos de Goiás e o presidente da mesma região. O viajante Saint-Hilaire, passando por Patrocínio, em 1819, descreveu a Fazenda Santa Bárbara como uma das mais importantes encontradas por ele<sup>125</sup>.

Por tais motivos, podemos considerá-la a sede da família Figueiredo em Franca e, igualmente, supor que **José Eduardo de Figueiredo** adquiriu grande prestígio junto ao sogro, **José Alves de Figueiredo**, com quem morou em Boa Esperança, visto que era na sua parte da Fazenda que as figuras importantes de outros estados, inclusive, passaram e onde foram batizadas algumas crianças e lidos inventários de familiares.

Tivemos acesso, por exemplo, a uma avaliação dos bens da Fazenda Santa Bárbara, de 1857, solicitada por **Maria das Dores Branquinho**, esposa do finado **José Alves de Figueiredo** em casa do **Capitão José Eduardo de Figueiredo**, onde há uma descrição detalhada dos animais presentes na fazenda. Havia um bom número de vacas,

---

<sup>124</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p.124.

<sup>125</sup> SAINT HILAIRE, A. *Op. cit.*, p. 125.

bois, novilhos, cavalos e 6 escravos de idades entre 18 e 50 anos. Além disso, há uma citação onde se diz: *uma fazenda denominada Santa Barbara com terras de José Monteiro de Araújo, Capitão José Garcia Lopes, Gulartes e outros*<sup>126</sup>. Ou seja, diz respeito àqueles que possuíam terras fronteiriças à fazenda mencionada.

No mesmo ano de 1857, outra solicitação de divisão foi feita. Desta vez para a fazenda Campo Alegre, onde residiam e eram sócios: (1) o Sargento Mor Estevão Ribeiro de Resende e sua esposa, D. Purcina Maximiana de Figueiredo; (2) **João Vilela de Figueiredo** e **D. Maria Cândida de Figueiredo**; (3) **Joaquim Vilela dos Reis** e **D. Anna Jacintha de Figueiredo**; (4) João Pedro de Figueiredo e D. Anna Jacinta de Figueiredo; (5) **Capitão José Eduardo de Figueiredo** e **D. Marianna Delminda de Figueiredo**; (6) **Alferez José Ponciano de Figueiredo** e **D. Marianna Cândida de Figueiredo**; (7) **Antônio Alves de Figueiredo** e **D. Anna Cândida de Figueiredo**; (8) Joaquim Carlos de Figueiredo e D. Cândida Nicézia de Figueiredo; (9) Manoel Alves de Figueiredo e D. Marianna Altina de Figueiredo; (10) Joaquim Pedro de Figueiredo e D. Urbana Prachedes de Figueiredo; (11) Antônio Rodrigues de Figueiredo e D. Maria Victoria de Figueiredo e (12) Manoel Caetano de Figueiredo<sup>127</sup>, por si e como tutor de seus filhos órfãos, José Manoel, Cândida Maria de São José, e os menores Joaquim e Antônio.

A partir do que foi exposto, podemos aferir alguns dados: o 1º deles diz respeito à quase totalidade de casamentos dentro da mesma família, o que evitava o fracionamento dos bens, diferindo entre eles apenas o caso do Sargento Mor Estevão Ribeiro e D. Purcina; o 2º diz respeito à importância da família naquelas circunstâncias, já que todos os familiares eram sócios nas terras da fazenda e lá habitavam; podemos destacar como 3º ponto a repetição constante de diversos nomes, seja Joaquim e João entre os homens ou Marianna e Cândida entre as mulheres. Como já salientamos, a construção de uma identidade familiar perpassava a escolha dos nomes, sempre associados à família e não ao indivíduo por si só, daí sua importância.

Em outro documento referente à fazenda Santa Bárbara, agora no ano de 1862, há um pedido de divisão das terras de cultura e campos de criar em áreas da dita fazenda, onde eram sócios: (1) **Antônio Alves de Figueiredo** e sua esposa, **Dona Anna**

---

<sup>126</sup> Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro; 1º Ofício Cível, caixa 557, processo 163.

<sup>127</sup> Foi marido de Cândida Maria de São José, irmã de Ana Jacintha de Figueiredo.

**Cândida de Figueiredo**, a quem coube a quantia de 500\$000 (quinhentos mil réis); (2) Joaquim da Silva e D. Anna Lucinda de Jesus; (3) Antônio Joaquim e D. Maria das Dores de Jesus, que receberam 321\$111 (trezentos e vinte um mil, cento e onze réis); (4) Joaquim Flávio Garcia com 35\$445 (trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco réis) e sua esposa D. Maria Joanna da Silva com a quantia de 142\$222 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e vinte e dois réis); (5) Joaquim Firmino Rodrigues e D. Marianna Vitória, (6) e **José Cândido de Figueiredo**, cujo tutor era seu pai, **Manoel Caetano de Figueiredo**, e que recebeu a quantia de 2:919\$481 (dois contos, novecentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e um réis).

Para alguns dos sócios não possuímos os valores recebidos pela divisão das terras, mas fica claro que os Figueiredo, proprietários que eram da fazenda Santa Bárbara, receberam as maiores quantias, dando destaque ao caso de **José Cândido de Figueiredo**, cujo valor recebido é enormemente maior que o dos demais. Além disso, percebemos através deste processo de divisão algo que não visualizamos com frequência em outras fontes, ou seja, a relação dos Figueiredo com outras famílias locais, embora encontremos nos registros de batismo uma quantidade razoável de membros das famílias Silva e Garcia batizando ou tendo seus filhos batizados por indivíduos dos Andrade e Figueiredo.

Cabe, ainda, considerarmos outro ponto. Quando comparados aos valores da divisão da fazenda Campo Alegre, as terras da fazenda Santa Bárbara repartidas entre os ditos senhores acima tinham um valor muito pequeno, embora isso possa ser esclarecido por se tratar de apenas uma parte da fazenda. Na divisão da Campo Alegre, aqueles que receberam a menor quantia em suas partes foram os filhos órfãos de Manoel Caetano de Figueiredo, José e Antônio, cujas quantias foram de 2:919\$481 (dois contos, novecentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e um réis), podendo os valores da divisão chegar a 25:673\$764 (vinte e cinco contos, seiscentos e setenta e três, setecentos e sessenta e quatro réis), como foi o caso de Antônio Rodrigues de Figueiredo, esposo de **Maria Vitória de Figueiredo**, filha do **Capitão José Alves** e **Maria das Dores Branquinho**, o que denota a fortuna acumulada por aquela família ao longo das gerações<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup> O monte-mor era de 145:179\$536 (cento e quarenta e cinco contos, cento e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e seis réis). Valor da fazenda referente aquele que contava no inventário de José Alves de Figueiredo. Fonte: Inventário de José Alves de Figueiredo. Museu regional de São João Del Rei, caixa 578. Datado de 18 de Agosto de 1822.

Nota-se, portanto, que este estudo se remete a famílias prósperas que tiveram condições de manter um elevado número de escravos, podendo “dispensar” o uso da mão-de-obra familiar que acabou se voltando, inclusive, para outros afazeres. Com certeza, o casamento entre seus membros foi a estratégia que possibilitou o não desmembramento do patrimônio, razão principal do matrimônio endogâmico, de acordo com Linda Lewin.

No entanto, o número exagerado de filhos tornava a divisão dos bens e as oportunidades desiguais, não sendo raro que alguns membros se separassem no que tange ao local de habitação e buscassem, além disso, ocupações distintas. A dispersão geográfica deve ser entendida, portanto, como uma estratégia familiar, que, seja devido à escassez de recursos ou ao investimento em novas áreas, possibilitava a manutenção de uma posição privilegiada para a família como um todo.

Hebe Mattos nos apresenta uma situação diversa ao trabalhar com a experiência de acesso a lavouras de roça para livres pobres durante o século XIX. Estes eram dependentes da mão-de-obra familiar para poder aspirar à compra de um escravo ou de um pedaço de terra. Os filhos eram condição de prosperidade<sup>129</sup>. A autora nota que, em Campos dos Goytacazes da década de 1820,

O acesso ao trabalhador cativo permitia, assim, que a dispersão do grupo familiar para a formação de novas unidades domésticas pudesse realizar-se precocemente, sem comprometer a reprodução familiar matriz, e produzia um forte comprometimento de todos os homens livres com a continuidade da escravidão<sup>130</sup>.

Mattos observa, ainda, uma mudança nesses padrões a partir da década de 1850, com o encarecimento do preço do escravo e a concentração da produção açucareira na região, o que ocasionou casamentos mais tardios e um retardamento da saída da unidade familiar.

---

<sup>129</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 70.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 98.

No caso das famílias Andrade e Figueiredo, percebemos que, ao longo das gerações seguintes, procuraram outras ocupações/cargos para além do cultivo da terra, como o ingresso na Guarda Nacional ou na política local, a fim de se perpetuar o nome da família por outros meios, havendo, neste sentido, uma diversificação funcional dentro dos ramos familiares. Afinal, *além de possuir terras e escravos, o que também dava notoriedade a um membro da elite era sua inserção na vida pública, seja ocupando cargos políticos e administrativos, seja participando de alguma confraria religiosa de importância do local*<sup>131</sup>.

### **Famílias Andrade e Figueiredo: cargos políticos, ocupações econômicas, civis e religiosas**

No ramo dos Andrade a diversificação funcional pode ser percebida no fato de apenas **Joaquim Goulart** ter sido senhor de escravos e, até onde sabemos, cafeicultor, tendo, seus filhos, buscado ocupações/cargos distintos, tornando-se juízes de paz, vereadores, prefeitos e membros da Guarda Nacional de Patrocínio Paulista, algo que discutiremos mais a frente.

Sendo assim, os Andrade eram encabeçados por **Joaquim Goulart de Andrade** e **Cândida Maria de Figueiredo**<sup>132</sup>, que contraíram matrimônio em 1856. O casal teve 12 filhos, nascidos entre 1859 e 1888, todos batizados na Cúria de Franca do Imperador.

**Goulart** foi dono da Fazenda Barranco Alto, onde tinha criação de gado e foi grande produtor de café na serra dos Figueiredo, tendo instalado no alto da serra terreiros ladrilhados, que ainda hoje se encontram lá, embora em péssimas condições. Através desses terreiros *o café já seco descia a encosta da Serra por uma tubulação metálica, até atingir as tulhas; depois era beneficiado por uma máquina movida a vapor e daí era transportado em carros de bois para Franca*<sup>133</sup>.

Além disso, a tia de **Joaquim Goulart**<sup>134</sup>, Joaquina de Jesus, foi casada com **Joaquim Alves de Figueiredo**, o que demonstra relações familiares entre os dois ramos

---

<sup>131</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>132</sup> Filha de Joaquim Alves de Figueiredo com sua primeira esposa e prima Inocência Alves de Figueiredo.

<sup>133</sup> MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique. *Op. cit.*, p. 274.

<sup>134</sup> Nota-se neste caso a perpetuação dos nomes – Joaquina e Joaquim – entre os membros da família como indicador de pertencimento aquele grupo.

desde a 1ª geração, possibilitando, inclusive, que **Goulart** se estabelecesse como cafeicultor na Serra da família Figueiredo em fins do XIX.

Bons arranjos matrimoniais fora da parentela eram uma forma de ampliar a fortuna de determinados indivíduos e/ou famílias<sup>135</sup>. Vimos, anteriormente, no Recenseamento de 1831, de Boa Esperança, que o avô e o pai de **Joaquim Goulart** eram menos afortunados do que os Figueiredo, pelo menos no que diz respeito ao número de escravos. Logo, o casamento de **Joaquim** com **Cândida Maria** permitiu-lhe, até onde pudemos aferir<sup>136</sup>, um acréscimo em sua fortuna, bens e *status*, visto que se equiparou a outros membros da família Figueiredo, em relação à quantidade de cativos, pôde ser considerado um grande senhor de escravos, desempenhando, também, as funções de agricultor, cafeicultor e membro da Guarda Nacional<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> Cf. Andrade, 2008; Brugguer, 2007; entre outros.

<sup>136</sup> Não dispomos de fontes sobre Joaquim Goulart de Andrade anteriores as do registro de batismo do 1º filho, em Franca, e a grande maioria das informações sobre este senhor advém de outros registros de batismo e do Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista. Como ele também não foi localizado nas fontes para Minas Gerais em períodos anteriores, pouco se sabe sobre a construção de sua fortuna.

<sup>137</sup> Voltaremos ao tema da Guarda Nacional com maiores detalhes no Capítulo III.

## Quadro 2.1 – Ocupações / cargos de membros das famílias Andrade e Figueiredo

Indivíduo	Cargos
Joaquim Goulart	Major Fiscal*/Juiz de Paz/Agricultor/Zelador (Confraria)
Manoel Basílio	Capitão Ajudante*/ Juiz de Paz/ Agricultor
José Salomé	Capitão da 4ª Companhia*
José Eduardo	Juiz de Paz/ Vereador/ Prefeito (Patrocínio Paulista)
Antônio Goulart	Major Cirurgião*
Antônio Pinto	Padre
Joaquim Bernardes Pinto	Alferes*
José Eduardo	Promotor/ Tenente secretário da 4ª Companhia*
Estevão Marcolino	Coronel Comandante*/ Deputado Estadual e Federal/ Vereador
João Villela dos Reis	Tenente Coronel*
Joaquim Firmino	Capitão Ajudante*
José Cândido	Tenente Coronel*
João Alves	Capitão Cirurgião*
Azarias Alves	Alferes*

**Legenda:**  
Andrade  
Figueiredo

\*Membros da Guarda Nacional de Patrocínio Paulista.

Fonte: MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique. *Almanaque histórico de Patrocínio Paulista*. Patrocínio Paulista: Prefeitura Municipal, 1986.

**Joaquim Goulart de Andrade**, além de agricultor e cafeicultor, ocupou o cargo de Major Fiscal do Estado Maior, desempenhou a função de Juiz de Paz de Patrocínio do Sapucaí, em 1890, e foi Presidente dos Zeladores da Irmandade Apostolado da Oração e Arquiconfraria do Sagrado Coração de Jesus, fundada em 1877<sup>138</sup>.

Seu filho, **Manoel Basílio de Andrade**, membro da Guarda, presidiu a Comarca de Patrocínio do Sapucaí por dois anos, desempenhou a função de Juiz de Paz, entre 1894 e 1908, e foi fazendeiro, dono da Fazenda Humaitá. Além deste, **José Eduardo de Andrade** foi Juiz de Paz, vereador e prefeito de Patrocínio Paulista e **José Salomé de Andrade** ocupou o cargo de Capitão da Guarda Nacional da mesma cidade.

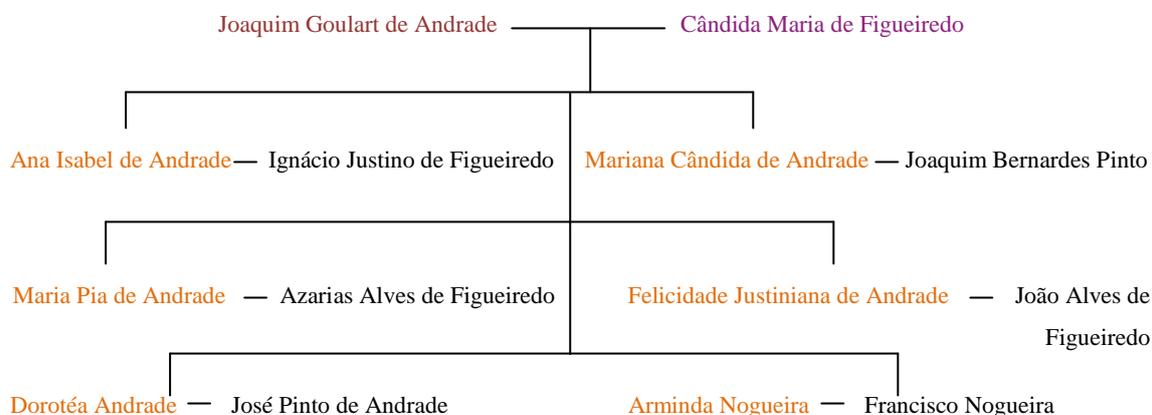
<sup>138</sup> Todos os dados foram retirados do Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista.

Outro filho de **Joaquim Goulart**, conhecido como **Padre Andrade** é, provavelmente, o **Padre Antônio Pinto de Andrade**, ou sacerdote redentorista, que participou da chamada *Revolução Constitucionalista*, contra o governo de Getúlio Vargas, em 1932. De acordo com Marcos de Andrade, não se pode menosprezar a presença de padres na família, visto que

Mesmo no universo mais restrito das vilas e dos arraiais, a figura do sacerdote, assim como o espaço de poder que ocupava e as relações que estabelecia, não pode ser menosprezada. Acabava se constituindo em um capital político de grande importância para que uma família consolidasse seu nome e ampliasse seu poder em determinada região<sup>139</sup>.

Assim como seus filhos ascenderam política e socialmente, **Joaquim Goulart** proporcionou às suas filhas matrimônios com homens bem conceituados, inclusive três deles pertencentes à família Figueiredo, membros da Guarda Nacional. **Ana Isabel de Andrade** casou-se com Ignácio Justino de Figueiredo; **Mariana Cândida** contraiu matrimônio com o Alferes Joaquim Bernardes Pinto; **Maria Pia de Andrade** e **Felicidade Justiniana de Andrade** casaram-se, respectivamente, com o Alferes Azarias Alves de Figueiredo e seu irmão, Capitão João Alves de Figueiredo. Por fim, há **Dorotéia Andrade** casada com José Pinto de Andrade e **Arminda Nogueira**, que contraiu matrimônio com Francisco Nogueira.

**Diagrama 2.4 - Casamentos das filhas de Joaquim Goulart de Andrade**



<sup>139</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Op. cit.*, p. 217.

Constatamos que os genros de Joaquim também faziam parte de suas redes relacionais, visto que Azarias Alves era Alferes da 3ª Companhia da Guarda de Patrocínio Paulista, seu irmão, João Alves, participava do Estado Maior – assim como **Joaquim Goulart**<sup>140</sup> –, ocupando o cargo de Capitão Cirurgião, e Joaquim Bernardes Pinto também desempenhava a função de Alferes. Percebe-se, portanto, a busca da família Andrade por ascensão social através do matrimônio com indivíduos de famílias e cargos influentes, principalmente com os Figueiredo, o que perpetuava relações já antigas e criava novos laços de compromisso.

Logo, vemos a perpetuação das duas famílias na Guarda Nacional e na política local através das gerações, o que mantinha o seu *status* e a sua qualidade de chefes locais. Visavam à *procura de segurança, na qual a conservação de um status era a sua transmissão de geração para geração*<sup>141</sup>. Transmissão de um poder construído sobre o prestígio, as mediações e os compromissos políticos.

Observamos, ainda, que os Figueiredo também estavam presentes em grande número na Guarda Nacional. **José Eduardo de Figueiredo** cumpriu a função de Promotor tenente secretário da 4ª companhia. Seu filho, o **Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo**, nascido na Fazenda Santa Bárbara, tendo estudado no Seminário Episcopal de São Paulo, onde fez latim e iniciou o curso de Filosofia, desempenhou as funções de vereador, deputado estadual e deputado federal, sendo chefe do Partido Conservador de Patrocínio do Sapucaí. Mais tarde deixou o partido por questões internas e, com o advento da República, aderiu ao novo governo. Além disso, era Coronel Comandante Superior na Guarda Nacional da Comarca de Patrocínio do Sapucaí. Fora, também, presidente das irmandades Confraria de São Vicente e Liga da Boa Imprensa.

### **Ruas e praças de Patrocínio do Sapucaí**

Alguns dos homens citados acima, devido à sua importância e reconhecimento social, foram homenageados, tornando-se nomes de ruas e praças. É o caso da *Praça Coronel Estevam Marcolino*, antigo Largo da Matriz, alterado por proposta do Major

---

<sup>140</sup> Ele era Major fiscal do Estado Maior, 157ª Batalhão de Infantaria.

<sup>141</sup> LEVI, Giovanni. *Op. cit.*, p. 99.

Ignácio Justino de Figueiredo para *Praça Coronel Estevam*, em 1916, tendo sua designação completa no Ato nº 7 de 1921.

Há a *Rua Coronel João Villela*, denominação conferida pelo mesmo Ato nº 7, de 1921, à antiga Rua Sete de Setembro. **João Villela dos Reis** era filho de **Ana Jacintha de Figueiredo** com **Joaquim Villela dos Reis**. Nasceu em Cachoeira do Ratis, Minas Gerais, em 1842, mudou-se para Patrocínio, provavelmente, com sua mãe, aos 17 anos. Foi o 1º Presidente da Câmara desta região e Tenente Coronel da Guarda Nacional. Sua esposa, **Dona Maria Salomé de Figueiredo**, também foi homenageada com uma rua em seu nome. Ela era natural de Dores do Campo Formoso, Minas Gerais, e casou-se com João em Dores da Boa Esperança, em 1868.

Alguns filhos de **Joaquim Goulart de Andrade** também foram homenageados: a *Rua José Eduardo de Andrade* teve essa denominação dada pelo Decreto nº 670, de 1980, à Rua “T” do Conjunto Habitacional Maria do Rosário. Assim como seu irmão, **Manoel Basílio de Andrade** teve seu nome atribuído à Rua “E” do mesmo conjunto habitacional. Já o pai, **Joaquim Goulart**, foi homenageado com seu nome na *Rua Major Goulart*, antiga Rua das Laranjeiras, alterada pela Câmara através do Ato nº 7, de 1921, anos após o falecimento do Major, que ocorreu em 1908, logo depois de suas bodas de ouro.

Pelo nome, nota-se que a proeminência das famílias adentrou a Primeira República, mas não com alusão à condição senhorial da escravidão, mas aos postos militares da Guarda Nacional. Contudo, ainda que a memória senhorial da escravidão tenha ficado para trás, como os Andrade e os Figueiredo se relacionavam com seus escravos?

### **Livres, escravos e as redes de compadrio que uniam autoridades locais a seus cativos**

Sobre os cativos das duas famílias, possuímos impressões quase que primordialmente dos livros de batismo, casamento e óbito e, em pouquíssima quantidade, através dos inventários *post mortem* de alguns senhores, embora sejam de períodos anteriores.

Interessa-nos, nos registros de batismo, analisar a questão do compadrio, visto que este proporcionava a criação ou alargamento de laços já existentes para além da consanguinidade. De acordo com Martha Hameister, o batismo possibilitava a conexão entre o mundo carnal e o espiritual, no qual os padrinhos agiam como mediadores dessa relação<sup>142</sup>. Mas, também, a escolha dos padrinhos compunha uma relação política marcada por laços sociais<sup>143</sup>.

Ao analisar os laços criados através do compadrio para a Vila do Rio Grande de meados do século XVIII, a autora observou que a plasticidade de arranjos sociais que o compadrio permitia, criando e estreitando laços, muitas vezes com indivíduos de estratos sociais distintos, ajuda a explicar a completa ausência de conflitos entre senhores e escravos na região no decorrer do período analisado. Desconhecemos revoltas escravas em Franca para a segunda metade do XIX.

Carlos Engemann em *De laços e de nós*, trabalho focado no sudeste brasileiro do século XIX, também vê no batismo uma das opções de plastificação das reciprocidades<sup>144</sup>, constituindo-se em uma forma de criar laços de solidariedade que, inclusive, conectavam os senhores entre si. O compadrio formava alianças desejadas por ambas as partes, pais e padrinhos, e se estendia para o batizado<sup>145</sup>.

O autor ainda salientou que, na maioria dos casos estudados, os senhores não batizavam seus próprios escravos, pois isto favoreceria um envolvimento afetivo, gerando uma possível perda de autoridade do senhor - padrinho<sup>146</sup>. Mas cabe ressaltar que, embora os senhores não apadrinhassem, em algumas localidades seus parentes próximos o faziam, assim como irmãos, filhos ou sobrinhos. Segundo Martha Hameister era comum, na região de Vila do Rio Grande, que os filhos dos senhores ou sua esposa apadrinhassem filhos de escravos<sup>147</sup>.

Silvia Brugger averiguou para São João Del Rei, entre 1736 e 1850, que havia no apadrinhamento a intenção de criar uma *aliança para cima*, tanto no que se refere

---

<sup>142</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 206.

<sup>143</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Poder e compadrio: Apadrinhamento de escravos em São João Del Rei (Séculos XVIII e XIX)*. In: Almeida, Carla M<sup>a</sup> Carvalho de & Oliveira, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 196.

<sup>144</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007 - 2008, p. 171.

<sup>145</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* p. 107.

<sup>146</sup> ENGEMANN, Carlos. *Op. cit.* p. 172.

<sup>147</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 244.

aos livres quanto aos escravos. A escolha por padrinhos livres e da família senhorial era vista como uma situação privilegiada dos pais (escravos) frente aos demais cativos, ao mesmo tempo em que o domínio senhorial se aproveitava dos laços de compadrio para exercer seu poder<sup>148</sup>.

Hameister, citando estudo de Gudeman e Schwartz da década de 1980, corroborado por outros trabalhos anteriores, afirma a existência de um padrão no qual as pessoas convidadas a apadrinhar possuíam estatuto social igual ou superior ao dos pais<sup>149</sup>. A autora afirma, ainda, que não bastava ser livre para estar posicionado acima do escravo, mas que, além disso, o indivíduo devia *estar socialmente arranjado*<sup>150</sup>.

Ao trabalhar com o conceito de equidade – o que nos remete ao estudo de Levi, *Reciprocidade Mediterrânea* –, Hameister observa que *não basta ser livre para ser superior a um escravo, não basta ser escravo para igualarem-se*<sup>151</sup>. Neste sentido, a equidade, diferentemente da igualdade, aspirava garantir a cada um o que lhe correspondia segundo seu estatuto social<sup>152</sup>. No caso estudado por Martha Hameister, por exemplo, os escravos da família Furtado de Mendonça não escolheram quaisquer cativos para apadrinhar seus filhos, mas sim outros escravos pertencentes a famílias da elite, assim como eles o eram. Percebemos o mesmo ocorrendo entre os escravos das famílias Andrade e Figueiredo, o que será apresentado a seguir.

Em resumo, observamos que o compadrio não excluía as relações de poder entre os diferentes grupos – relações estas que, de acordo com Cacilda Machado, produziam a própria diferenciação social, fazendo surgir grupos diversos<sup>153</sup> –, mas amenizava-as e tornava possível que um escravo tivesse como compadre um livre da família senhorial. Ou seja, era capaz de criar vínculos sólidos entre pessoas de condições sociais diversas e, até mesmo, opostas juridicamente, garantindo, assim, a estabilidade do sistema.

Acreditamos que a escolha de padrinhos feita pelos escravos ia além do fato de buscar pessoas com *status* mais elevado que o seu, sendo importante, também, a convivência que tinham com aqueles que seriam seus compadres. Como veremos os escravos que tiveram seus filhos apadrinhados por membros das famílias Andrade e

---

<sup>148</sup> *Ibid.*, pp. 196-197.

<sup>149</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 241.

<sup>150</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 242.

<sup>151</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 242.

<sup>152</sup> LEVI, Giovanni. *Op. cit.*, p. 3.

<sup>153</sup> MACHADO, Cacilda. *Op. cit.*, p. 74.

Figueiredo estavam vinculados a eles há muitos anos, alguns tendo mais de dez anos de convívio com aquelas famílias, o que pode ajudar a entendermos sua participação no batismo de filhos de escravos.

Para além do convívio, Brugger constatou que nas unidades maiores havia maior frequência do apadrinhamento por membros da família senhorial, o que se justifica pela *necessidade do estabelecimento de uma relação de domínio que passava pela diferenciação dentro do cativo*<sup>154</sup>, na perspectiva dos senhores. Para os escravos representava criar ou alargar laços de solidariedade e para os padrinhos era um recurso político importante.

**José Eduardo de Figueiredo** foi o primeiro senhor que encontramos nos registros de batismo de escravos dentro do período aqui analisado. Em 23 de Fevereiro de 1851 foi batizada Luiza, filha de Francisco e Eva<sup>155</sup>, todos escravos de **José Eduardo**. A menina teve como padrinhos Paulino e Ana<sup>156</sup>, escravos de **José Ponciano de Figueiredo**.

Esses dois personagens – **José Eduardo** e **José Ponciano** – estão presentes em muitos registros, na maioria das vezes como senhores dos escravos, mas também como padrinhos em alguns casos ou tendo escravos seus como padrinhos, como demonstrado acima.

Em um caso único no que se refere a esse senhor, dentre os demais registros que averiguamos, encontramos, no ano de 1857, **Joaquim Goulart de Andrade** e sua esposa, **Cândida Maria de Figueiredo**, como padrinhos de Julia, filha de Liborio e Paulina, escravos de **José Ponciano**. Após este batismo, **Goulart** só estará presente como padrinho dos seus netos e de um casal estrangeiro, provavelmente italiano.

Dentre os escravos de **José Ponciano**, este casal, Liborio e Paulina, é o que mais se destaca por ter batizado 7 filhos legítimos, de 1857 a 1875 e, após essa data, Paulina ainda aparece mais uma vez batizando Francisco, de cor parda, filho natural da escrava crioula. Liborio estava no plantel de **José Ponciano** desde, pelo menos, 1835, quando tinha 14 anos de idade. Acreditamos que Paulina, devido ao nome, seja filha dos

---

<sup>154</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Op. cit.*, p. 200.

<sup>155</sup> Escravos presentes no fogo de José Cândido de Figueiredo no Recenseamento de 1835.

<sup>156</sup> Casal presente no fogo deste senhor desde o Recenseamento de 1835.

escravos Paulino e Anna, do mesmo senhor, embora não tenhamos encontrado seu registro de batismo.

Achamos interessante destacar que apenas Francisco, filho natural de Paulina e o último filho legítimo do casal nascido, em 1875, Lindolpho, têm a cor parda registrada no ato do batismo. Roberto Guedes, em alusão a Porto Feliz do século XIX, já havia destacado o fato dos filhos de africanos, ainda escravos, serem designados crioulos, enquanto os filhos destes tendiam a ser designados pardos<sup>157</sup>.

Tudo nos leva a crer que Liborio e Paulina deviam ser um casal respeitado entre os demais escravos e com estima perante seus senhores, provavelmente devido aos longos 40 anos em que estiveram presentes no plantel de **Ponciano**, visto que quatro dos seus sete filhos foram apadrinhados por livres e, mais importante, indivíduos das famílias Figueiredo e Andrade. Em suma, o parentesco escravo e senhorial contribuiu para o *status quo* de escravos e senhores.

---

<sup>157</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. *Op. cit.*, p. 88.



Num total de quinze registros de batismo de cativos de **José Eduardo de Figueiredo**, em oito as crianças foram apadrinhadas por livres, alguns deles desconhecidos, como Joaquim da Conceição Netto e sua esposa, Anna Netto, mas outros de extrema importância para entendermos as inter-relações construídas dentro das famílias Andrade e Figueiredo, como no caso já exposto de **José Ponciano** como padrinho de Valério.

Outro detalhe que merece destaque é o fato de que há dois casais de escravos desse mesmo senhor que aparecem com certa frequência batizando seus filhos. Para ambos os casais os homens são de origem africana – Antônio de Nação casado com Lucia, crioula, e Joaquim Affricano, casado com Anna. Estes escravos tiveram seus filhos apadrinhados por livres pertencentes à família Figueiredo – principalmente no caso de Joaquim Affricano e Anna – ou por outros escravos do seu senhor, ou de **José Ponciano**.

Em Junho de 1856, há o registro da primeira filha do casal Antônio de Nação e Lucia, crioula. Venancia teve como padrinhos Felix e sua mulher, Francisca, ambos escravos de **José Eduardo de Figueiredo**. Já, em 1862, levam a pia batismal, Theburcio, apadrinhado por Miguel Gomes de Faria Garcia, desconhecido, e Marianna Balbina de Figueiredo, personagem da família Figueiredo, presente em muitos batismos.

O casal volta novamente a aparecer nos registros, em 1864, com o batismo da filha Julia, cujo padrinho foi Domingos, cativo de **José Eduardo de Figueiredo**, presente no plantel desde, pelo menos, 1857, pois avaliado na Fazenda Santa Bárbara. Era de Nação, com 50 anos de idade e no valor de 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis). A madrinha foi Brigida, escrava de **José Ponciano de Figueiredo**. Por fim, o casal batizou Avelino, em 1872, apadrinhado por dois escravos, Manoel e Joaquina, de senhor desconhecido.

Os registros de batismo dos filhos deste casal não são tão significativos quanto o de Joaquim e Anna que apresentaremos a seguir. Tiveram a maioria dos seus filhos apadrinhados por outros cativos, mas que também pertenciam ao seu senhor ou a **José Ponciano**, muito presente nos registros em que aparece **José Eduardo** e seus escravos.

Portanto, Joaquim Affricano e Anna crioula parecem ser, de fato, cativos de destaque e alguma relevância na escravaria de **José Eduardo de Figueiredo**. O

primeiro registro de batismo de um filho do casal foi em 1851. Valério teve como padrinhos **José Ponciano de Figueiredo** e Cândida Ponciana de Figueiredo.

Não dispomos de maiores informações sobre esta senhora, mas é interessante destacar seu nome, Cândida Ponciana. Cândida era um nome recorrente na família Figueiredo ao longo das gerações. **Cândida Maria de Figueiredo**, **Maria Cândida de Figueiredo** e **Cândida Maria de São José** são apenas alguns exemplos. Ponciana nos remete ao próprio **José Ponciano** que, juntamente com essa senhora, apadrinhou o filho dos escravos.

Roberto Guedes já havia ressaltado que as práticas de nomeação estão relacionadas ao sentimento de pertencimento familiar<sup>163</sup> e também à homenagem prestada a gerações mais antigas da família. Para Linda Lewin a descendência através do nome podia ser considerada a partir de um ou de ambos os pais, havendo uma tendência dos nomes e sobrenomes refletirem o gênero do portador e de seus ascendentes diretos. Tendência esta que, de acordo com a autora, predominou até, pelo menos, 1850.

No registro de batismo de Valério, Joaquim não aparece qualificado como Affricano e Anna possui o sobrenome Jacintha de Souza. Dentre os 83 registros de batismo de escravos arrolados para esta pesquisa, apenas Anna apareceu em algum momento portando um sobrenome. Para a Vila do Rio Grande do século XVIII, objeto de estudo de Hameister, o uso de sobrenomes em escravos também era incomum. De acordo com a autora, os sobrenomes apareciam com maior frequência entre os forros e/ou pardos<sup>164</sup>.

O casal só voltará a estar presente no livro batismal em 1863, batizando Anastácio, cujos padrinhos foram José Emygdio de Figueiredo e Anna Emygdio de Figueiredo. Em Maio de 1865, levam a pia Esméria e são seus padrinhos **Antônio Alves de Figueiredo** – irmão de **Ana Jacintha de Figueiredo** – e Porcina Christina de Figueiredo.

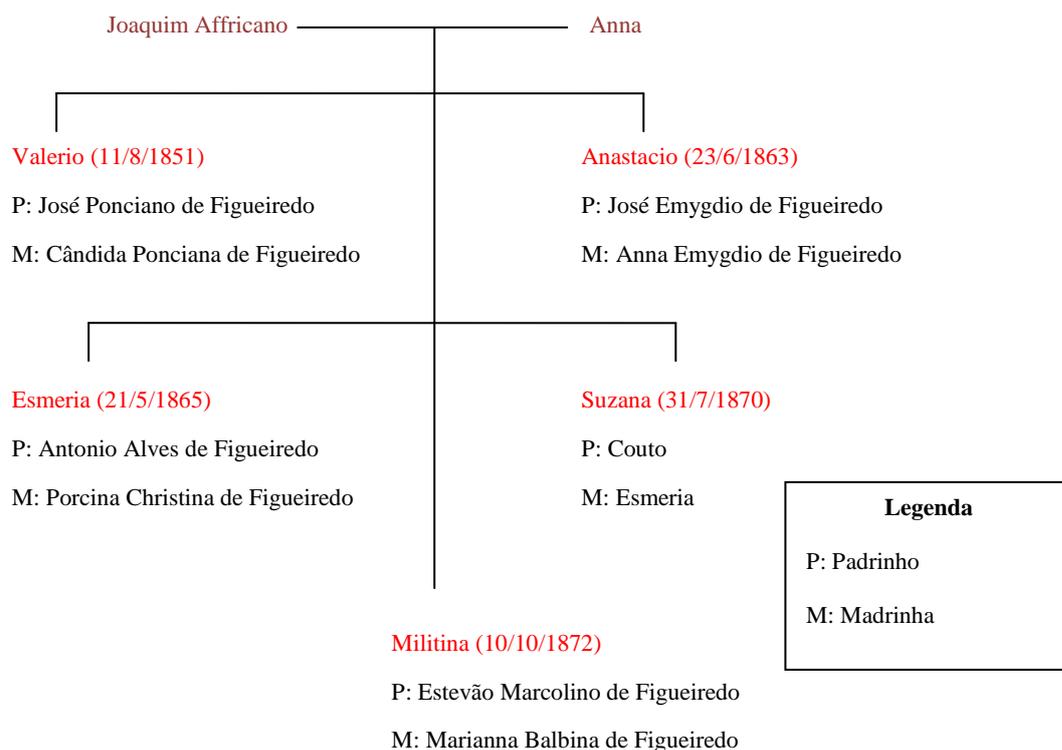
---

<sup>163</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. *Op. cit.*, p. 296.

<sup>164</sup> HAMEISTER, Martha Daisson. *Op. cit.*, p. 99.

Joaquim e Anna tiveram ainda mais duas filhas batizadas, Suzana, em 1870, e Militina, em 1872, cujos padrinhos foram, respectivamente, Couto e Esmeria, **Estevam Marcolino de Figueiredo** – filho de **José Eduardo** – e Mariana Balbina de Figueiredo.

**Diagrama 2.6 - Família originária dos escravos Joaquim e Anna**



Vale ressaltar que Joaquim só aparece como Affricano no batismo do filho Anastácio e como Joaquim de Nação no batismo de Suzana, que teve como padrinhos outros escravos. Nas demais situações não há essa qualificação em seu nome e quando **José Ponciano** surge como padrinho, muito pelo contrário, Anna recebe um sobrenome. Podemos aferir com isto que a significância do casal e seu *status* perante os demais não advinha do fato de Joaquim ser Affricano, mas talvez da probabilidade de ser mais antigo no plantel e, portanto, mais conhecido e respeitado entre os seus, além de possuir contato mais longo com o seu senhor e familiares.

Ademais desses dois casais de cativos de destaque e grande frequência nos livros de batismo, há também entre os escravos de **José Eduardo de Figueiredo**, Francisco e

Eva, casal que batizou quatro filhos no período que vai de 1859 a 1864. No entanto, em apenas um dos batismos os padrinhos eram livres, embora não fossem membros das famílias senhoriais em questão. Por fim, há as escravas Florencia e Maria cada uma tendo batizado um filho natural.

Sobre os escravos de **José Ponciano de Figueiredo**, já nos referimos a Liborio e Paulina que são aqueles de maior destaque por comporem seu quadro de compadres com **Joaquim Goulart** e sua esposa **Cândida Maria**, José Emygdio e Maria Vilela de Figueiredo, **Estevam Marcolino** e Delminda de Figueiredo Netto, além de quatro outros filhos que foram apadrinhados por escravos do próprio **José Ponciano** e de **José Eduardo de Figueiredo**.

Há outro casal formado também por um homem africano, Pedro, e sua mulher, que em todos os quatro registros em que aparece a letra está ininteligível, mas acreditamos ser Esmeria. Sua primeira filha, Margarida, nascida em 1859, foi apadrinhada por Antônio Vilela de Figueiredo e Lucia crioula, escrava de **José Eduardo de Figueiredo**, um de dois casos em que encontramos como padrinhos um livre membro da família e uma escrava.

As três outras crianças tiveram escravos como padrinhos. Duas delas foram batizadas por Domingos e Lucia, cativos de **José Eduardo**, os mesmos que apadrinharam um dos filhos de Liborio e Paulina.

Em 1871, consta o registro de batismo de um filho natural de Esmeria, Theodoro, o primeiro de uma sequência de cinco filhos, todos naturais. O menino foi apadrinhado por Liborio e Paulina, mas nem todos os seus irmãos tiveram outros escravos como padrinhos. Cesario, de cor preta, nascido em 1875, teve como padrinhos **Estevam Marcolino de Figueiredo** e Dona Maria Narcisa de Figueiredo. Laudicena, de cor parda, batizada em 1876, foi apadrinhada por Joaquim Procópio de Figueiredo e **Mariana Delminda de Figueiredo**, esposa de **José Eduardo** e mãe de **Estevam Marcolino**. O último filho de Esmeria, que também corresponde ao último registro de batismo de escravos de **José Ponciano**, foi batizado por Francisco Ponciano de Figueiredo e Mariana Firmina de Figueiredo, em 1879.

Se a esposa de Pedro for a mesma Esmeria que, posteriormente, batizou seus filhos naturais, percebemos a permanência da escrava por longos 20 anos ou mais no

plantel de José Ponciano, o que explica a existência de diversos padrinhos da família senhorial batizando seus filhos, devido à provável proximidade que tinha com esses indivíduos há muitos anos.

A mencionada **Dona Mariana Delminda de Figueiredo** também surge nos registros de batismo como senhora de escravos a partir do ano de 1875, provavelmente após a morte do seu marido, cujo último registro no livro ocorreu em 1872, com Avelino, filho de Antônio e Lucia.

Este casal ainda estava presente na escravaria de **Mariana Delminda**, em 1875, e batizou sua filha Patrocínia, preta, que teve como padrinhos dois livres desconhecidos, sendo eles Francisco Ferreira de Chagas e Josepha Maria de Jesus. O casal de escravos ainda teve mais dois filhos e seu último registro data de 1880, com o batismo de Dorotheia. Para além deles, só há mais dois registros de batismo nos quais **Mariana Delminda** está descrita como senhora de escravos, já não tendo tanta relevância como tinha outrora seu marido, no que diz respeito ao número de cativos.

Da família Figueiredo resta-nos discorrer sobre os escravos de **Ana Jacintha**. Sua primeira aparição como senhora de escravos foi em Maio de 1864, no batismo de Pedro, filho natural de Martha, apadrinhado por Antônio Augusto e Ana Emygdia de Figueiredo.

**Joaquim Cândido de Figueiredo**, genro de **Ana Jacintha**, casado com sua filha **Ana Elisa**, foi padrinho de seus escravos em dois batismos: o primeiro, em 1864, da pequena Emilia, filha de Anastácio e Maria da Nação, que teve como madrinha **Ana Cândida de Figueiredo**, esposa do **Capitão Antônio Alves de Figueiredo**, irmão de **Ana Jacintha**. No segundo bastimo, Joaquim foi padrinho de Candida, exposta em casa de **Ana Jacintha de Figueiredo**, cuja madrinha foi Ana Luisa de Figueiredo.

Entre os cativos desta senhora há também dois casais que se destacam entre os demais pela quantidade de filhos apadrinhados: Geraldo e Marcelina, crioulos, e Silverio e Severina crioula.

No entanto, antes de concretizar sua relação com Silverio perante a Igreja, a crioula Severina aparece em dois registros batizando filhas naturais: Albertina, preta, em 1876, e Affra também preta, em 1877. Ambas tiveram livres como padrinhos, sendo que Affra foi batizada por membros da família Figueiredo próximos a sua senhora.

Joaquim Procópio de Figueiredo e **Mariana Delminda de Figueiredo**, irmã de **Ana Jacintha** foram os padrinhos.

Em 1879, já casada com Silverio, Severina levou Virgilina, preta, à pia batismal. O **Capitão Antônio Alves de Figueiredo** e Julia, escrava de José Emygdio de Figueiredo, foram os padrinhos da criança, constituindo o segundo caso de madrinha cativa e padrinho livre.

Geraldo e Marcelina deviam ser escravos com algum grau de estima dentro da escravaria da família Figueiredo. Dos seus quatro filhos nascidos, entre 1876 e 1881, apenas os dois primeiros não foram apadrinhados por indivíduos da família Figueiredo. Francisco preto teve como padrinhos Joaquim Felipe dos Santos e Cândida Maria de Jesus, e Jacintho foi levado à pia batismal por dois escravos, Davi, cativo de **Antônio Alves de Figueiredo**, e Margarida, escrava de **José Ponciano de Figueiredo**. Suas outras duas irmãs, Imilia e Ignácia, tiveram como segundos pais Francisco Ponciano de Figueiredo e Ana Cândida de Figueiredo, e José de Figueiredo e Porcina Cândida de Figueiredo, respectivamente.

No que diz respeito à família Andrade, privilegiamos a **Joaquim Goulart** como senhor de escravos e fazendeiro, já que, embora alguns de seus filhos possuíssem fazendas, dedicaram-se a outras atividades, principalmente políticas, atuando no poder local de Franca e Patrocínio Paulista. **Joaquim Goulart** foi um senhor de escravos melhor sucedido do que outros membros de sua família, como seu pai, por exemplo, no que diz respeito ao tamanho de sua escravaria, que teve uma variação entre 30 a 50 escravos, aproximadamente.

Assim como nos outros exemplos, também há um casal de cativos que se sobressaiu frente aos demais, sendo, neste caso, João e Delfina. Eles aparecem batizando três filhos no curto período de 1862 a 1865. O primeiro batizado, Pedro, foi apadrinhado por Graciano e Lucia, escravos de **José Eduardo**. Provavelmente esta Lucia era a mulher de Antônio de Nação.

O segundo filho, Gabriel, também teve como padrinhos cativos de **José Eduardo de Figueiredo** e foram eles Mathias e Dorotheia. Mas, no último dos filhos legítimos do casal, já percebemos uma mudança devido a Marcelino, batizado em Maio de 1865, ter sido apadrinhado por Joaquim Firmino de Figueiredo e Anna Emygdio de

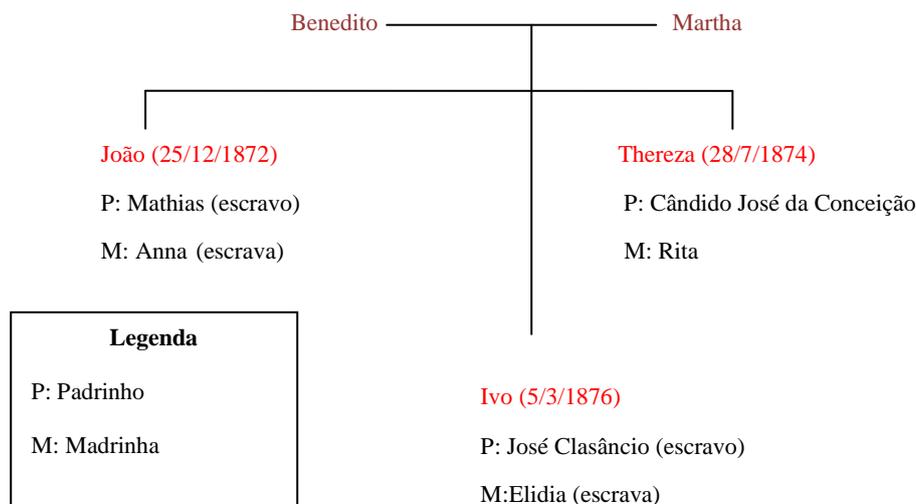
Figueiredo, livres e pertencentes à família de **Cândida Maria**, esposa de **Joaquim Goulart**.

Delfina continuará presente nos registros de batismo após esta data, pondo os santos óleos em mais quatro crianças, todas naturais. A primeira delas foi Barnabé, em Junho de 1869, apadrinhado pelo casal Antônio de Nação e Lucia, escravos de **José Eduardo**.

Em 1872, dez anos após batismo de seu primeiro filho, será batizado Rufino, cujos padrinhos foram Cândido Bernardes Ferreira e Alexandrina Maria Cândida, indivíduos que desconhecemos. A terceira criança, Lusia, parda, foi batizada em 1876, e apadrinhada por João José Ferreira e Mariana Balbina de Figueiredo. Por fim, houve o batismo de Esperança, que recebeu como segundos pais João Monteiro de Araújo e Dona Deolinda Cândida da Asumção.

Há ainda na escravaria de **Joaquim Goulart de Andrade** três casais batizando seus filhos, são eles: Benedito e Martha crioulos, Felicio e Agostinha crioulos e Custodio e Theresa. O primeiro casal teve três filhos batizados. O primeiro deles, João também teve como padrinhos cativos de **José Eduardo**, sendo eles Mathias e Anna. Thereza foi batizada em 1874, por Cândido José da Conceição e Rita. O último filho do casal, Ivo, de cor preta, foi apadrinhado por José Clasancio, escravo de **Mariana Delminda de Figueiredo** e Elidia crioula, escrava de **Estevam Marcolino de Figueiredo**.

## Diagrama 2.7 - família originária de Benedito e Martha



Felicio e Agostinha aparecem uma única vez nos registros de batismo de sua filha Rita, de cor preta, em 1883, com Agostinho, escravo de Jovelino e Anna Cândida da Conceição como padrinhos. O caso de Custodio e Theresa perpassa novamente as alianças entre os Andrade e Figueiredo.

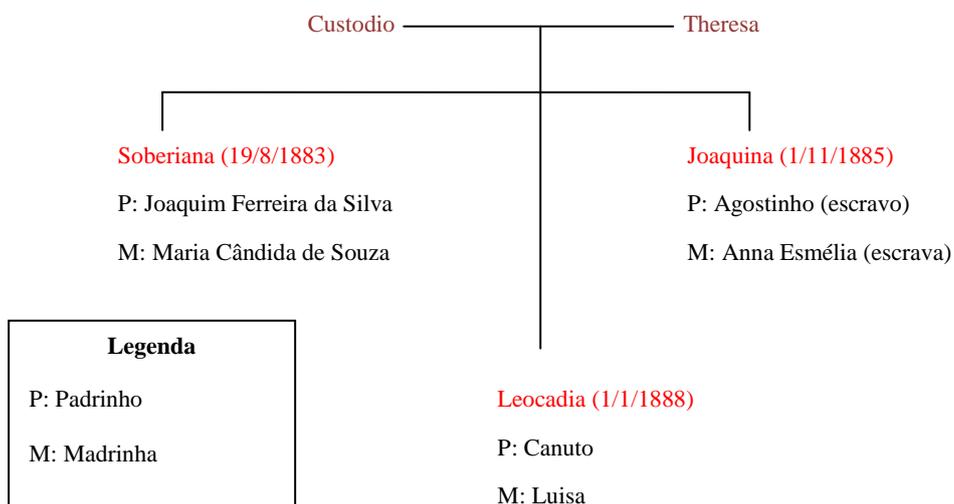
Este casal aparece pela primeira vez nos registros, em 1875, batizando Albino, de cor preta, apadrinhado por Joaquim José Camilo e Anna Barbosa da Silva. Mas neste ano ambos os pais foram listados como escravos de **Mariana Delminda de Figueiredo**. No entanto, em algum momento, entre 1875 e 1883, eles foram vendidos, deixados de herança ou repassados para **Joaquim Goulart de Andrade**, visto, inclusive, que o último registro onde Mariana aparece como senhora de escravos consta de 1880.

Fato é que o casal de cativos estava presente no registro de 19 de Agosto de 1883, quase dez anos depois do primeiro batismo, como escravos de **Joaquim Goulart**, batizando Soberiana, onde foram padrinhos Joaquim Ferreira da Silva e Maria Cândida de Souza. Dois anos depois batizam Joaquina, uma possível homenagem ao seu senhor e esta é apadrinhada por Agostinho, escravo e como madrinha teve Anna Esmélia, cativa de Anna Emygdia de Figueiredo.

Em primeiro de Janeiro de 1888 temos o último registro de batismo com pais na situação de escravos de **Joaquim Goulart**, sendo uma menina também filha de

Custodio e Theresa, de nome Leocadia, apadrinhada por Canuto e Luisa, onde não foi especificado seu senhor.

### Diagrama 2.8 - família originária de Custodio e Theresa



Ao analisarmos os registros de batismo dos livres só comprovamos mais uma vez a ampla rede de relações que ligavam os indivíduos das famílias Andrade e Figueiredo, mesclando-se enquanto pais e padrinhos. **Joaquim Goulart** apadrinhou, principalmente, seus próprios netos, mas também representou o segundo pai de filhos de alguns membros da família Figueiredo, enquanto **José Eduardo de Figueiredo**, **José Ponciano** e **Anna Jacintha** também apadrinharam entre seus pares e com outros poucos livres que não pertenciam a estas duas famílias, tais como Manoel Pinto Monteiro e Joaquina da Conceição.

## QUADRO 2.2 – Senhores como padrinhos de filhos de escravos

Senhor	Quantidade de apadrinhamentos
José Eduardo de Figueiredo	0
José Ponciano de Figueiredo	1
Joaquim Goulart de Andrade	1
Cândida Maria de Figueiredo	1
Estevam Marcolino de Figueiredo	3
Antônio Alves de Figueiredo	2
José Emygdio de Figueiredo	1
Anna Emygdia de Figueiredo	3
Mariana Delminda de Figueiredo	2
Joaquim Cândido de Figueiredo	2

Aferimos, portanto, através da análise e descrição, principalmente, dos registros de batismo dos escravos das famílias Andrade e Figueiredo, a relação que estávamos nos propondo a demonstrar. Relação entre duas famílias importantes de uma região que afirmam seus laços entre si através de casamentos e batismo de seus filhos, mas que também se tornam padrinhos de escravos de outros membros da família ou tem seus cativos como tal ampliando suas redes relacionais, as de seus escravos e também, em menor escala, de outros livres.

A República foi capaz de romper com essas redes de passado, nas quais cativos e senhores conviviam juntos, em alguns casos, há mais de 20 anos? Tia Carlota, uma das escravas de **Joaquim Goulart de Andrade**, permaneceu na Fazenda e, de acordo com o *Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista*, foi enterrada junto à família senhorial.

### Capítulo III

#### Famílias Andrade e Figueiredo: do Império à República

##### Introdução

No último capítulo desta Dissertação, nossa intenção é a de analisar as mudanças sofridas nas trajetórias e formas de agir social e politicamente de alguns membros das famílias Andrade e Figueiredo na passagem do Império para a Primeira República, estendendo-se até 1916, ano em que faleceu **Estevam Marcolino de Figueiredo**, ícone de representação das duas famílias em questão durante a Primeira República.

Desde sua instalação em Franca e Patrocínio do Sapucaí, no decorrer da primeira metade do século XIX, alguns membros dessas duas famílias exerceram grande influência política e projeção social local, seja por pertencerem a cargos do alto escalão da Guarda Nacional ou por serem senhores de um número significativo de escravos. Segundo André Heráclio do Rêgo, pertencer a esta instituição era uma forma de legitimação formal do prestígio do coronel<sup>165</sup>.

Vale destacar, no decorrer do Império, *a Guarda Nacional foi a grande instituição patrimonial que ligou proprietários rurais ao governo*<sup>166</sup>. Esta instituição ordenou e hierarquizou o *mundo do governo*, assim como a sociedade como um todo<sup>167</sup>. Isto porque o Estado delegava boa parte da administração local aos *donos da terra*, que exerciam serviço público gratuitamente ao fazer parte da Guarda e pagavam por suas patentes.

De acordo com Edmilson Rodrigues, Margarida Neves e Francisco Falcón, em *Guarda Nacional no Rio de Janeiro. 1831-1918*, a Guarda era a instituição que delimitava o espaço possível da cidadania, pois corporificava os considerados cidadãos. Naquela sociedade, o que qualificava um cidadão era a propriedade<sup>168</sup>. Logo, *ao hierarquizar fortemente a massa dos cidadãos segundo um princípio de organização*

---

<sup>165</sup> RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

<sup>166</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 145.

<sup>167</sup> RODRIGUES, Edmilson M., Margarida de Souza Neves, e Francisco Falcon. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro. 1831-1918*. Rio de Janeiro: Série Estudos, PUC-Rio, n. 5, 1981.

<sup>168</sup> *Ibid.* p. 15.

*militar, a corporação reproduz e confirma a forte hierarquia já existente na sociedade*<sup>169</sup>.

O objetivo primordial da Guarda era a manutenção da ordem, e esta instituição era, segundo esses autores, a expressão do compromisso entre o poder local e o estado centralizado, caracterizando-se em uma milícia nacional que, na realidade, tinha o município como lugar de existência<sup>170</sup>. Prova disto era o fato da Guarda ter sido diretamente subordinada aos Juízes de Paz e Criminal, pelo menos até 1850, quando houve a primeira reforma.

Ainda de acordo com os autores citados acima, a Guarda Nacional cumpriu um papel basicamente organizativo: no Império ordenou e hierarquizou a sociedade como um todo e, na República, atuou na organização das forças de segurança e ordem na esfera estadual ou federal. Além disso, tais autores perceberam que suas funções organizativas se desdobraram em funções políticas, pois, no decorrer do Império, a Guarda era a interseção entre o poder local e o estado centralizado, enquanto na República definia-se pelo contraste entre um exército que se profissionalizava e as forças policiais vinculadas às oligarquias estaduais.

Em 1850, a Guarda passa por uma Reforma que não incide sobre a organização da instituição, mas sobre suas relações com as forças de primeira linha e com as instâncias políticas locais e centrais, sua subordinação às autoridades policiais e a questão da nomeação do oficialato. Neste período, os Juízes de Paz e Criminais deixam de ser a instância imediata de subordinação da Guarda. Além disso, toda oficialidade passa a ser nomeada e os cargos se tornam vitalícios.

Com a passagem de uma sociedade escravista para o trabalho livre e com a mudança de regime, a Guarda Nacional teve seu papel esvaziado, pois uma nova organização do estado e uma nova correlação de forças correspondiam a formas distintas de hierarquização do controle da repressão e manutenção da ordem. Sendo assim, *a partir de 1896, a Guarda Nacional perde acentuadamente o seu prestígio, a hipertrofia se aprofunda, a desorganização é marcante, mas continuam as nomeações de oficiais*<sup>171</sup>. Em 1918, esta instituição transforma-se em segunda linha do Exército.

---

<sup>169</sup> RODRIGUES, Edmilson M., Margarida de Souza Neves, e Francisco Falcón. *Op. cit.*, p. 86.

<sup>170</sup> RODRIGUES, Edmilson M., Margarida de Souza Neves, e Francisco Falcón. *Op. cit.*, p. 18.

<sup>171</sup> RODRIGUES, Edmilson M., Margarida de Souza Neves, e Francisco Falcón. *Op. cit.*, p. 449.

Nesta Dissertação, é de se destacar a presença massiva tanto da família Andrade quanto da Figueiredo ocupando postos importantes na Guarda Nacional de Patrocínio do Sapucaí. De acordo com Maria Fernanda Martins, *a Guarda Nacional ocupava papel fundamental na manutenção e reprodução do poder familiar sobre as estruturas de mando locais*<sup>172</sup>. Criada em 1831 e modificada em 1850 – de eleição para nomeação – a Guarda tinha por objetivo exercer o poder militar nas províncias.

Mas, indiretamente, essa prática *ampliou as redes de alianças e ampliou o poder local nas mãos das grandes famílias que, então com ligações mais fortes com o poder central, seguiram controlando os principais cargos locais*<sup>173</sup>. Isto porque, o chefe partidário local, muito frequentemente um coronel da Guarda Nacional, funcionava, de acordo com Linda Lewin, como intermediário fundamental entre os interesses das famílias de elite locais e o governo central<sup>174</sup>.

Exceto pela participação de **Estevam Marcolino de Figueiredo** como deputado estadual e federal, assunto que trataremos mais adiante, não pudemos aferir até que ponto essas famílias ou outras da região tinham ligações mais fortes com o poder central, mas acreditamos que o próprio pertencimento a Guarda Nacional de Patrocínio do Sapucaí, atual Patrocínio Paulista e, principalmente, ocupando cargos do alto escalão, assim como o fato do Coronel **Estevam Marcolino** ter se destacado não apenas na política local, podem ser indícios da eminência que aqueles grupos familiares desfrutavam. Devemos destacar, inclusive, assim como Brügger<sup>175</sup>, a importância dos laços familiares na viabilização desses projetos político-econômicos, que perpassavam o pertencimento a Guarda Nacional, no caso aqui analisado, e a política local. Os meios de ascensão visavam beneficiar a família e não o indivíduo.

A tabela abaixo só vem reforçar a constatação de que os principais membros das duas famílias aqui trabalhadas seguiram ocupando cargos importantes na Guarda Nacional de Patrocínio, tornando-se indivíduos influentes, mesmo que a maioria deles, até onde sabemos, com projeção local, apenas, e adquirindo um *status* elevado possibilitado, em parte, pela participação nesta instituição. Vale lembrar que, como explicitado no Capítulo II desta Dissertação, tais indivíduos continuaram na memória e

---

<sup>172</sup> MARTINS, Maria Fernanda. *Op. cit.*, p. 176.

<sup>173</sup> MARTINS, Maria Fernanda. *Op. cit.*, p. 177.

<sup>174</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, pp. 14-15.

<sup>175</sup> MARTINS, Maria Fernanda. *Op. cit.*

na vivência da sociedade patrocinese, tornando-se nomes de ruas, em sua maioria fazendo menção ao cargo ocupado na Guarda, como foi o caso da Praça Coronel Estevam, da Rua Major Goulart ou da Rua Coronel João Villela.

**Tabela 3 - Cargos de membros das famílias Andrade e Figueiredo na Guarda Nacional**

Indivíduo	Cargos
Joaquim Goulart	Major Fiscal
Manoel Basílio	Capitão Ajudante
José Salomé	Capitão da 4ª Companhia
Antônio Goulart	Major Cirurgião
Joaquim Bernardes Pinto	Alferes
José Eduardo	Tenente secretário da 4ª Companhia
Estevão Marcolino	Coronel Comandante
João Villela dos Reis	Tenente Coronel
Joaquim Firmino	Capitão Ajudante
José Cândido	Tenente Coronel
João Alves	Capitão Cirurgião
Azarias Alves	Alferes

<p><b>Legenda:</b></p> <p>Andrade</p> <p>Figueiredo</p>
---

\*Membros da Guarda Nacional de Patrocínio Paulista.

Fonte: MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique. *Almanaque histórico de Patrocínio Paulista*. Patrocínio Paulista: Prefeitura Municipal, 1986.

Sobre a participação na política, sabemos que, de acordo com Linda Lewin, os chefes partidários no nível local formavam o degrau mais baixo das oligarquias, entendidas como políticas de facções, formadas por pequenos grupos de homens que monopolizavam os cargos políticos em cada estado. Os grupos de liderança seriam formados por aqueles que dirigiam, efetivamente, o partido oficial do estado. Mas para que estes grupos de liderança se articulassem com o conjunto mais amplo da oligarquia,

eram necessárias duas unidades básicas: o grupo de base familiar e a rede de base familiar<sup>176</sup>.

A autora entende por grupo de base familiar a unidade fundamental do sistema político informal, com base no município. Este grupo derivava da parentela de um político e as facções dependiam de vários grupos de base familiar para obter sucesso nos arranjos políticos que traçavam.

Já a rede de base familiar unificava a oligarquia dominante. Essas redes ligavam o estrato dirigente da oligarquia aos grupos de base familiar nos municípios. Daí a importância da parentela na construção da carreira de um político, carreira esta que visava, como dito acima, beneficiar toda a família. Entender as famílias Andrade e Figueiredo como figuras que formavam a unidade básica de uma oligarquia em Patrocínio Paulista ajuda a explicar a importância que tiveram, pelo menos a nível local, mesmo que a ausência de fontes nos impossibilite visualizar as possíveis redes formadas entre eles, outros políticos do estado e o poder central.

## **Do Império à República**

De acordo com Maria Thereza Chaves Melo, desde a década de 1870, uma nova cultura vinha varrendo a visão de mundo da direção imperial, que passou a ser vista como sinônimo de atraso, ao mesmo tempo em que a República remetia à ideia de progresso. Conforme ressalta, *todas as sociedades caminhavam inexoravelmente para o advento de um mundo guiado pela ciência e pela democracia. Nesta cultura científica e democrática o regime republicano era uma necessária culminância política*<sup>177</sup>.

Segundo Melo, despontava naquele período, um evidente desejo de futuro que invadiu o cenário intelectual brasileiro do final do Império. Futuro este que tinha como prerrogativa desmanchar o passado e tudo o que implicava nele, tais como: a monarquia, a escravidão, o romantismo, clericalismo, etc.

---

<sup>176</sup> LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 17.

<sup>177</sup> MELO, Maria Thereza Chaves. *A modernidade republicana*. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 25.41, 2009, p.19.

Ainda segundo esta autora, a nova cultura alcançou o público mais amplo a partir da imprensa, da literatura e das conferências públicas, o que culminou na politização da sociedade, na década de 1880, *uma politização que teve a rua como seu principal e mais querido cenário*<sup>178</sup>, visto que foi nas ruas, principalmente, do Rio de Janeiro, que se desencadearam as grandes campanhas da Abolição e da República.

Se em sua obra Teresa Chaves enfatiza a importância de uma nova cultura como elemento responsável pela acolhida que temas como a Abolição e a República tiveram entre diferentes setores da sociedade brasileira em fins dos anos 1880, José Murilo de Carvalho destaca a Lei do Ventre Livre, em 1871, como a *primeira clara indicação do divórcio entre o rei e os barões (...)*. Divórcio esse que se acentuaria com a *Lei dos Sexagenários e com a abolição final*<sup>179</sup>. A especificidade do sistema imperial em relação a outros sistemas e monarquias é explicitada por esse autor. Segundo ele, as ideias e instituições imperiais eram dúbias: uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais; uma sociedade agrária dominada por uma elite cada vez mais urbana.

É neste sentido que o autor caracteriza a política imperial como um teatro de sombras, no qual os atores perdiam a noção exata do papel desempenhado por cada um deles.

Os proprietários, embora dessem sustentação à Monarquia, passaram a sentir-se marginalizados (...) pela Coroa. Os políticos não sabiam ao certo se representavam a nação ou o imperador. A elite passava a acreditar num sistema representativo que não estava na Constituição e a cobrar sua execução pelo Poder Moderador. O rei, por sua vez, esforçava-se por seguir a ficção democrática na medida em que as falhas dos mecanismos de representação o permitiam<sup>180</sup>.

O Poder Moderador permitia ao rei intermediar os conflitos dos grupos dominantes, mas, permitia, igualmente, que os interesses desses grupos também fossem contrariados. De acordo com José Murilo, o governo era a sombra da escravidão e quando essa sombra caiu, contrariando os interesses dos grupos dominantes, o governo também sucumbiu.

---

<sup>178</sup> MELO, Maria Thereza Chaves. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>179</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 322.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 421.

Já para Emília Viotti da Costa, foram as transformações sociais e econômicas, com o surgimento de outros grupos sociais, o desenvolvimento das atividades industriais, a construção das estradas de ferro, etc. que acarretaram o aparecimento de uma série de aspirações novas, contrárias aos ideais monarquistas, que provocaram numerosos conflitos e desembocaram na mudança de regime por meio de um golpe militar. Essa autora critica a ideia de que a mudança de regime resultou das crises que abalaram o Segundo Reinado, envolvendo a questão religiosa, a questão militar e a Abolição, bem como a perspectiva segundo a qual a queda da monarquia seria consequência dos vícios do Antigo Regime, correspondendo a uma aspiração nacional<sup>181</sup>.

Viotti considera ambas as leituras superficiais e incapazes de explicar o processo, visto que reproduzem as opiniões dos contemporâneos sobre a proclamação. De acordo com a autora, mais importante do que conhecer as inclinações pessoais de alguns personagens do regime republicano, como faziam os cronistas da época, é *analisar as contradições existentes na sociedade que propiciaram a penetração de ideias republicanas em certos meios, conduzindo a Monarquia ao colapso e permitindo a alguns homens atuar contra ela*<sup>182</sup>.

Logo, segundo Viotti, a Abolição não foi propriamente uma das causas da República, ambas são vistas como repercussões de uma mesma realidade, na qual as mudanças econômicas sofridas acarretaram na destruição de esquemas tradicionais. Portanto, *o mais que se pode dizer é que a Abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao Trono, precipitou sua queda*<sup>183</sup>.

Ela considera igualmente exagerada a noção de que a Questão Religiosa, que segundo Viotti abalou apenas momentaneamente o Trono, tenha sido tomada como um dos principais fatores da proclamação da República. Pois, *para que isto acontecesse era preciso que a nação fosse profundamente clerical, a Monarquia se configurasse como inimiga da Igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero*<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 448.

<sup>182</sup> *Ibid.*, p. 453.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 455.

<sup>184</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 457.

No que diz respeito à atuação do Exército, Viotti considera que este grupo não foi mero instrumento dos civis e que a proclamação também não resultou de um ato de indisciplina. A infiltração de ideias positivistas explica, em parte, a adesão desse grupo à República e a solução militarista na mudança de regime teria resultado da incapacidade da massa estar consciente de sua força revolucionária, o que fez com que a questão militar fosse habilmente explorada pelos republicanos.

Conforme Emilia Viotti, o golpe militar de 15 de Novembro de 1889 resultou do agrupamento momentâneo de três forças em torno do ideal republicano: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e os representantes das classes médias urbanas. O Partido Republicano Paulista, assim como os demais, congregava grupos urbanos, envolvendo médicos, comerciantes, etc., mas havia, igualmente, numerosos fazendeiros do Oeste Paulista. Tais fazendeiros aderiram ao ideal republicano porque acreditavam que a com a República iriam controlar o poder de maneira mais eficaz. No entanto,

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia; a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros<sup>185</sup>.

Embora sem a pretensão de oferecer uma explicação para a mudança de regime, outra contribuição importante para esse debate é oferecida por Renato Lessa, que levanta uma questão interessante, em seu artigo *A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina*, ao analisar até que ponto o desejo de mudança manifestado pelos republicanos excedia os limites do reformismo monárquico<sup>186</sup>. Isto porque, para o autor, o que se verificou no país, em 15 de Novembro de 1889, foi um golpe de Estado, não a materialização de um projeto, já que o programa reformista dos republicanos foi mais tímido que as propostas reformistas do Gabinete Ouro Preto<sup>187</sup>. Essa interpretação levou Lessa a afirmar que, *confrontando o legado do Império com a aventura republicana de*

---

<sup>185</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Op. cit.*, p. 490.

<sup>186</sup> LESSA, Renato. *A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina*. In: CARVALHO, Maria Alice de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 14.

<sup>187</sup> Último Gabinete do Império, o Visconde de Ouro Preto acreditava que o sistema imperial era flexível o suficiente para agregar reformas que tornariam as propagandas republicanas inofensivas. Partindo desta ideia, propôs ao Senado e à Câmara um programa que contava com reformas como alargamento do sistema de votos, autonomia das províncias e municípios, reforma do Conselho de Estado e temporariedade do Senado.

*1889, é difícil evitar a sensação de que o que foi suprimido tinha mais consistência que os desígnios de quem o vetou*<sup>188</sup>.

Portanto, os primeiros anos do sistema republicano<sup>189</sup> no Brasil foram marcados por uma baixa institucionalização do governo, obrigado a reconstituir os mecanismos de poder nos estados e subordiná-los a uma ordem nacional. Ainda de acordo com Lessa, *a consolidação do novo regime, ainda que alguns de seus próceres propugnassem pela descentralização e diminuição das atribuições do governo, exigia o fortalecimento do poder central, ao mesmo tempo executivo e legislativo*<sup>190</sup>.

Fechado o ciclo militar, em 1894, a experiência republicana de até então não havia construído bases para a estabilidade. A carta de 1891 também não tinha solucionado três questões macropolíticas fundamentais: a da geração de atores políticos, a das relações entre poderes central e regionais e o das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. Assim, para Renato Lessa, apenas com Campos Sales (1898-1902) a República encontraria sua rotina. De acordo com a fórmula utilizada, a política deveria ficar contida nos estados, assim como os conflitos. A reconhecida autonomia dos estados visava garantir a autonomia do Executivo Federal.

Através de uma reforma no Regimento Interno da Câmara, no tocante à constituição da Comissão de Verificação de Poderes, e da adoção de uma definição mais precisa dos diplomas, que passou a ser a ata geral da apuração da eleição assinada pela maioria da Câmara Municipal, o novo arranjo fez com que as eleições passassem a ser decididas antes que a Câmara deliberasse a respeito, transformando o Legislativo federal numa expressão da vontade política dos chefes estaduais.

Simultaneamente, o Executivo federal passou a sustentar os grupos dominantes nos estados, enquanto estes, em troca, apoiavam a política do presidente da República, votando no Congresso com o governo. Esse acordo entre a União e os estados diminuiu as hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, através do controle da escolha dos deputados, ao mesmo tempo em que confinou os conflitos intra-oligárquicos à esfera regional.

---

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>189</sup> Os primeiros dez anos constituem, para Lessa, a infância do regime republicano. O autor considera que o período teve um papel fundamental na rotinização republicana, configurada a partir de 1898, com a República Oligárquica.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 21.

Muitas dessas proposições de Renato Lessa foram relativizadas por Cláudia Viscardi. Em seu livro, *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*, Viscardi discutiu as bases do Federalismo brasileiro na Primeira República. De acordo com a historiadora mineira, existem algumas tendências correntes na historiografia sobre o tema, produzidas a partir do pós-1930. Uma delas é a que confere ênfase ao papel estabilizador do governo Campos Sales, na qual *as referências ao seu governo estiveram voltadas para o êxito do presidente paulista em conferir estabilidade ao regime, através das mudanças institucionais por ele realizadas*<sup>191</sup>.

Viscardi chama a atenção para duas mudanças principais mencionadas por Lessa e instituídas por Campos Sales que visavam distanciar o Estado Nacional dos conflitos regionais.

A primeira delas foi que o Presidente da Câmara passou a ser o mesmo Presidente da legislatura finda e não o mais idoso. Através dessa mudança *a Presidência da Câmara derivaria da indicação do situacionismo e o Executivo Federal garantiria o seu controle sobre a renovação do Congresso*<sup>192</sup>. De acordo com Viscardi, tal alteração teve breve duração.

A segunda mudança, de maior impacto, foi que o diploma passou a ser a ata de apuração da eleição no âmbito do município, sendo assinada pela maioria da comissão. Esta modificação impedia que fossem enviadas para o Congresso duplicatas de atas para que este verificasse a veracidade ou falsidade delas. *O resultado mais imediato dessa medida foi a transposição dos conflitos do Congresso para fora dele*<sup>193</sup>, cumprindo o objetivo da mudança. A partir dela cabia às facções locais escolher quem comporia o Legislativo Federal.

Se para Renato Lessa essa medida contribuiu para diminuir a soberania do Legislativo Federal, de acordo com a autora não houve esvaziamento do Legislativo, porque, *a despeito do envio de uma única lista pelos estados, a comissão tinha o poder de contestar o diploma*<sup>194</sup>, mantendo seu poder de veto.

---

<sup>191</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 31.

<sup>192</sup> *Ibid.*, pp. 32-33.

<sup>193</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>194</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. cit.*, p. 33.

A crítica de Viscardi sobre a tendência de relegarem ao arranjo político instituído por Campos Sales o papel estabilizador da Primeira República diz respeito, sobretudo, ao fato deste pacto não ter proposto uma fórmula permanente que levasse à renovação do Executivo Federal. O objetivo central da autora é questionar o suposto caráter hegemônico, permanente e sem conflitos da aliança entre Minas Gerais e São Paulo na *política do café com leite*. A estratégia escolhida pela autora para atender ao objetivo foi partir da análise das sucessões presidenciais.

Para Cláudia Viscardi, *o modelo Campos Sales, com a pretensão de conferir à República considerável grau de estabilidade, havia deixado de regular o principal elemento disfuncional do regime republicano qual seja, o fundamento de sua própria renovação*<sup>195</sup>.

Neste sentido, a autora defende, como fator capaz de manter a estabilidade da Primeira República, não a aliança Minas Gerais e São Paulo, mas a *instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação*<sup>196</sup>, visto que isto impedia a perpetuação da hegemonia de alguns grupos no poder e a exclusão definitiva de outros, deixando aberta a possibilidade de renovação.

Segundo Viscardi, a instabilidade pôde conter as rupturas internas sem ameaçar o modelo político. *Considerando as sucessões presidenciais como episódios recorrentes de desconstrução e reconstrução de alianças políticas (...) é possível encontrar-se a lógica responsável pela estabilização do regime*<sup>197</sup>. As renovações do poder passavam pelas sucessões presidenciais, pois essas sucessões implicavam na realocação de cargos e redistribuição de poder.

## **A Primeira República e o coronelismo**

O novo regime precisou adotar medidas políticas que dessem sustentabilidade ao sistema e apaziguassem as tensões. Com as tarefas de manutenção da ordem transferidas para uma burocracia civil, a substituição da Guarda Nacional, em sua função original, pelas polícias militares, assim como a separação entre o Estado e a Igreja e a criação do

---

<sup>195</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>196</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>197</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Op. cit.*, p. 52.

registro civil, o patrimonialismo recuou abrindo espaço para o avanço da burocracia, *retirando dos grupos familiares de elite dominantes nos municípios a exclusividade de que estes outrora desfrutavam no fazer valer as suas reivindicações perante o estado*<sup>198</sup>.

É exatamente no sintoma de decadência dos senhores rurais dominantes nos municípios que Victor Nunes Leal baseia seu entendimento sobre o sistema de coronelismo. Para o autor, coronelismo é *o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada*<sup>199</sup>. Seria a forma como o poder privado conseguiu coexistir com um regime político de ampla base representativa, através do compromisso firmado entre o poder público fortalecido e os chefes locais cujo poder de influência passaria a ser barganhado.

É, portanto, um sistema de reciprocidade em que, *sem a liderança do coronel – firmada na estrutura agrária do país – o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do coronel ficaria sensivelmente diminuída*<sup>200</sup>. Neste sentido, os votos de cabresto resultariam, em grande parte, da organização econômica rural, ou seja, da dependência e estado de pobreza do proletário rural, assim como dos parceiros e pequenos proprietários frente aos donos de grandes extensões de terras.

Em vista do que foi dito, Leal considera o coronelismo um sistema de reciprocidade entre os chefes municipais e a situação política dominante do estado. Neste sistema, a liderança do chefe municipal era construída e mantida através de realizações de utilidade pública – água encanada, escolas, correios, etc. – e também devido aos favores pessoais.

Contrário às ideias de Leal, Paul Cammack o critica no artigo *O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica*, baseando-se no fato de que Victor Nunes desconsidera a inclusão de parcela significativa da população rural na cidadania, por defender que os coronéis teriam poder e controle sobre essas populações, sendo um grupo que, ao invés de estar submetido a uma *decadência secular*, teria se restaurado com a constituição republicana.

---

<sup>198</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 283.

<sup>199</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil* - 4ª edição - São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 40.

<sup>200</sup> *Ibid.*, p. 64.

Neste ponto sua crítica parte do pressuposto de que, mesmo não sendo independente, a população rural não se achava submetida a um único dono de terra, tendo liberdade de escolha do voto. Para Cammack, *Nunes Leal não submete a nenhuma análise crítica sua afirmativa, enganadoramente simples, de que o governo estadual dependia do coronel para obter os votos que o mantinham no poder*<sup>201</sup>.

Ainda de acordo com Cammack, Victor Leal concebia o dono da terra como membro de uma unidade política, o município, mas não como membro de uma família. Sendo assim, seria na relação desses senhores com a nova unidade (o município) que se definiriam seus interesses. Cammack considera, inclusive, que Leal ignora a existência de alianças políticas além das fronteiras do município e o poder estadual surgiria como uma força monolítica, sem facções. Esses e outros pontos levaram o autor a considerar o compromisso coronelista inteiramente fictício.

A fim de rever e esclarecer alguns conceitos e teorias, José Murilo de Carvalho escreveu, em 1997, o artigo *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*, no qual discorre, principalmente, sobre os três conceitos presentes no título e as apropriações feitas por pesquisadores de diferentes áreas. Isto porque, para Carvalho, *há momentos em que o acúmulo de pesquisas passa a ter rendimento decrescente porque as ideias começam a girar em roda, sem conseguir avançar devido a confusões ou imprecisões conceituais*<sup>202</sup>.

Trabalhando inicialmente com o conceito de coronelismo, o autor evidencia o fato de que desde o trabalho de Victor Nunes Leal, o termo vem se difundindo, mas que, mesmo alguns autores que utilizam Leal como referência, se apropriam do termo com sentidos distintos. Logo, Carvalho apresenta o conceito de coronelismo na concepção de Leal como uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos e entende o coronelismo como um sistema datado historicamente, tendo surgido da confluência entre um fato político e uma conjuntura econômica.

O fato político foi o federalismo implantado com a Carta de 1891, que criou um novo ator político, o governador estadual com amplos poderes, eleito pelos partidos

---

<sup>201</sup>CAMMACK, Paul. *O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica*. Cadernos do Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte, n. 5, 1979, p. 7.

<sup>202</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados, vol. 40, nº 2. Rio de Janeiro, 1997, p. 1.

únicos estaduais, visto que era *em torno dele que se arrematavam as oligarquias locais, dais quais os coronéis eram os principais representantes*<sup>203</sup>.

A conjuntura econômica era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta gerava o enfraquecimento do poder político dos coronéis que passavam a depender mais da presença do estado.

Carvalho afirma que, para Leal, o coronelismo seria um momento específico do mandonismo<sup>204</sup>, com perda de força dos chefes locais e necessidade de recorrer ao governo. O autor discorre, ainda, sobre a crítica de Paul Cammack ao compromisso coronelístico tal como apresentado por Victor Nunes. Cammack nega o poder dos coronéis de controlar os votos e o valor do voto como mercadoria política.

Para José Murilo, a estabilidade do sistema como um todo exigia que grande parte dos coronéis apoiasse o governo, mesmo que estes atores políticos pudessem ser eventualmente trocados. Porque entrando em conflito com um número significativo de coronéis o governo se veria em uma posição desconfortável.

Um mínimo de estabilidade do sistema exigia algum tipo de entendimento com os coronéis, ou parte deles, sendo de importância secundária que a contrapartida do coronel se concretizasse exclusivamente em votos (...). Com essa qualificação, a tese de Leal continua de pé<sup>205</sup>.

Rebatendo a crítica de Cammack a Leal sobre este apresentar os coronéis apenas como atores políticos e não como produtores/classe social, José Murilo argumenta que no coronelismo, tal como definido por Victor Nunes Leal, o controle do cargo político é mais importante como instrumento de dominação econômica do que como *empreguismo* político. Não se colocando em questão o domínio dos coronéis como classe seja frente ao governo ou aos trabalhadores.

André Heráclio do Rêgo no livro *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder* entende que há duas dimensões essenciais do coronelismo: a primeira diz respeito a este ser a forma de mandonismo adotada no Brasil; e a segunda é que ele fundamenta-se

---

<sup>203</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>204</sup> José Murilo conceitua mandonismo em seu artigo como sendo a existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. Não é um sistema, é uma característica da política tradicional.

<sup>205</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, 1997, p. 7.

na troca de favores. De acordo com Heráclio, o coronel assumia o papel de chefe de uma parentela e sua liderança se baseava num certo poderio econômico que poderia ser traduzido ou não em riqueza fundiária, além de serem fundamentais suas qualidades pessoais, principalmente a de chefe carismático.

Assim como Victor Nunes Leal, Heráclio também afirma que a denominação *coronel* tem por origem imediata a Guarda Nacional. *Os títulos de coronel, tenente-coronel, major e capitão foram a princípio concedidos aos proprietários territoriais que armavam suas gentes para manter a ordem pública*<sup>206</sup>. Depois da década de 1840 a Guarda foi perdendo sua importância aos poucos e, na década de 1870, *sua única função era conceder cargos honoríficos, na maior parte comprados*<sup>207</sup>.

Posto isto, sabemos que **Estevam Marcolino de Figueiredo** ingressa na militância política, em 1881, com 27 anos, como chefe do Partido Conservador de Patrocínio. Mas somente em 1892 torna-se presidente da Câmara local no triênio entre este ano e 1894.

Neste período, as tendências políticas em Patrocínio, assim como no restante do país, dividiam-se entre o Partido Republicano, fundado na região, em 1887, por José Nascimento Falleiros, Antônio Corrêa Soares e o alferes Henrique Braga e o Partido Conservador, cujo chefe era **Estevam Marcolino**. Quando da proclamação da República, a Câmara da região era formada inteiramente por monarquistas<sup>208</sup> e foi **Estevam Marcolino** quem respondeu a circular enviada pelo Governo Provisório, em Novembro de 1889, solicitando apoio à nova ordem.

Senhores membros do Governo Provisório do Estado de São Paulo. A Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Sapucaí, em sessão extraordinária de hoje, resolveu, - em resposta a vossa circular de 16 do corrente e em seu nome e de seus munícipes, - aderir ao Governo Provisório, cooperando eficazmente para que seja mantida a paz e respeitados os direitos legítimos de todos os cidadãos.

Sem entrar em comentários, hoje supérfluos por inúteis, sobre as origens e consequências do fato consumado em quinze de Novembro do corrente ano, a Câmara e seus munícipes convidam o Governo Provisório, instalado para manter e garantir a ordem pública e a liberdade individual e a propriedade, a envidar todos os seus esforços junto do Gabinete do novo regime para, -

---

<sup>206</sup> RÊGO, André Heráclio do. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>207</sup> RÊGO, André Heráclio do. *Op. cit.*, p. 70

<sup>208</sup> MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique. *Op. cit.*, p. 210.

quanto antes – convocar o corpo eleitoral dos Estados do Brasil e, por um Apelo ao Povo, por meio de um plesbicio, consulta-lo sobre se ratifica ou não a Deposição da Dinastia do Senhor Dom Pedro II, e qual a forma de governo que apraz lhe seja dada.

A doutrina do plesbicio é minimamente democrática, e ao passo que rodeia de todas as garantias as aspirações liberais da nação, salvaguarda por igual os interesses conservadores da sociedade brasileira.

Saúde e fraternidade. – Paço da Câmara Municipal da Vila de Nossa S. do Patrocínio do Sapucaí, em 25 de Novembro de 1889. João Villela dos Reis, presidente; José Emygdio de Figueiredo, vice-presidente; Antônio Jacintho da Silva, Antônio Alves de Freitas, João Cândido de Souza, José Cândido de Figueiredo, João Evangelista da Rocha. Servindo de secretário AD-HOC, Estevam Marcolino de Figueiredo<sup>209</sup>.

A partir da Carta pudemos aferir que, mesmo sendo monarquistas, os representantes locais aceitam aderir ao Governo Provisório, como afirmam, em prol da ordem pública, da liberdade individual e da propriedade, mas convidam este Governo a convocar o corpo eleitoral, por meio de um plesbicio, que de fato não ocorreu, sobre a aceitação ou não do novo regime instaurado.

Parece-nos, neste sentido, que a adesão resolvida pela Câmara não foi voluntária, mas como a República já era *fato consumado*, não havia maneira de negá-la. O plesbicio, no entanto, pode ser indicador da insatisfação dos patrocínenses membros da Câmara à nova forma de governo, além de ser uma possível tentativa de reaver a situação passada de governo através do voto. De acordo com Fabiano Junqueira,

Considerando o perfil político de Patrocínio Paulista naquele momento – e não só de Patrocínio, como também da maioria das cidades do interior paulista – seria natural que a adesão ao novo governo não fosse voluntária, posto que o fulcro de uma transição política deste jaez e com as características de que se revestiu, tendesse a ficar restrita ao Rio de Janeiro e às regiões paulistas onde a causa republicana tivesse alcançado um maior fortalecimento, como Itu, por exemplo, e naturalmente a própria cidade de São Paulo, palco de inúmeros movimentos tanto pró-conservadores quanto republicanos de diversos matizes. Vendo portanto baldadas suas convicções monarquistas, os conservadores patrocínenses trataram logo de se entender com a República, mantendo o domínio privado sobre a coisa pública, independentemente do regime<sup>210</sup>.

---

<sup>209</sup> MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique. *Op cit.*, pp. 96-97.

<sup>210</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *A mão oculta. Estevam Marcolino: política e modernidade no interior paulista (1889-1914)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, 2008, p. 29.

## Os Andrade e os Figueiredo na Primeira República

Irmão de **Cândida Maria de Figueiredo** – esposa de **Joaquim Goulart de Andrade** – nos parece que **Estevam Marcolino de Figueiredo** foi uma figura de destaque na política de Patrocínio do Sapucaí desde seu ingresso na esfera do poder público até sua morte, em 1916. Neste ano, além dos muitos seguidores que deixou, o político foi homenageado com a criação do jornal *Estevinópolis* e virou nome de Praça, substituindo a nomenclatura da antiga *Praça Matriz* da cidade.

Não nos deteremos nesta figura apenas para discutirmos a trajetória das duas famílias no decorrer da Primeira República, embora seja um dos exemplos mais representativos de continuidade de poder e *status* dentre os membros dos Andrade e dos Figueiredo no Pós-Abolição.

Para além dele, pudemos aferir informações sobre outros membros das famílias através de dois inventários *port-mortem* já no período da Primeira República, um registro de divisão da Fazenda Santa Bárbara – conhecida como o epicentro da colonização e povoamento de Patrocínio Paulista<sup>211</sup> –, os dados arrolados pelos autores do *Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista* e a Dissertação de Fabiano Junqueira, especificamente sobre **Estevam Marcolino de Figueiredo**. Dentre as outras figuras presentes neste capítulo estarão Azarias Alves de Figueiredo, **Joaquim Goulart de Andrade**, seus filhos **Manoel Basílio de Andrade**, **José Salomé de Andrade** e **Cândido Goulart de Andrade**.

### Dados dos inventários *post-mortem*

Por possuírem ricas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto e da sociedade onde viveu, testamentos e inventários podem se transformar, nas mãos do historiador, em *testemunhos sobre a morte, mas, acima de tudo, sobre a vida em suas dimensões material e espiritual*<sup>212</sup>.

---

<sup>211</sup> NOVATO, Palmira Luiza & RAVAGNANI, Oswaldo M. *Documentos sobre a dispersão do Arraial de Santa Bárbara*. In: VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Belo Horizonte, volume 3, 1973. Anais... São Paulo: Revista de História LVIII, 1974, pp. 1603-1613.

<sup>212</sup> FURTADO, Junia Ferreira. *Testamentos e inventários. A morte como testemunho da vida*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93.

O testamento é produzido nos momentos que antecedem a morte e registram a última vontade do testador sobre seus bens. Infelizmente, não localizamos ou tivemos acesso a nenhum testamento dos membros das famílias Andrade e Figueiredo para esta Dissertação.

Os inventários *post-mortem* são o resultado do processo que se inicia com a morte de qualquer indivíduo que possuir bens. Através dele os bens do morto são distribuídos conforme as disposições legais e a sua última vontade, no caso de haver testamento.

Neste trabalho, embora tenhamos localizado no índice de inventários do Cartório do 2º Ofício do Fórum de Patrocínio Paulista os registros de dez inventários referentes a alguns membros das famílias Andrade e Figueiredo para o período republicano e duas ações<sup>213</sup>, apenas dois inventários foram disponibilizados para consulta – o de Azarias Alves de Figueiredo, esposo de **Maria Pia de Andrade** e o inventário de **Cândido Goulart de Andrade**, irmão da mesma –, assim como o foi uma ação de divisão da Fazenda Santa Barbara, cujo autor era **Estevam Marcolino de Figueiredo** e os réus **Joaquim Goulart de Andrade** e outros, no ano de 1891.

Embora os índices fiquem localizados no Fórum de Patrocínio, toda a documentação referente a períodos mais remotos está arquivada, quando não foi destruída, em um galpão em Jundiaí. Daí a dificuldade de localizá-las e disponibilizá-las para consulta, visto que fui informada, inclusive, no ato da pesquisa, de que grande parte desses documentos só não foi incinerada porque o Juiz do Cartório os considera importantes para o estudo e conhecimento da história local. Não cremos que seja necessário mensurar o quanto a ausência de acesso a esses inventários dificultou o trabalho desenvolvido nesta Dissertação, pois acrescentariam informações importantes na análise de como essas famílias mantiveram um *status* e posição social elevada no pós-Abolição e em que momento isso foi se modificando.

Antes de nos determos nos processos, na partilha e nas posses desses indivíduos a fim de analisarmos a trajetória seguida por eles e a continuidade ou não de uma

---

<sup>213</sup> Os inventários listados e solicitados para consulta foram: Antônio Vilela de Figueiredo (1899); Manoel Basílio de Andrade como inventariante de Antonio Garcia Pereira (1904); Ana Emigdia de Figueiredo (1890); Azarias Alves de Figueiredo (1908); Candido Goulart de Andrade (1919); Dorothea Cândida de Andrade (1908); José Ponciano de Figueiredo (1883); José Salomé de Andrade (1909); Joaquim Bernardes Pintos (1910); Mariana Delminda de Figueiredo (1888). Ações: Divisão da Fazenda Santa Barbara (1891); Cessão de bens (1906).

posição social elevada durante os primeiros anos da República, torna-se necessária uma pequena explicação das partes que compunham esse tipo documental.

A capa e o termo de abertura compõe a primeira parte do documento. Nela consta a data de abertura do processo, o local onde foi instaurado, o nome do falecido, do inventariante e dos herdeiros, além do termo de juramento do inventariante.

A segunda parte é composta pela avaliação dos bens. Estes são discriminados e avaliados por dois indivíduos – os avaliadores – que prestam o “juramento dos louvados” onde se comprometem a agir de forma justa e honesta. Em seguida ao termo de avaliação, há a sentença do juiz e a apresentação dos custos processuais.

No auto de partilha, terceiro componente do inventário, era feita a soma dos bens avaliados, subtraía-se as dívidas e os custos do processo, chegando ao “monte-mor partível”. Desta quantia era retirada a meação da viúva e o restante era dividido entre os demais herdeiros.

Como dito acima, para este trabalho utilizaremos os inventários de Azarias Alves de Figueiredo e o de **Cândido Goulart de Andrade** como uma das fontes que nos possibilitaram visualizar membros das duas famílias, assim como as relações que as entremeavam no decorrer da Primeira República.

Já nos referimos a Azarias Alves nos capítulos anteriores quando demonstramos os laços que uniram as famílias Andrade e Figueiredo pelo matrimônio, por exemplo, visto que ele era casado com uma das filhas do Major **Joaquim Goulart de Andrade, Maria Pia de Andrade**. Seu irmão, o Capitão João Alves de Figueiredo, também era casado com uma Andrade, **Felicidade Justiniana de Andrade**, irmã de **Maria Pia**.

Apontamos igualmente sua participação na Guarda Nacional de Patrocínio Paulista ocupando a posição de Alferes. **Azarias** morreu em Dezembro de 1907, em sua fazenda, na região de Patrocínio, sem deixar testamento. Seu inventário foi instaurado em 18 de Janeiro de 1908, em casa do Tenente Coronel **Manoel Basílio de Andrade**, irmão da viúva **Maria Pia de Andrade**, a inventariante.

O inventariado deixou três filhos como herdeiros: Dona Marianna Alves de Figueiredo, com 19 anos; Cândida Maria de Figueiredo, com 18 anos e Joaquim Ernesto de Figueiredo com 16 anos de idade. Cabe aqui um pequeno parêntese. No segundo

capítulo tratamos da questão do nome como componente individualizador, ao mesmo tempo em que era um elemento importante como identificador do grupo, associando seu portador a uma família ou outro grupamento específico. O nome garantia a identidade coletiva de um grupo determinado. Mais do que uma identidade, ele representa uma identificação<sup>214</sup>. Isto é mais uma vez exemplificado no caso das famílias Andrade e Figueiredo, com a filha de Azarias e Maria Pia, Cândida Maria de Figueiredo, que recebeu o mesmo nome da avó materna, o que demonstra sua associação à família e a organização de uma identidade familiar construída, inclusive, pela escolha do nome.

O inventariante era dono de uma Fazendinha denominada Santa Barbara situada na Comarca de Patrocínio, dividida com cem alqueires de terras de cultura e campo. Sua fazenda confrontava-se com as terras do Coronel João Villela dos Reis, com as terras de seu cunhado, Tenente Coronel **Manoel Basílio de Andrade** e outros de direito. Note-se a denominação de “Fazendinha” dada aos cem alqueires de terras deste proprietário, talvez sendo pouco quando comparado à amplitude de terras que a Fazenda Santa Barbara tinha originalmente, antes de ser dividida por partilhas de herdeiros e atos de compra e venda de terras<sup>215</sup>. No entanto não temos informações sobre seu tamanho original.

Azarias possuía também uma casa de morada coberta de telhas e assoalhada com benfeitorias de currais, monjolo coberto de capim, paiol coberto de telhas, um engenho de bois e outras mais situadas na mesma fazenda de Santa Barbara.

Quando da avaliação de seus bens de raiz, sua “Fazendinha” foi avaliada em 8:700\$000 (oito contos e setecentos mil réis) e a casa de morada em 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis). Além desses, Azarias Alves possuía alguns bens móveis e semoventes também avaliados em seu inventário *post-mortem*. Eram eles: um carro velho avaliado em 80\$000 (oitenta mil réis), seis vacas paridas, cinco vacas solteiras, quatro novilhas, dois garrotes, um marruaz doente, um marruaz velho, seis bois velhos para corte, duas éguas paridas, quatro éguas sem crias, quarenta carneiros, dois potros mansos e doze bois de carro, somando a quantia de 2:025\$000 (dois contos e vinte e cinco mil réis) em bens semoventes e móveis.

---

<sup>214</sup> RÊGO, André Heráclio do. *Op. cit.*

<sup>215</sup> Ver Anexo I – Mapa da Fazenda Santa Bárbara.

No inventário de Azarias também há menção a cessão dos bens que fizeram o **Coronel Joaquim Goulart de Andrade** e sua esposa **Cândida Maria de Figueiredo** a favor de seus filhos e genros. Dentre eles, há o pagamento feito ao herdeiro Azarias Alves de Figueiredo, genro, para a satisfação de sua legítima, na importância de 12:000\$000 (doze contos de réis). Pagamento este feito por “uma sorte de terras” na Fazenda de Santa Barbara e Sapucahy com aproximadamente 255 hectares de campos e 131 hectares de cultura avaliados em 8:623\$493 (oito contos, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e três réis). O herdeiro recebeu igualmente, parte nas benfeitorias da fazenda na quantia de 300\$000 (trezentos mil réis) e, para completar o pagamento, recebeu parte nas terras, cafezais e benfeitorias da Fazenda da Serra constante de 42 hectares em cafezais e 26 hectares de culturas. Além de uma casa de morada, duas tulhas, terreiros ladrilhados, lavador de café, encanamentos, oito casas para colonos e máquina a vapor avaliados em 39:191\$000 (trinta e nove contos e cento e noventa e um mil réis).

Levando em consideração que Azarias era apenas um dos genros do **Major Goulart** e que este teve 12 filhos, embora não saibamos se todos estavam vivos no momento da partilha dos bens dos pais, podemos perceber, pela quantidade de terras e outras propriedades pagas para a satisfação da legítima de Azarias Alves, que o **Major Goulart** não era um homem de poucos bens, levando também, em seu nome, um *status* de autoridade local, como viemos tentando demonstrar nos capítulos anteriores, o que, não necessariamente, se perpetuou para todos os seus filhos.

O segundo inventário que tivemos acesso é bem menos rico em informações e diz respeito a um dos filhos de **Joaquim Goulart de Andrade** e **Cândida Maria de Figueiredo**, que foi a inventariante, visto que o filho morreu solteiro, em 18 de Outubro de 1919, deixando-a como única herdeira.

A única informação que temos, para além do inventário, sobre esse membro da família Andrade é que nasceu em 1867, tendo, portanto, 52 anos na data de sua morte.

Dentre os bens deixados por **Cândido** estão: uma casa na Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Laranjeiras onde estava localizado o Hotel Neves e que confrontava com as residências de **Antônio Goulart de Andrade**, irmão do inventariado, e com os herdeiros de Joaquim Cândido de Figueiredo, genro de **Ana Jacintha de Figueiredo**. A residência foi avaliada em 5:000\$000 (cinco contos de réis); uma parte de terras já

divididas na Fazenda Barranco Alto, que pertenceu a seu pai **Joaquim Goulart de Andrade**, contendo 149 hectares, 43 ares e 18 centiares, avaliada em 18:000\$000 (dezoito contos de réis), confrontando com as terras do seu irmão **José Eduardo de Andrade** na Fazenda Santa Barbara, com Joaquim Vilela dos Reis e mais quem de direito.

São esses os bens de **Cândido Goulart de Andrade** avaliados em seu inventário e que somam 23:000\$000 (vinte e três contos de réis). Note-se que, embora haja uma diferença de 11 anos entre os dois inventários citados, a residência urbana de **Cândido Goulart** valia significativamente mais que a casa de morada localizada na Fazenda e cheia de atributos descrita na avaliação dos bens de Azarias Alves – avaliada em 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis). Isto nos leva a crer que a discrepância de valores pode ter relação com o processo de modernização urbana que se ampliava nas cidades do interior paulista entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do XX, deslocando *das áreas rurais para as aglomerações urbanas o centro do poder econômico capitaneado pela plutocracia do café*<sup>216</sup>.

Fabiano Junqueira entende que essa nova possibilidade de incorporação de modelos, com a passagem do rural para o urbano em cidades do interior de São Paulo, como Patrocínio Paulista, tem ligação com a abertura para a participação privada na construção de um novo espaço público.

As transformações em curso no início do século XX, fruto da reestruturação política do país e do processo de crescimento da economia com a cultura do café nas terras do Oeste, impulsionam o surgimento de uma nova sociedade que faz da cidade, por excelência, um lugar de complementaridade ao campo, relação que se cria na modernidade e faz dos centros urbanos o seu lugar privilegiado<sup>217</sup>.

Para o autor, foi, principalmente, por via da política que a cidade passaria a integrar a modernidade anunciada pelo século XX, a partir do momento em que os grupos privilegiados passavam a fazer desse local sua referência, integrando-a num sistema de complementariedade ao mundo rural. Neste sentido, o elemento

---

<sup>216</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *Op. cit.*, p. 23.

<sup>217</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *Op. cit.*, p. 27.

modernizador estaria relacionado aos homens letrados que, não raro, se ocupavam dos trâmites judiciais e comerciais oriundos de seus negócios agrícolas.

Acostumado com as lides dos negócios cafeeiros que se realizavam todos nas cidades, o fazendeiro tinha um forte viés urbano, seu cotidiano era consumido no zafe-zafe dos bancos e das casas comissárias, nos escritórios de despacho e na alfândega, junto aos bacharéis, quando não era o próprio doutor a cuidar de seus contenciosos na política, espaço nunca desprezado para afirmar seu prestígio e suas benesses, indispensáveis para o empreendimento<sup>218</sup>.

A fim de atender as expectativas modernizadoras pensadas para a cidade, em 1902, foi construído o primeiro edifício público que serviria para abrigar a cadeia e o Fórum de Patrocínio. Em 1903 é instalada a primeira linha telefônica e, segundo Fabiano Junqueira, no triênio de 1905 a 1907, tendo **Estevam Marcolino de Figueiredo** como presidente da Câmara Municipal, as melhorias urbanas se intensificam, assunto que trataremos mais adiante.

Voltando ao inventário de **Cândido Goulart de Andrade**, outro ponto relevante a ser apresentado é a continuidade de proximidade entre os membros das duas famílias, mesmo quando residentes na cidade. Como já citado, **Cândido Goulart** residia ao lado da casa de seu irmão **Antônio Goulart de Andrade** e dos herdeiros de Joaquim Cândido de Figueiredo, que havia sido casado com **Ana Elisa**, filha de **Ana Jacintha de Figueiredo**, tia materna da mãe de **Cândido Goulart de Andrade**.

Para Linda Lewin a endogamia – uma das características que envolvem as famílias Andrade e Figueiredo –, não assegurava a identidade *quase corporativa* das famílias de elite. *A terra cimentava os laços de identificação mais duradouros entre um grupo de parentes consanguíneos e seus parentes colaterais mais distantes*<sup>219</sup>. Possuir terras próximas às dos pais e irmãos poderia assegurar que a geração seguinte mantivesse a natureza corporativa do grupo familiar, corroborando com a principal razão do casamento endogâmico, que era conservar o patrimônio no interior do grupo familiar.

---

<sup>218</sup> DOIN, 2001, p. 25 apud FREITAS, Fabiano Junqueira, 2008, p. 34.

<sup>219</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 125.

## A divisão da Fazenda Santa Barbara

No segundo capítulo desta Dissertação já discorreremos sobre a importância da Fazenda Santa Barbara como local de representação do berço da família Figueiredo em Franca, sendo o local onde a família nuclear de maior relevância dentro do grupo residia, neste caso, **José Eduardo de Figueiredo**, sua esposa e filhos.

Sabemos que, de acordo com Linda Lewin, a distribuição geográfica da parentela complementava fortemente a identidade grupal derivada da ascendência de um mesmo casal de ancestrais. Além do que, *a identidade coletiva com um conjunto de propriedades rurais específicas ou com um município, correspondia à identidade quase-corporativa estabelecida pela maior parte dos grupos familiares extensos*<sup>220</sup>. Localizamos, no decorrer da pesquisa, alguns processos de divisão desta Fazenda que complementam a ideia de que ela simbolizava a identidade coletiva daqueles dois grupos familiares.

A fim de trabalharmos com dados referentes ao período Republicano, vamos nos deter no processo de divisão da Fazenda Santa Barbara empreendido por **Estevam Marcolino de Figueiredo** e outros, no ano de 1891.

No processo dizem **Estevam Marcolino de Figueiredo**, **Joaquim Goulart de Andrade**, João Vilela dos Reis, **Manoel Basílio de Andrade**, Francisco Custódio Falleiros e outros que, possuindo em comum a Fazenda Santa Barbara, requeriam a demarcação e divisa desta.

A partir do processo tivemos acesso a informações de como cada um desses requerentes teve sua parte da Fazenda, se por compra, doação ou herança, o ano e os valores que pagaram.

**Joaquim Goulart de Andrade** foi um dos membros que mais comprou partes de terras na referida Fazenda. A primeira compra foi feita a **Estevam Marcolino de Figueiredo** e sua esposa, uma parte em cultura e outra em campos (20 alqueires), em 26 de Maio de 1888. Comprou igualmente terras que pertenciam a José Augusto de Figueiredo e sua mulher, em Agosto de 1890, por 40\$000 (quarenta mil réis). Terras estas que José Augusto herdou de sua tia Ana Emigdia de Figueiredo.

---

<sup>220</sup> LEWIN, Linda. *Op.cit.*, p. 124.

Outros herdeiros de Ana Emíglia também venderam parte de suas heranças para **Joaquim Goulart**. Foram eles José Alves de Freitas e sua esposa Maria Delminda de Figueiredo, que venderam as terras por 043\$574 (quarenta e três mil e quinhentos e setenta e quatro réis), em Agosto de 1890. Além desses, Joaquim também comprou terras de Estevam do Nascimento, em 1889, e de Antonio Bernardes Pinto, em 1890, ambas por pouco mais de um conto de réis.

Interessante notarmos que **Goulart** investe na compra de terras pouco tempo após o fim da escravidão, é citado como um grande produtor de café de Patrocínio Paulista no Almanaque Histórico da cidade durante os primeiros anos do século XX e, no que tange aos registros de batismo do pós-Abolição, aparece batizando o filho de um casal estrangeiro, provavelmente italiano.

Não temos fontes que apresentem que mão-de-obra trabalhou para este senhor em suas plantações de café na Fazenda Santa Bárbara durante o período republicano, mas podemos sugerir que tenha sido uma mescla de ex-escravos que permaneceram na Fazenda após a queda do regime escravocrata e alguns imigrantes, principalmente, italianos que começam a aparecer nos registros de batismo da região no período. Isso também pode ser comprovado a partir das oito casas de morada de colonos deixadas ao genro Azarias Alves para satisfação de sua legítima.

A permanência de ex-escravos na fazenda pode ser explicada pela ausência de outros lugares para ir e devido à convivência de muitos anos com os membros daquelas famílias, como demonstramos ao tratar do compadrio escravo no segundo capítulo. Sobre isto, vimos que havia senhores e escravos convivendo juntos há mais de 20 anos, construindo relações que permitiram, inclusive, que alguns dos filhos desses escravos fossem apadrinhados por membros da família senhorial. Por isso, acreditamos ser extremamente viável a permanência de famílias de ex-escravos nas dependências do antigo senhor, auxiliando no trabalho nos cafezais.

Fora as compras de partes da fazenda Santa Barbara feitas por **Joaquim Goulart de Andrade**, vemos ainda a presença de mais três compradores no processo de divisão: **Manoel Basílio de Andrade** comprou, assim como seu pai, uma parte de terras de José Augusto de Figueiredo, em 1889, por 800\$000 (oitocentos mil réis); em Setembro de 1888, Francisco Ponciano de Figueiredo pagou a Ana Emíglia de Figueiredo a quantia de 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis) por uma parte de terras e **Estevam**

**Marcolino de Figueiredo** comprou parte das terras de Mariana Balbina de Figueiredo por 1:000\$000 (um conto de réis), em 1890.

**Joaquim Goulart de Andrade** e **Estevam Marcolino de Figueiredo** também figuraram entre os herdeiros no testamento de Ana Emíglia de Figueiredo, no qual a **Joaquim** foi feito o pagamento de 117\$237 (cento e dezessete mil, duzentos e trinta e sete réis) em terras de cultura e campos na Fazenda Santa Barbara, para satisfação de sua legítima. Para **Marcolino** foi dado parte no engenho de serra da mesma fazenda no valor de 83\$333 (oitenta e três mil e trezentos e trinta e três réis) e mais terras de cultura e campos na quantia de 91\$529 (noventa e um mil, quinhentos e vinte e nove réis).

Em resumo, parece-nos que, a princípio, a Abolição não abalou a situação social e financeira das famílias Andrade e Figueiredo, visto que os membros mais proeminentes daquele período continuaram a comprar terras, a produzir café e outros produtos agrícolas em suas fazendas, muito provavelmente, utilizando a mão-de-obra estrangeira e de alguns de seus ex-escravos. Os laços que os senhores haviam construído com seus escravos, ainda no decorrer da escravidão, principalmente, através do compadrio, pode ter sido um fator importante de permanência nas fazendas, porque, como já vimos, alguns senhores e escravos conviviam juntos a mais de 20 anos.

### **O Coronel Estevam Marcolino de Figueiredo na República**

Vimos, portanto, que a Fazenda Santa Bárbara constituiu-se em núcleo local de identidade coletiva das famílias Andrade e, principalmente, Figueiredo, tendo sido importante, inclusive, na fixação desses grupos familiares no interior paulista. Nesta fazenda eram recebidas, no decorrer da primeira metade do século XIX, altas autoridades religiosas e políticas em trânsito entre São Paulo e Goiás. Foi neste meio que cresceu **Estevam Marcolino de Figueiredo**, figura de relevo na política patrocinese ao longo das primeiras décadas republicanas e que, por isto, merece destaque neste capítulo da Dissertação no qual estamos discutindo a continuidade ou não das famílias Andrade e Figueiredo na estrutura de mando local, na passagem para a República.

Quando jovem, **Estevam** dedicou-se a agricultura junto ao seu pai, ao mesmo tempo em que recebia instrução particular a cargo dos religiosos. Inicialmente foi

educado na própria Fazenda Santa Bárbara, depois em Franca e, em 1863, foi para o Seminário Episcopal de São Paulo, tendo estudado Humanidades e Filosofia. Com a morte do pai, em 1874, deixa o Seminário e dedica-se exclusivamente a agricultura<sup>221</sup>.

Desde então, **Estevam Marcolino** aparece em alguns registros de batismo como senhor de escravos, assim como sua mãe **Mariana Delminda de Figueiredo**. O **Coronel Marcolino** só ingressa na política, em 1881, ocupando o cargo de chefe do Partido Monarquista Conservador de Patrocínio.

Segundo Fabiano Junqueira, um dos frutos da reestruturação política do país nas primeiras décadas do século XX, e do crescimento da economia do café no Oeste paulista, foi o surgimento de uma sociedade na qual as cidades tornaram-se lugares de complementariedade ao campo. *A Patrocínio Paulista, em 1889, entretanto, faltava muito daquilo que se podia esperar de um lugar que pretendesse ser chamado de cidade*<sup>222</sup>.

De acordo com este autor, a renovação do fluxo de capitais em São Paulo, devido à decadência cafeeira no Vale do Paraíba, que deslocou essa produção para o Oeste Paulista, propiciou um redesenho político das cidades paulistas do interior, inclusive de Patrocínio. Logo, a emancipação política que esta e outras cidades do interior sofreram, possibilitou, segundo Junqueira, a manutenção do poder dos produtores rurais, mesmo em um governo republicano<sup>223</sup>.

A via para a transformação urbana de Patrocínio seria através da política e **Estevam Marcolino** parecia estar apto, no período, a se adequar as novas demandas da região, ocupando as posições de Coronel da Guarda Nacional, chefe político e homem letrado.

Os bacharéis, filhos bem preparados que haviam estudado nas faculdades de direito e medicina, principalmente, serviam, de acordo com Linda Lewin, em seu estudo sobre as oligarquias da Paraíba, como ligações cruciais entre o município e o sistema político nacional, *reforçando a luta da família pela dominação local*<sup>224</sup>. Havia, ainda segundo esta autora, uma tendência no Nordeste, de retorno dos jovens para as zonas

---

<sup>221</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *Op. cit.*, p. 28.

<sup>222</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *Op. cit.*, p. 33

<sup>223</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>224</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p.174.

rurais após concluírem seus estudos. *Filho, sobrinho ou irmão do coronel de poucos estudos, o bacharel tornou-se o seu complemento lógico no processo político*<sup>225</sup>.

Ao que tudo indica, **Estevam Marcolino de Figueiredo** conseguiu reunir, em sua pessoa, as posições de coronel, seja pelo título adquirido como membro da Guarda Nacional ou pelo papel que desempenhou na sociedade patrocinese ao longo da Primeira República, de fazendeiro importante na região, ocupando-se das funções que anteriormente eram dirigidas por seu pai, e de bacharel, embora a rigor não tivesse essa formação. Acreditamos que, devido a essa reunião de pontos importantes para manutenção de um *status* elevado naquela sociedade, ele conseguiu se destacar quando comparado, inclusive, a outros membros de sua família e a indivíduos da família Andrade para o mesmo período.

Dentre as ocupações políticas de Marcolino, destacam-se sua participação como presidente da Câmara de Patrocínio Paulista, pela primeira vez, no triênio 1892/1894 e como Intendente de Franca, cargo designado pelo governador do Estado de São Paulo, do qual pediu exoneração, em 1890, tendo explicado o motivo em carta aos cidadãos patrocineses:

Cidadãos,  
Tendo fixado minha residencia nesta Capital, vejo-me forçado a pedir minha exoneração do cargo de membro do Conselho da Intendencia dessa Cidade, o que faço nesta mesma data, em officio dirigido ao honrado governador do Estado. Dóe-me, confesso, dóe-me cruciantemente abandonar a terra que me viu nascer e os amigos que, em todos tempos, teem-me rodeado de estima, affecto e consideração, si bem que immerecido. Cumpre-me, portanto, agradecer-vos, como interpretes do sentimento popular, as finezas com que teem-me cumulado, principalmente nos poucos mezes em que tive a honra de desempenhar, conjunctamente convosco, o espinhoso encargo de Intendente Municipal, na quadra anormal que atravessamos. Onde quer que a sorte me lance e me chamem os interesses da vida estarei sempre prompto a cunprir as vossas ordens e solicito em defender, por todos os meios lícitos (ilegível) as minhas mais ternas e duradouras afeições. Aqui ou lá, de perto ou de longe, continuarei a ser o que sempre fui: um francano amigo dos seus Amigos, um filho que estremece o torrão natal, um soldado entusiasta de seu progresso e bem estar. Nestas condições seja-me lícito mandarvos as minhas entusiasticas felicitações pelos valiosos e incontaveis melhoramentos que já implantastes em nossa localidade, no período tão curto, mas tão fecundo de vossa patriotica administração.

Saude e Fraternidade.

(a) – Estevam Marcolino de Figueiredo

Aos ilustres Cidadãos, Cel. (VILA FRANCA, 1962, p. 356-357, apud. JUNQUEIRA, Juliano, 2008, p. 35).

---

<sup>225</sup> LEWIN, Linda. *Op. cit.*, p. 175.

No período **Estevam Marcolino de Figueiredo** já não residia mais em sua cidade natal e sua ida para a capital provavelmente tem a ver com sua trajetória política. Marcolino muito provavelmente queria alçar voos maiores, saindo da política local para participar da política estadual. Não é a toa que, em 1902 foi eleito para a Assembléia estadual pelo PRP.

Mas, como o próprio diz na carta, continuava preocupado com os acontecimentos locais. De acordo com os autores do *Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista*, foi, por exemplo, graças à influência de **Estevam Marcolino**, atuando, em 1902, como deputado estadual, que foi construído um dos primeiros edifícios públicos de Patrocínio, que serviu para abrigar o fórum e a cadeia.

A cadeia velha foi construída em 1884 á custa do Governo da antiga provincia á cuja frente se achava o Conde de Parnaíba, mediante os esforços e a influencia dos Coronéis João Villela e Estevam Marcolino de Figueiredo. Hoje em dia é próprio municipal, e no rés de chão as aulas da escola municipal do sexo masculino, servindo a mesma sala escolar as vezes também de teatro. A cadeia nova que tem nos altos a sala do juri foi construída em 1902 á custa do Governo Estadual. Foram principalmente os esforços do Coronel Estevam Marcolino como deputado estadual e do atual juiz de direito Dr. Pedro Fernando Paes de Barros que levaram o Governo a esta despesa<sup>226</sup>.

---

<sup>226</sup> MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique. *Op. cit.*, p. 15.

### Quadro 3 – Mandatos legislativos de Estevam Marcolino de Figueiredo

Cargo	Período
Vereador/Presidente da Câmara Municipal	1892/1894
Intendente de Franca	1889/1890
Deputado Estadual	1895/1897
Deputado Estadual	1898/1900
Deputado Estadual	1901/1903
Vereador/Presidente da Câmara Municipal	1905/1907
Deputado Estadual	1907/1909
Deputado Federal	1912/1914

Figura de influência local desde os tempos do Império, junto a outros membros da família, como seu primo, o Coronel **João Villela, Estevam Marcolino** conseguiu ir além, promovendo melhorias para o município a partir de um cargo estadual. Foi igualmente graças à influência de **Estevam Marcolino** que, em 1908, já em seu quarto mandato como deputado estadual, todos pelo PRP, e no término de mais um triênio no qual esteve à frente da Câmara de Patrocínio, como presidente, que foi construído o primeiro hospital da cidade.

O Partido Republicano Paulista destacava-se pela preponderância de fazendeiros do Oeste Paulista, juntamente aos grupamentos urbanos. De acordo com Fabiano Junqueira, os produtores rurais, preocupados em estabelecer uma representação política forte nas recém-criadas instituições republicanas, tiveram seu espaço através do PRP<sup>227</sup>. Foi sob os governos desse partido que o estado de São Paulo passou por diversas transformações e um largo desenvolvimento, expandindo-se as ferrovias, a construção de escolas, a industrialização, etc. o que o colocou como protagonista do desenvolvimento brasileiro.

<sup>227</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *Op. cit.*, p. 25.

Fabiano Junqueira relata que, em 1913, os correios, segmento de respeitabilidade desde os tempos imperiais, sofriam sinais de falência no estado de São Paulo e, **Estevam Marcolino de Figueiredo**, desempenhando, no período, a função de deputado federal, teve um papel decisivo ao tratar, junto ao governo federal, de prover mais verbas visando melhorar o serviço dos correios em todo o estado de São Paulo.

Para as nossas columnas trasladamos do nosso presado confrade *Commercio de S. Paulo*, as linhas que se seguem, relativamente ao serviço postal deste Estado e pelos quaees deixam bem patente o quanto tem se empenhado por esse ramo da administração publica, o illustre deputado federal Cel. Estevam Marcolino.

S. s, tomando em consideração as justas reclamações da imprensa não tardou em providenciar para que a reforma desse serviço seja em breve uma realidade. Assim sendo, a esse illustre representante do povo no Congresso Federal, o nosso Estado vae dever mais esse extraordinario melhoramento, – a remodelação de seu serviço postal.

‘*O Commercio de S. Paulo*, numa serie de artigos, analysou há mezes, minuciosamente, a situação deploravel do nosso serviço postal, apontando os seus erros, as suas lacunas, as suas irregularidades e os meios de acudir aos justos reclamos do publico.

As palavras desta folha despertaram felizmente a atenção de um digno e estimado representante paulista na Camara Federal, a cujos esforços se deverá dentro em breve a transformação da administração dos correios deste Estado.

Foi o acatado republicano coronel Estevam Marcolino que, tomando em consideração os nossos reparos, verificou o seu absoluto fundamento, dirigindo-se aos chefes da politica nacional, dos quaees reclamou, com empenho, providencias para a cessação do presente estado de cousas.

Posto em contacto com o coronel Ernesto Lyrio de Siqueira, director geral dos Correios, homem de superior criterio e orientação intelligente, nelle encontrou a melhor boa vontade e com elle combinou as medidas necessarias para satisfazer ás exigencias dos nosso notável desenvolvimento e ás queixas do publico, tão fundamente prejudicado pelas insuficiencias e defeitos do serviço postal.

Graças a essa utilissima intervenção, o Congresso Nacional votou uma verba de mil contos para melhorias nos correios, sendo essa quantia exclusivamente destinada pelo coronel Lyrio de Siqueira á directoria geral e á administração de S. Paulo.

Para este Estado serão nomeados, sem demora, mais 180 funcionários de diferentes categorias e dentro de pouco tempo virá a esta capital uma commissão da directoria geral, afim de estudar quaees os melhoramentos mais urgentes a introduzirem-se na repartição paulista.

Em relatorio, essa commissão dará conta detalhada de sua incumbencia e a directoria tratará immediatamente de realisar os aperfeiçoamentos recommendados. Registrando com desvanecimento a atenção que mereceram os nossos artigos, damos parabens ao coronel Estevam Marcolino pelo exito dos seus esforços e á população de S. Paulo pela regularisação de

um serviço, cujo desmantelamento não condizia absolutamente com o progresso e a cultura deste Estado<sup>228</sup>.

Em resumo, vimos que **Estevam Marcolino de Figueiredo**, na passagem do Império para a República, foi de fazendeiro e chefe do Partido Conservador de Patrocínio a deputado eleito quatro vezes pelo Partido Republicano de São Paulo, sendo reconhecido, nessa época, como republicano pelo Jornal Tribuna de Franca e, exercendo, por fim, o cargo de deputado federal. A adesão de monarquistas à República não foi algo localizado. Os republicanos precisavam desses chefes políticos locais ligados ao arranjo do antigo regime porque eram eles que dominavam as bases eleitorais. Como vimos, o governo provisório enviou uma carta à Câmara de Patrocínio, justamente pedindo esse apoio necessário ao bom funcionamento do novo regime.

Sobre isso, podemos aferir que este personagem teve um papel fundamental na manutenção do *status* e poder que sua família já vinha exercendo desde meados do XIX, embora a partir de outros meios, como a posse de escravos, as grandes propriedades e os altos cargos que ocupavam na Guarda Nacional, meios estes que **Estevam Marcolino** também teve participação, embora tenha estendido suas possibilidades a partir da ocupação em cargos políticos estaduais e federais.

Parece-nos que **Marcolino** foi o personagem das famílias Andrade e Figueiredo que melhor se adaptou à nova situação política do país, e soube conciliar suas ocupações rurais, na fazenda da família, com os papéis políticos que vinha exercendo desde 1881, até chegar ao cargo de deputado federal, em 1912, sem deixar de se voltar para as questões e necessidades vividas pela população de seu município natal. Afinal, o atendimento às demandas locais era feito pelos coronéis no sistema coronelista. Eles faziam o papel do Estado, onde este não delegava, assim como o fez **Marcolino** e outros coronéis da região.

Disposto a ingressar no cenário federal, a candidatura de Marcolino para o cargo de deputado não foi tão fácil quanto as anteriores, quando concorria a deputado estadual. Ele candidatou-se pelo partido *hermista*, sendo, segundo Fabiano Junqueira, um dos propagandistas da candidatura de Hermes da Fonseca em São Paulo, além de manter relações políticas com o chefe do partido republicano conservador, o senador José Gomes Pinheiro Machado<sup>229</sup>. Havendo pouca possibilidade de ganhar as eleições,

---

<sup>228</sup> Tribuna da Franca, 1913, p. 1, apud. JUNQUEIRA, Juliano, 2008, p. 50.

<sup>229</sup> FREITAS, Fabiano Junqueira de. *Op. cit.*, p. 66.

conseguiu, mesmo assim, eleger-se deputado federal, mas, antes mesmo de assumir o cargo, *enfrentou o pedido de anulação de sua eleição pelo candidato Carlos Cyrillo Junior, sob alegação de irregularidades na apuração do pleito*<sup>230</sup>. Sobre tal episódio, **Marcolino** argumentou da seguinte forma:

[...] Allega o candidato contestante a nullidade das mesas eleitoraes dos municípios de Patrocinio do Sapucahy, Ituverava e Igarapava, por terem funcionado nas juntas respectivas como supplentes do substituto do juiz seccional e ajudantes do procurador da Republica, indivíduos que não prestaram o respectivo compromisso.

Poderia demonstrar que tal versão, resultado de documentos capciosamente redigidos, não está de accôrdo com a verdade. Mais fácil e mais decisivo é oppôr a esta supposta nullidade, dado de barato que o facto argüido seja real, a jurisprudência parlamentar, que não o considera como causa de nullidade.

[...]

O resultado final da eleição do 3º. districto do Estado de S. Paulo, é o seguinte, segundo a Junta Apuradora e o mappa organizado na Secretaria da Camara dos Deputados:

Votos

Estevam Marcolino.....	5.966
Carlos Cyrillo Junior .....	2.945

Deduzidos, porém, da minha votação os votos de Igarapava, Ituverava e Patrocinio do Sapucahy, isto é, 2.171 votos a votação do contestante continuaria inalterada, ao passo que a minha ficaria reduzida a 3.795 votos, mas, em todo caso, 850 votos acima do contestante!

Este, porém, não se deu por vencido com o resultado esmagador de um pleito liberrimo e limpo, que faz honra ao tradicional renome do Estado de S. Paulo e aos seus costumes politicos, e proclama-se eleito! (...)

Rio, 22 de abril de 1912. – *Estevam Marcolino de Figueiredo*<sup>231</sup>.

Após acirrados debates entre os dois concorrentes, a Câmara aprovou o parecer reconhecendo a candidatura de **Estevam Marcolino de Figueiredo**, que ocupou sua nova função, em Maio de 1912, embora nos pareça que não ter alcançado grande projeção política no cargo.

---

<sup>230</sup> JUNQUEIRA, Fabiano. *Op. cit.*, p. 66.

<sup>231</sup> ACD, Rio de Janeiro (1912, v. 2, p. 330-335), apud. JUNQUEIRA, Fabiano, 2008, p. 68.

**Tabela 3.1 – Participações de Estevam Marcolino de Figueiredo na Câmara dos Deputados**

<b>Data</b>	<b>Assunto</b>
09/05/1912	Refutação a contestação eleitoral apresentada pelo deputado Carlos Cyrillo Junior
27/07/1912	Aparte ao deputado Hermes da Fonseca sobre o Partido Republicano Conservador
15/07/1913	Aparte ao pronunciamento do deputado Barros Lins sobre favorecimento político dos servidores
13/08/1913	Aparte ao pronunciamento do deputado Rodrigues Alves Filho sobre nomeação de secretário
28/12/1913	Aparte a discussão sobre fiscalização do orçamento nacional pela Câmara
05/06/1914	Pronunciamento sobre decretação de estado de sítio no Rio de Janeiro

Fonte: JUNQUEIRA, Fabiano, p. 74.

**Estevam Marcolino de Figueiredo** veio a falecer em 14 de Junho de 1916, devido a uma enfermidade. Mas não deixou de ser lembrado e reverenciado, inclusive, pelo *Estevinópolis*, jornal que foi criado em sua homenagem, em agosto de 1916, servindo de tribuna para a perpetuação das ideias de **Marcolino**.

Sua morte não encerra a participação política de outros membros das famílias Andrade e Figueiredo, mas, ao que tudo indica, os demais indivíduos tiveram apenas projeção local, ocupando cargos na Câmara de Patrocínio, ou sendo prefeitos e vices. Sendo assim, Pio Avelino de Figueiredo foi presidente da Câmara entre 1917-1919, Antonio Goulart de Andrade foi vice-presidente da Câmara no triênio 1920-1922, entre outros.

É possível perceber a participação de membros das duas famílias na política local até, pelo menos, 1983, embora a projeção dessas famílias no cenário local e a manutenção ou não de seu poder no município até esse período ainda devam ser estudados, visto que ultrapassam recorte temporal proposto nesta Dissertação.

Objetivávamos, neste capítulo, observar as mudanças empreendidas na trajetória e forma de agir política e socialmente, de alguns membros das famílias Andrade e Figueiredo, a fim de verificarmos a perpetuação de sua posição social elevada na passagem do Império para a República.

A análise dos inventários *post-mortem*, embora tenha sido prejudicada pelo não acesso a todos os que havíamos localizado na listagem do Cartório de Patrocínio Paulista, trouxe-nos informações relevantes sobre a manutenção da tendência dos familiares viverem em residências próximas e, sobretudo, da importância que as cidades foram adquirindo no decorrer das primeiras décadas do século XX, complementando o mundo rural e passando a ser lugar de referência para os grupos privilegiados, inclusive para os Andrade e Figueiredo que, como vimos, não deixaram de possuir terras no campo, mas passaram a residir, primordialmente, na cidade.

Acreditamos, igualmente, como já explicitado acima, que o fim da escravidão não foi capaz de romper com a posição elevada que aqueles membros possuíam, o que pode indicar o fato de que ser senhor de escravo não era o principal motivo a fazer com que aquelas famílias fizessem parte da chefia local, mas sim a posse e propriedade da terra, assim como os cargos políticos que ocupavam.

## Conclusão

Nesta Dissertação intentamos demonstrar a perpetuação de um *status* social de elite local para as famílias Andrade e Figueiredo, em Franca e Patrocínio Paulista, desde meados do século XIX, até 1916, já tendo adentrado na Primeira República.

Ao longo dos capítulos discutimos como ocorreu a povoação de Franca e arredores no início do século XIX, e vimos que essas duas famílias se constituíram na região através da migração de alguns de seus membros, na intenção principal de expandir suas terras e riquezas para além das divisas de Minas Gerais, numa região de fronteiras ainda não bem delimitadas com São Paulo. Além disso, a criação de laços, primordialmente, endogâmicos, foi outra estratégia importante utilizada pela família, sobretudo, a Figueiredo, para manutenção de suas riquezas, seja em terras ou escravos.

Buscamos, igualmente, no decorrer da Dissertação, entender esses indivíduos dentro de suas ocupações, participações na política e nas relações que estabeleceram entre si e com outros estratos da sociedade, tais como com os escravos, durante o Oitocentos.

Pudemos aferir que aquelas famílias, assim como outras do período, não se estruturavam uniformemente, havendo hierarquias que, no caso dos Andrade e Figueiredo, puderam ser percebidas pela proeminência de alguns de seus membros em relação a outros, seja pela quantidade de escravos que possuíam, pela quantidade ou valor de suas terras, ou pelos cargos que ocupavam na Guarda Nacional e na política local, estadual e nacional.

Logo, dentro dos dois ramos analisados, privilegiamos, ao longo de toda a Dissertação, os membros de maior relevância política, econômica ou social, de acordo com o que pudemos aferir nas fontes que dispomos. Até porque, o número exagerado de filhos, tornava as oportunidades desiguais. No caso das famílias analisadas, a diversificação ocupacional, na qual alguns membros se destacaram em outras atividades que não o cultivo da terra, pode ter se constituído em uma estratégia familiar para amenizar as diferenças dentro do mesmo grupo, visto que, para além da posse de terras e escravos, a participação na vida pública também dava notoriedade aos membros da chefia local.

O estudo das relações de compadrio, empreendido no segundo Capítulo, foi importante porque, através dos registros de batismo, tivemos acesso a uma das formas como os membros daquelas famílias se relacionavam com seus escravos e com alguns outros livres. Pudemos entender, a partir dessas fontes, as relações que os Andrade e Figueiredo estabeleciam, também, entre si, apadrinhando filhos de escravos de seus parentes ou tendo escravos seus como padrinhos de outros cativos. Além disso, foi basicamente, através desses registros que tivemos como enumerar a quantidade mínima de cativos que aqueles senhores possuíam, principalmente para a segunda metade do século XIX, já que não localizamos nenhum Recenseamento para o período que discriminasse as famílias por moradia, número de moradores, quantidade de escravos, etc.

Logo, nos dois primeiros capítulos da Dissertação, demonstramos a base da riqueza dos Andrade e Figueiredo, de que forma se destacaram na sociedade em que viveram e a maneira como foram, reconhecidamente, grandes senhores de terras e escravos da região e, igualmente, indivíduos de relevo na política local, e na Guarda Nacional, forma como foram lembrados *a posteriori*.

Na última parte do trabalho, nossa proposta foi a de demonstrar a continuação de um *status* elevado para as famílias em questão, pelo menos, até meados da Primeira República, visto que nosso recorte temporal foi até 1916, ano em que **Estevam Marcolino de Figueiredo** faleceu. Mesmo com um número menor de fontes para este período, o que constatamos foi a manutenção de uma posição social elevada, sobretudo, no caso da família Figueiredo, dando destaque ao Coronel **Estevam Marcolino**.

Parece-nos que, os indivíduos das famílias Andrade e Figueiredo conseguiram reagir ao pós-Abolição e a mudança de regime adaptando-se. O fim da escravidão não foi um fator capaz de desestruturar a posição social elevada que alguns membros das famílias adquiriram ao longo do século XIX e perpetuaram, pelo menos, até meados da Primeira República. Esses indivíduos eram reconhecidos, principalmente, pela abundante quantidade de terras que possuíam, pelas funções que ocuparam na Guarda Nacional e pela participação política, como vereadores, prefeitos, e deputado, no caso de **Estevam Marcolino de Figueiredo**.

Eles não deixaram de lado suas fazendas, que continuaram como pontos relevantes na constituição de suas riquezas, mas, ao que tudo indica, passaram a residir

na cidade, em fase de crescimento, e a ocupar com mais frequência e engajamento, cargos políticos locais, até chegar, como **Marcolino**, a deputado federal. Victor Nunes Leal entende que o coronelismo foi a forma como o poder privado conseguiu coexistir com o poder público de ampla representatividade. Para nós, adaptar-se ao regime, foi mais uma das estratégias possíveis às duas famílias analisadas para manter-se como parte do grupo dominante local.

O Coronel **Estevam Marcolino de Figueiredo** destacou-se, neste sentido, por ter conseguido alcançar as esferas estadual e federal, além de ter construído e mantido sua liderança como chefe local através das realizações de utilidade pública que proporcionou e pelos possíveis favores pessoais que tenha vindo a prestar, embora não tenhamos fontes que possam comprovar isto. Como chefe da parentela dos Figueiredo, após a morte de seu pai, período em que abandonou os estudos e voltou para a Fazenda, teve sua liderança baseada, igualmente, na riqueza que possuía, no cargo de coronel que ocupava na Guarda Nacional e no carisma que tinha junto a população local, como pudemos perceber no exemplo da carta enviada aos cidadãos quando renunciou ao cargo de Intendente e na forma como era descrito nos jornais.

Em relação à família Andrade, na Primeira República, sabemos apenas que alguns de seus membros foram prefeitos e vice-prefeitos de Patrocínio, mantendo uma posição elevada, ao que tudo indica, pelo menos a nível local, como antes. A ausência de fontes nos impossibilitou obter maiores informações. Logo, acreditamos serem necessários novos estudos sobre a região e o tema a fim de alargar os conhecimentos sobre essas e outras famílias de Franca e arredores na mudança de regime e no decorrer do período republicano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

Avaliação dos bens da Fazenda Santa Bárbara de 1857, solicitada por Maria das Dores Branquinho. Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro; 1º Ofício Cível, caixa 557, processo 163.

Inventário de Joaquim Carlos de Figueiredo. Arquivo Histórico de Franca, 2º ofício cível, caixa 21, processo 345. Datado de 1863.

Inventário de José Alves de Figueiredo. Museu regional de São João Del Rei, caixa 578. Datado de 18 de Agosto de 1822.

Inventário de Joaquim Vilela dos Reis. Centro de Memória do Sul de Minas - CEMEC - Campanha – MG; Inventários de Lavras, caixa 127. Datado de 30 de Novembro de 1860.

Livro de Batismos nº 4 - Arquivo Paroquial de Franca (1850-1860).

Livro de Batismos nº 5 - Arquivo Paroquial de Franca.

Livro de Batismos nº 6 - Arquivo Paroquial de Franca (1861 – 1869).

Livro de Batismos nº 1 - Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio de Sapucahy (de Dezembro de 1874 até Setembro de 1880 (somente libertos) de Setembro de 1880 até Fevereiro de 1891).

Livro de Batismos nº 2 - Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio de Sapucahy (de Agosto de 1875 a Julho de 1879 e de Maio de 1889 a Fevereiro de 1890).

Livro de Matrimônio nº 3 - Arquivo Paroquial de Franca.

Livro de Matrimônio nº 4 - Arquivo Paroquial de Franca

Processos de dispensa de impedimentos matrimoniais. Boa Esperança, Minas Gerais. Oradores: Joaquim Vilela dos Reis e Ana Jacintha de Figueiredo. Ano de 1827.

Processos de dispensa de impedimentos matrimoniais. Boa Esperança - MG - 1816 a 1832; Ano de 1824. Arquivo da Cúria da Diocese de Campanha - MG.

Processo de divisão e demarcação de imóveis, 1872 - Fazenda Campo Limpo. Arquivo Histórico de Franca, caixa 384, 1º cível, processo 19.

Recenseamento da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Recenseamento da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Boa Esperança, 1831. Arquivo Público Mineiro.

Recenseamento Geral do Império, 1872.

## Bibliografia

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799 - 1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Hunanitas FFLCH/USP, 1999.

BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BATISTA, Luciana Marinho. *Os Rodrigues Martins: notas sobre trajetórias e estratégias de uma das famílias mais distintas em qualidade e riqueza no Grão-Pará (de meados do século XVIII a fins do XIX)*. In: FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs.) *Conquistadores e negociantes: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Poder e compadrio: Apadrinhamento de escravos em São João Del Rei (Séculos XVIII e XIX)*. In: Almeida, Carla M<sup>a</sup> Carvalho de & Oliveira, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

\_\_\_\_\_. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007.

CAMMACK, Paul. *O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica*. Cadernos do Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte, n. 5, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados, vol. 40, n<sup>o</sup> 2. Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Hebe M. Mattos. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 337-383.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_; RIOS, Ana Lugão. *O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Topoi, v.5, n.8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

\_\_\_\_\_; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHIACHIRI FILHO, José. *Do “Sertão do Rio Pardo” à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 1986.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

\_\_\_\_\_. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. *Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Frederick Barth e a história econômica colonial*. In: ALMEIDA, Carla M<sup>a</sup> Carvalho de & Oliveira, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Junia Ferreira. *Testamentos e inventários. A morte como testemunho da vida*. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa - Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico*. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E. & PONI, C. (orgs.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro /Lisboa: Bertrand Brasil /Difel, 1991, p.169-178.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GUIMARÃES, José. *As três ilhoas: contendo a descendência de Júlia Maria da Caridade*. 2º Volume, 1990.

LEPETIT, Bernard. *Sobre a escala na história*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil - 4ª edição* - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Reciprocidade mediterrânea*. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 51- 86.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar*; Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.

\_\_\_\_\_. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARQUES, Rachel dos Santos. *Nome de família: práticas de nomeação e estratégia social no Rio Grande de São Pedro, segunda metade do século XVIII*. (Mestranda/UFPR). In: V Congresso Internacional de História, 2011, Paraná: Universidade Estadual de Maringá, pp. 2530 – 2542.

MARTINS, Maria Fernanda. *Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO, João Luís; ALMEIDA, Carla Maria; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATOS, Carlos Alberto Bastos & COSTA, Alfredo Henrique (org.). *Almanaque histórico de Patrocínio Paulista*. Patrocínio Paulista: Prefeitura Municipal, 1986.

MELO, Maria Thereza Chaves. *A modernidade republicana*. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 25.41, 2009.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca, SP: Amazonas Prod. Calçados, 1997.

PAMPLONA, Marco A. (org.) *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access Editora, s/d.

PETRONE, Maria Thereza S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo - Expansão e Declínio (1765 - 1851)*. São Paulo: Difel, 1968.

RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Edmilson M.; NEVES, Margarida de Souza; FALCÓN, Francisco. A Guarda Nacional no Rio de Janeiro. 1831-1918. Rio de Janeiro: Série Estudos, PUC-Rio, n. 5, 1981.

SAINT HILAIRE, A. Viagem à Província de São Paulo. Trad. Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins Fontes/EDUSP, 1972.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

#### Anais, Dissertações e Teses:

BRIOSCHI, L. R. *Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1995.

CUNHA, M. F. da. *Fogos e Escravos da Franca do Imperador no século XIX*. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unicamp. Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. *Demografia e família escrava. Franca – SP, século XIX*. 2009. 254f. Tese (Doutorado em História) - Unicamp. Campinas, 2009.

EVANGELISTA, José Geraldo. *Franca do Imperador e suas filhas: o fato urbano no nordeste paulista no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Lorena, 1993.

FREITAS, Fabiano Junqueira de. *A mão oculta. Estevam Marcolino: política e modernidade no interior paulista (1889-1914)*. Dissertação (Mestrado em História). Franca, 2008.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738 - 1763)*. Tese (Doutorado em História Social) - UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

NOVATO, Palmira Luiza & RAVAGNANI, Oswaldo M. *Documentos sobre a dispersão do Arraial de Santa Bárbara*. In: VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Belo Horizonte, volume 3, 1973. Anais. São Paulo: Revista de História LVIII, 1974, pp. 1603-1613.

OLIVEIRA, Marina Costa de. *Agregados no Termo de Franca (1801-1820)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, Julho 2011, p. 4.